



**ESTRATÉGIA INTEGRADA DE
DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL**

TERRAS DE TRÁS-OS-MONTES



Terras de
Trás-os-Montes
CIM-TTM
Comunidade Intermunicipal

Índice

1. METODOLOGIA	4
2. DIAGNÓSTICO	11
2.1. Situação atual do território (diagnóstico externo no quadro das outras regiões e europa)	11
2.1.1. Introdução	11
2.1.2. Contextualização da Comunidade Intermunicipal	12
2.1.3. Perfil da Região	14
2.1.4. Caracterização CIM das Terras de Trás-os-Montes face às 3 prioridades estratégicas da Estratégia Europa 2020	22
2.2. Análise crítica da CIM das Terras de Trás-os-Montes	38
2.2.1. Análise SWOT	38
2.2.2. Desafios e fatores críticos de sucesso	40
3. ESTRATÉGIA	42
3.1. Visão e Missão	44
3.2. Posicionamento Estratégico - Eixos de Desenvolvimento Estratégico e Objetivos Estratégicos	45
3.3. Objetivos Específicos, Medidas e Entidades a envolver	49
4. ALINHAMENTO ESTRATÉGICO	139
4.1. Introdução	139
4.1.1. Programas Operacionais Analisados	139
4.2. Eixos de Desenvolvimento Estratégico (EDE) e Objetivos Estratégicos (OE)	140
4.2.1. Desenvolvimento Rural	140
4.2.2. Turismo	146
4.2.3. Ambiente	149
5. MODELO DE GOVERNAÇÃO	153
5.1 Mecanismos de acompanhamento, monitorização e auto-avaliação e gestão de redes	157
5.2 Parcerias e Redes	158
6. INDICADORES DE RESULTADO	160
7. ANEXOS	168
7.1. Caracterização dos municípios das Terras de Trás-os-Montes	168
8. FONTES DE INFORMAÇÃO	177

1. METODOLOGIA

Os novos desafios colocados pela União Europeia ao nível sub-regional para o horizonte 2020 nas diversas áreas relacionadas com a sustentabilidade e optimização dos recursos tornam indispensável o reforço da escala de intervenção para além da lógica municipal, de forma a aumentar a eficácia das intervenções nos domínios chave do desenvolvimento e da coesão territorial.

Neste sentido, a recente criada Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes (adiante designada por CIM-TTM) pretende apresentar a visão do conjunto dos municípios que a integram para o desenvolvimento do seu território de forma a responder a este desafio da União Europeia.



Fig. 1 – Municípios da CIM das Terras de Trás-os-Montes

Com este enquadramento institucional e organizacional de nível intermunicipal estão criadas as condições para que as Terras de Trás-os-Montes possam reivindicar uma participação mais ativa e atuante no processo de desenvolvimento, tendo em vista a maximização de absorção dos recursos disponibilizados, numa lógica de atuação intermunicipal e de racionalização dos investimentos.

A elaboração da Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial (adiante designada por Estratégia) da Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes (adiante designada por CIM-TTM) baseou-se em vários aspetos fundamentais:

- Realidade territorial da região e respetivo contexto atual, através da elaboração de um diagnóstico síntese, com o objetivo de determinar as potencialidades e vulnerabilidades da região e dos municípios constituintes da CIM-TTM;
- Enquadramento da CIM-TTM face às políticas europeias para o período 2014-2020, particularmente no que respeita às três prioridades estratégicas da Estratégia Europa 2020, e aos respetivos normativos nacionais (i.e. Programas Nacional e Regional de Reformas, Acordo de Parceria 2014-2020, Programa Operacional Regional do Norte 2014-2020; Norte 2020: Estratégia Regional de Especialização Inteligente);
- Balanço do Plano de Desenvolvimento Estratégico para a CIM-TM 2007-2013, identificando i) projetos não realizados, ii) projetos realizados e iii) projetos que transitam do anterior período, para serem complementados/ concluídos em 2014-2020.
- Estudos temáticos realizados no âmbito da CIM-TTM e de outras entidades da região onde os municípios são membros, donde se destaca, ao nível da CIM-TTM, o “Estudo do potencial cinegético e piscícola das Terras de Trás-os-Montes”, o “Plano de Marketing Territorial das Terras de Trás-os-Montes”, o “Estudo de Mobilidade e Transportes das Terras de Trás-os-Montes” e o “Plano de Ação da Rede Viária Municipal”. Ao nível transfronteiriço destacamos o “Plano Estratégico de Cooperação e Desenvolvimento Territorial ZASNET 2020”. Este estudo foi desenvolvido ao nível do Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial ZASNET, onde todos os municípios da CIM-TTM são membros.

Paralelamente, foram levadas a cabo várias ações de envolvimento dos diversos *stakeholders* locais, com relevância e intervenção no território, a fim de se construir uma estratégia territorial integrada, coesa, coerente, com visibilidade pública e elevado sucesso na sua implementação. Paralelamente, foram levadas a cabo várias ações de envolvimento dos diversos *stakeholders* locais, com relevância e intervenção no território, a fim de se construir uma estratégia territorial integrada, coesa, coerente, com visibilidade pública e elevado sucesso na sua implementação. O quadro 1 refere de forma exaustiva os *stakeholders* locais, por município, que foram auscultados e participaram na definição desta estratégia.

Município	Entidade Local
Bragança	Núcleo Empresarial do Distrito de Bragança (NERBA)
	Associação Comercial, Industrial e Serviços de Bragança (ACISB)
	Instituto Politécnico de Bragança (IPB)
	Escola Profissional Prática Universal (EPPU)
	Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP)
	Cruz Vermelha Portuguesa
	Associação de Pais e Amigos do Diminuído Intelectual (APADI)
	Casa do Trabalho Dr. Oliveira Salazar
	Associação de Socorros Mútuos dos Artistas de Bragança
	Centro Social e Paroquial de Santo Contestável
	Centro Social e Paroquial dos Santos Mártires
	Cáritas Diocesana de Bragança
	Centro Social da Obra Kolping
	Centro Social e Paroquial de Nossa Sra. Da Assunção
	Centro Social e Paroquial de São Roque
	Centro Social Obra do Padre Miguel
	Centro Social e Paroquial de Santo Estêvão de Espinhosela
	Centro Social e Paroquial de Santo Cristo
	Centro Social e Paroquial de Santa Comba de Rossas
	Centro Social e Paroquial de Babe
	Centro Social e Paroquial de São Lourenço
	Centro Social e Paroquial de Nossa Senhora da Ponte
	Centro Social e Paroquial de Coelhooso
	Centro Social e Paroquial de São Tomé
	Centro Social e Paroquial de São Bento e São Francisco
	Fundação Betânia
	Centro Social e Paroquial de Parada
	Centro Social e Paroquial de Izeda
	Santa Casa da Misericórdia de Bragança
	Centro Social de Santa Clara
	Centro Social do Sagrado Coração de Jesus
	Lar de S. Francisco
	Madre Superior Servas Franciscanas Reparadoras de Jesus Sacramentado
	Associação Socio Cultural dos Deficientes de Trás-os-Montes (ASCUDT)
	Associação Entre Famílias Delegação de Bragança
	Centro Social e Paroquial de S. Tiago
Associação Reaprender a Viver	
Centro Social Escolar Padre Cristóvão Gil	

Município	Entidade Local
	Projeto Viva Mais - Associação de Apoio à Família e ao Desenvolvimento Local
	Centro Social e Paroquial de Santo Estêvão de Pinela
	Centro Social e Paroquial de Baçal
	Centro Social e Paroquial de S. Pedro de Serracenos
	Casa do Professor de Bragança
Macedo de Cavaleiros	Associação de Desenvolvimento Da Terra Quente (DESTEQUE)
	Geopark Terras de Cavaleiros
	Federação da Agricultura de Trás-os-Montes E Alto Douro (FATA)
	Associação dos Criadores de Gado (ACRIGA)
	Terras Quentes - Associação de Defesa do Património Arqueológico do Concelho de Macedo de Cavaleiros
	Agrupamento de Escolas de Macedo de Cavaleiros
	Santa Casa da Misericórdia
	CERCIMAC
	Escola Superior de Educação Jean Piaget
	Associação Comercial e Industrial de Macedo de Cavaleiros (ACISMC)
Miranda do Douro	Agrupamento de Escolas de Miranda do Douro
	Associação de Produtores Raça Churra Mirandesa
	Associação de Produtores de Raça Mirandesa
	Santa Casa da Misericórdia
	Associação Comercial e Industrial de Miranda do Douro
	Cooperativa Ribadouro
Mirandela	Associação Comercial e Industrial de Mirandela
	Escola Superior de Comunicação, Administração e Turismo
	Santa Casa da Misericórdia de Mirandela
	ANCRAS
	Cooperativa de Produtores de Mel da Terra Quente
Mogadouro	Cooperativa Agrícola SABODOURO
	Associação Comercial Industrial e Serviços de Mogadouro
	Associação dos Produtores de Leite do Planalto Mirandês
	Associação dos Produtores Florestais
	Santa Casa da Misericórdia de Mogadouro
	Agrupamento de Escolas de Mogadouro
Vila Flor	Associação de Agricultores do Nordeste
	Agrupamento de Escolas de Vila Flor
	Santa Casa da Misericórdia
	ADS
	Associação de Agricultores do Vale da Vilarça
	ACIVF

Município	Entidade Local
	Associação de Beneficiários do Vale da Vilarça
	Cooperativa de Olivicultores de Vila Flor
	Centro Social e Paroquial de S. Bartolomeu
	Associação Cultural e Recreativa de Vila Flor
Vimioso	Associação Comercial e Industrial
	Agrupamento de Escolas
	Casa Religiosa de Nossa Senhora das Graças
	Centro Social e Paroquial de Santa Eulália
	Santa Casa da Misericórdia de Algosó
	Santa Casa da Misericórdia de Santulhão
	Santa Casa da Misericórdia de Vimioso – Lar S. de José
	Centro Social e Paroquial de Nossa Senhora das Dores de Argozelo
	Lar de São Pedro
	Cooperativa Agro-pecuária Mirandesa
	Centro de Gestão Agrícola
	Associação para o Estudo e Protecção do Gado Asinino (AEPGA)
	ALDEIA
	Palombar
Vinhais	Associação Nacional de Criadores de Suínos de Raça Bísara (ANCSUB)
	Associação Agro-Florestal e Ambiental da Terra Fria Transmontana (ARBÓREA)
	PRORURIS - Empresa Municipal de Desenvolvimento Rural de Vinhais
	Agrupamento de Defesa Sanitária (ADS)
	Escola Secundária D. Afonso III
	Santa Casa da Misericórdia de Vinhais
Bragança, Miranda-do-Douro, Vimioso e Vinhais	CoraNE

Quadro 1. Stakeholders da região com contributo para a elaboração da Estratégia

As ações de envolvimento realizadas contemplaram não só reuniões com determinados *stakeholders* locais, a título individual, mas também sessões de reflexão abertas ao público em cada uma das sedes de município da CIM-TTM, de forma a promover o envolvimento alargado dos atores da região na definição da Estratégia.

Relativamente às sessões primeiramente referidas, foram mobilizados e convidados a participar vários *stakeholders* da região, entre os quais empresas, cooperativas, associações e outras instituições.

Neste âmbito foram recebidos (presencialmente e/ou em formato escrito) os contributos dos seguintes agentes: Associação Comercial, Industrial e Serviços de Bragança (ACISB); Associação Comercial e Industrial e Serviços de Vimioso (ACISV); ERENA – Ordenamento e Gestão de Recursos Naturais; Núcleo Empresarial do Distrito de Bragança (NERBA); Resíduos do Nordeste, Empresa Intermunicipal; Santa Casa da Misericórdia de Bragança; Escola Superior Agrária de Bragança, Escola Superior de Educação de Bragança, Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Bragança, Escola Superior de Comunicação, Administração e Turismo de Mirandela e Escola Superior de Saúde de Bragança, que em conjunto constituem o Instituto Politécnico de Bragança (IPB). Abaixo são listadas, a título exemplificativo, algumas das reuniões decorridas neste contexto:

Município	Entidade	Interlocutor	Data da Reunião
Alfândega da Fé	Município de Alfândega da Fé	Dr. ^a Berta Nunes Dr. Manuel Tavares	28/11/2013
Bragança	Município de Bragança	Dr. Hernâni Dias	03/12/2013
	ACISB	Dr. ^a Anabela Anjos	20/02/2014
	NERBA	Dr. Eduardo Malhão Dr. ^a Margarida Pires	20/02/2014
	Santa Casa da Misericórdia de Bragança	Dr. Eleutério Alves	19/02/2014
	IPB	Dr. João Teixeira	19/02/2014
Macedo de Cavaleiros	Município de Macedo de Cavaleiros	Dr. Manuel Moreno	29/11/2013
Miranda do Douro	Município de Miranda do Douro	Dr. Artur Nunes	04/12/2013
Mirandela	Município de Mirandela	Dr. António Branco	29/11/2013
Mogadouro	Município de Mogadouro	Dr. Francisco Guimarães	04/12/2013
Vila Flor	Município de Vila Flor	Dr. Fernando Barros Dr. Quintino Gonçalves	29/11/2013

Município	Entidade	Interlocutor	Data da Reunião
Vimioso	Município do Vimioso	Dr. António Martins	03/12/2013
Vinhais	Município de Vinhais	Dr. Alfredo Santos	03/12/2013

Quadro 2. Reuniões de envolvimento das entidades locais (exemplificativo)

No que respeita às sessões abertas ao público, estas foram efetuadas em dois momentos distintos: na fase anterior à definição da Estratégia e, posteriormente, numa fase mais avançada dos trabalhos, com a Estratégia já delineada. Desta forma, foi possível refletir, na estruturação da Estratégia, os contributos das forças vivas da região – cidadãos, empresas, cooperativas, associações – e auscultá-las novamente, num momento posterior, com o posicionamento estratégico a atingir já definido.

Finalmente, importa referir que o grupo de trabalho realizou também sessões regulares de trabalho com a Presidência e Secretariado Executivo da CIM-TTM, e respetivos Presidentes de Câmara dos municípios, com o intuito de incorporar na Estratégia as necessidades municipais e intermunicipais percebidas no decorrer do período de governação.

2. DIAGNÓSTICO

2.1. Situação atual do território (diagnóstico externo no quadro das outras regiões e Europa)

2.1.1. Introdução

Com vista à definição da Estratégia de desenvolvimento intermunicipal para a CIM-TTM, foi efetuado um diagnóstico síntese da região, que servirá como referência à definição dos objetivos estratégicos e respetivos objetivos específicos e medidas. A Estratégia visa a obtenção de uma visão uniforme e homogénea das orientações que sustentarão a elaboração de políticas públicas, promovendo um espírito de comunidade e entreajuda na CIM-TTM e garantindo uma participação mais ativa dos intervenientes públicos e privados.

Esta Estratégia será definida tendo como primado a situação atual do território no quadro externo, particularmente europeu, pelo que se consideram as metas da Estratégia Europa 2020, a Política de Coesão da União Europeia 2014-2020, bem como as orientações do Quadro Estratégico Comum da União Europeia para a aplicação dos fundos comunitários para este período. De forma a maximizar o potencial deste diagnóstico como uma ferramenta prospetiva, adotou-se uma estrutura alinhada com as três prioridades da Estratégia Europa 2020 (crescimento inteligente, crescimento sustentável e crescimento inclusivo). É igualmente tido em conta o contexto do território e o seu enquadramento no referencial regional (zona Norte) e nacional, através, respetivamente do Programa Operacional Regional do Norte 2014-2020 e do Acordo de Parceria 2014-2020.

Deste modo, o presente diagnóstico está estruturado da seguinte forma:

- **Caracterização da CIM das Terras de Trás-os-Montes**, com base em indicadores geográficos e socioeconómicos, mapeados em função do seu contributo para as três prioridades da Estratégia Europa 2020;
- **Análise crítica da CIM das Terras de Trás-os-Montes**, identificando os principais pontos fortes, pontos críticos, oportunidades e desafios com o objetivo de fornecer linhas de orientação para a definição da estratégia de atuação da CIM das Terras de Trás-os-Montes.

Transversalmente ao documento, na caracterização do território abrangido pela CIM-TTM, foram identificados os *stakeholders* mais relevantes envolvidos no desenvolvimento da área em

análise, sempre que aplicável. Adicionalmente, na definição da Estratégia, considerar-se-ão quais os *stakeholders* críticos a envolver, para a prossecução dos objetivos e medidas, partindo do pressuposto implícito de que a CIM terá aqui um papel chave enquanto agente promotor e facilitador da implementação da Estratégia.

Importa referir que para suportar quantitativamente este diagnóstico selecionaram-se indicadores chave da região da CIM-TTM, no entanto por vezes foi necessário recorrer a estatísticas referentes à região de Alto de Trás-os-Montes devido à indisponibilidade de dados específicos para a CIM-TTM.

2.1.2. Contextualização da Comunidade Intermunicipal

A recém-criada CIM-TTM agrega nove dos concelhos da NUTS III do Alto Trás-os-Montes: Alfândega da Fé, Bragança, Macedo de Cavaleiros, Miranda do Douro, Mirandela, Mogadouro, Vila Flor, Vimioso e Vinhais. A região Alto Trás-os-Montes, onde a CIM-TTM se insere, subdivide-se em duas sub-regiões, Trás-os-Montes e Alto-Tâmega (Figura 4), que até Setembro de 2013 eram representadas por uma única CIM, designada CIM Trás-os-Montes (CIM-TM).

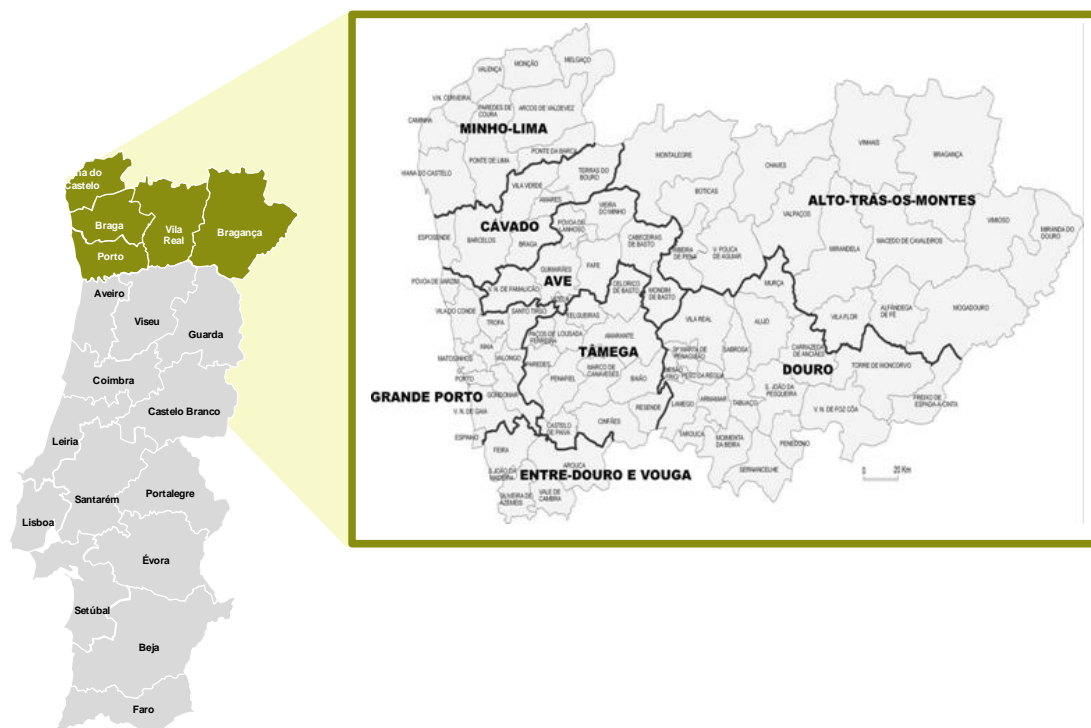


Figura 4. Unidades territoriais da região Norte (NUTS II)

A constituição das duas Comunidades Intermunicipais surgiu na sequência da Lei nº 75/2013, 12 de Setembro), com o objetivo de assegurar uma dimensão e escala adequadas para todas as CIM, garantindo i) governabilidade, eficácia e eficiência na organização e ação; ii) coerência na homogeneidade dos territórios de suporte; iii) interdependência geradora de sinergias e “ganhos de escala”; e iv) reforço do processo de territorialização nas principais políticas públicas. Esta Lei também refere que a criação de uma CIM está sujeita à verificação de “requisitos mínimos” de 5 municípios e 85.000 habitantes.

Deste modo, e tendo em consideração o desajustamento territorial da CIM-TM, face às distâncias, tempos de acesso e falta de homogeneidade e identidade territorial entre municípios, foi aprovada a separação da CIM-TM em duas CIM, como se pode verificar pela Figura 5.

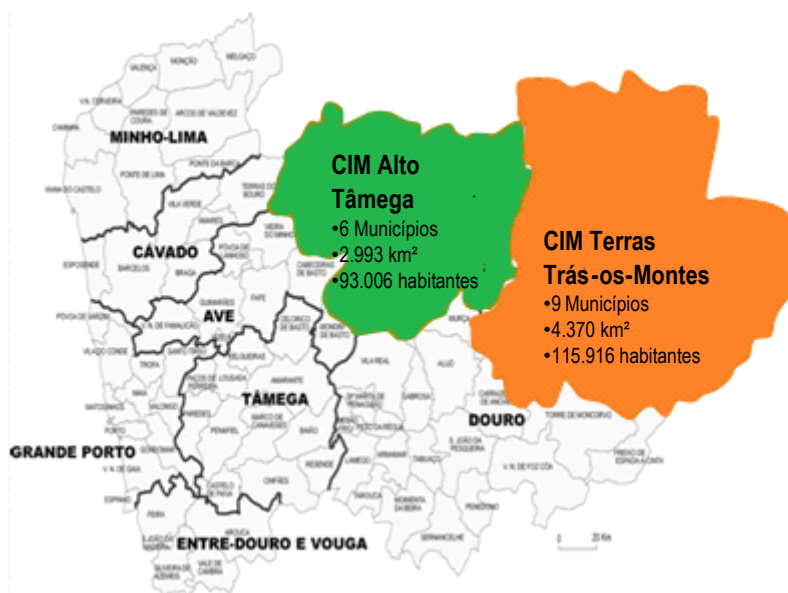


Figura 5. Separação da CIM-TM na CIM do Alto-Tâmega e na CIM das Terras de Trás-os-Montes

Os nove municípios da CIM-TTM constituem ainda duas Associações Municipais: Associação de municípios da Terra Fria do Nordeste Transmontano (Bragança, Miranda do Douro, Mogadouro, Vimioso e Vinhais) e a Associação de municípios da Terra Quente Transmontana (Alfândega da Fé, Carrazeda de Ansiães, Macedo de Cavaleiros, Mirandela e Vila Flor), embora o município de Carrazeda de Ansiães integre a CIM Douro. Estas Associações contribuem para a promoção do desenvolvimento local equilibrado, através da coordenação e articulação de projetos de interesse intermunicipal.

A interdependência entre regiões é cada vez mais um fator relevante na abordagem ao desenvolvimento territorial. Neste âmbito, a CIM-TTM enfrenta novos desafios, nomeadamente, a existência de especificidades e assimetrias no desenvolvimento dos municípios, o que acarreta dificuldades no estabelecimento de regras *standard* para a operacionalização das ações desenvolvidas. A isto acresce ainda a disparidade na mobilização dos agentes de mudança (municípios e munícipes). De forma a ultrapassar as barreiras impostas por estes constrangimentos, a CIM-TTM deve assegurar os seguintes objetivos:

- Planeamento **da estratégia de desenvolvimento económico, social e ambiental do território abrangido**;
- Articulação dos **investimentos municipais de interesse intermunicipal**;
- Participação na **gestão de programas de apoio ao desenvolvimento regional**, designadamente nos fundos que concernem ao Portugal 2020.

2.1.3. Perfil da Região

2.1.3.1. Perfil territorial e administrativo

A CIM-TTM estende-se por cerca de 4.370 km², sendo geograficamente limitada a Norte e Este por Espanha (Galiza e Castela e Leão), a Sul pela CIM do Douro e a Oeste pela CIM do Alto do Tâmega.

Em termos territoriais, Bragança é o município com maior área de superfície da CIM-TTM (1.173,6 km²) e também com maior número de freguesias (39). No outro extremo encontram-se os municípios de Vila Flor com 265,8 km² de superfície e Vimioso com 10 freguesias.

2012	Área (km ²)	Freguesias ¹
Alfândega da Fé	321,95	12
Bragança	1.173,57	39
Macedo de Cavaleiros	699,27	30
Miranda do Douro	488,36	13
Mirandela	658,97	30
Mogadouro	757,98	21

2012	Área (km ²)	Freguesias ¹
Vila Flor	265,52	14
Vimioso	481,47	10
Vinhais	694,68	26
CIM-TTM	5.541,77	195
Norte	21.286	1.426
Portugal	92.211,9	3.092

Quadro 4. Caracterização territorial e administrativa da CIM das Terras de Trás-os-Montes

Fonte: Pordata, INE

1) O número de Freguesias corresponde a dados de 2013

2.1.3.2. Perfil demográfico

Os municípios constituintes da CIM-TTM contabilizam um total de 115.916 habitantes residentes (cerca de 1% do total da população nacional), resultando numa densidade populacional de 26,5 habitantes p/ km², significativamente inferior às médias registadas nas regiões Norte (172,7 habitantes p/ km²) e nacional (114,5 habitantes p/ km²).

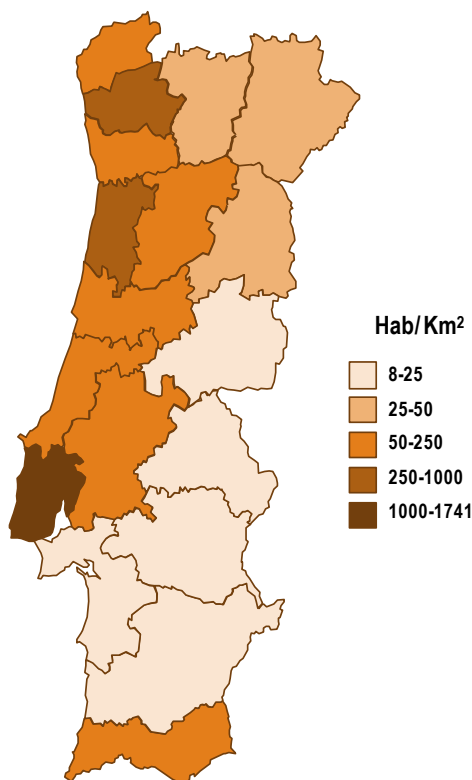


Figura 6. Densidade populacional de Portugal Continental por NUTS III em 2011

Fonte: INE; Pordata

Adicionalmente, Bragança revela ser o município mais populoso da CIM-TTM com 35.128 habitantes, enquanto Mirandela é aquele com maior densidade populacional: 35,7 habitantes p/ km².

O município de Vimioso destaca-se como sendo simultaneamente o município menos populoso da CIM-TM com 4.564 habitantes e com menor densidade populacional (9,5 habitantes p/ km²).

2012	População residente (nº)	Densidade populacional (nº/km²)	Eleitores recenseados (nº)
Alfândega da Fé	4.979	15,5	5.796
Bragança	35.128	29,9	36.808
Macedo de Cavaleiros	15.536	22,2	18.886
Miranda do Douro	7.429	15,2	8.079
Mirandela	23.497	35,7	24.935
Mogadouro	9.341	12,3	11.274
Vila Flor	6.584	24,8	7.617
Vimioso	4.564	9,5	6.341
Vinhais	8.858	12,7	11.283
CIM-TTM	115.916	26,5¹	96.020
Norte	3.676.729	172,7	3.419.290
Portugal	10.514.844	114,0	9.740.336

Quadro 5. Caracterização demográfica da CIM das Terras de Trás-os-Montes

Fonte: Pordata, INE

- 1) Valores correspondentes à média dos municípios individuais, ponderada pela população residente (devido à falta de dados estatísticos agregados para a CIM-TTM)

A CIM-TTM apresenta-se como sendo umas das regiões a nível nacional com um índice de envelhecimento mais acentuado com 260,4 idosos por cada 100 jovens (contra uma média nacional de 129,4 idosos/ 100 jovens).

Apesar de todos os municípios possuírem este indicador acima da média nacional, os municípios de Bragança e Mirandela revelam ser os mais jovens com 183,2 e 211,6 idosos por cada 100 jovens, respectivamente.

2012	Jovens (menos de 15 anos) (%)	População em idade ativa (15 aos 64 anos) (%)	Idosos (mais de 65 anos) (%)	Índice de envelhecimento (Idosos/100 jovens)
Bragança	12,2	65,3	22,4	183,2
Mirandela	11,8	63,4	24,9	211,6
Macedo de Cavaleiros	11,3	60,4	28,2	249,6
Mogadouro	9,8	57,7	32,4	329,6
Vinhais	8,0	53,3	38,7	483,2
Miranda do Douro	10,0	58,1	32,0	321,4
Vila Flor	10,8	60,8	28,4	262,9
Alfândega da Fé	9,7	58,7	31,7	327,9
Vimioso	9,3	54,1	36,6	393,2
CIM-TTM¹	11,04	61,3	27,7	260,4
Norte	14,8	68,1	17,2	116,5
Portugal	14,9	65,9	19,2	129,4

Quadro 6. Caracterização demográfica da CIM das Terras de Trás-os-Montes

Fonte: Pordata, INE

1) Valores correspondentes à média dos municípios individuais, ponderada pela população residente (devido à falta de dados estatísticos agregados para a CIM-TTM)

2.1.3.3. Perfil económico

Não existindo informação pública disponível suficiente para traçar um perfil específico da CIM-TTM, foram utilizados dados económicos para a região de Alto Trás-os-Montes. Nesta região, a taxa de variação homóloga do Produto Interno Bruto (PIB) revela seguir, durante o período de 2007 a 2011, as tendências verificadas na região Norte e a nível nacional. No entanto, neste mesmo período, constata-se que as taxas relativas à região de Alto Trás-os-Montes

apresentam uma menor volatilidade que as restantes (Gráfico 1), facto que pode ser explicado por esta ser uma região relativamente mais isolada que outras regiões do país.

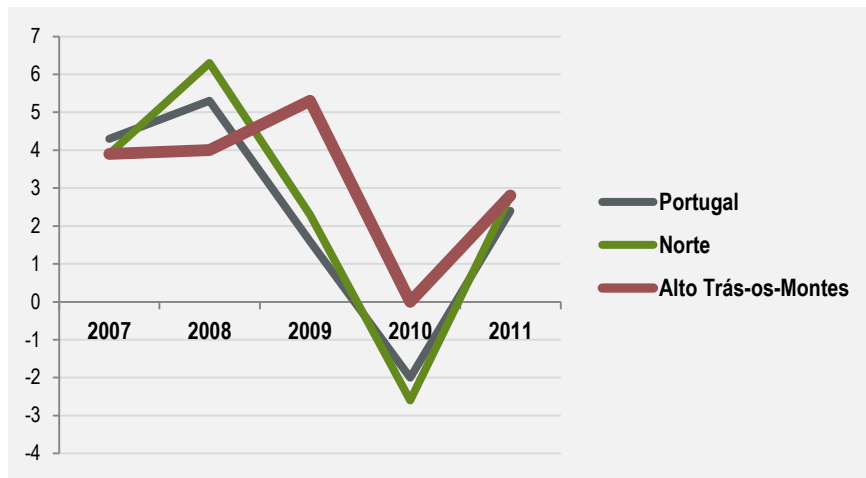


Gráfico 1. PIB (taxa de variação em valor; anual)

Fonte: INE

O PIB *per capita* da região de Alto Trás-os-Montes tem registado nos últimos anos (2007-2011) uma convergência, apesar de ligeira, com o PIB *per capita* a nível nacional, mas importa ressaltar que este efeito deve-se em parte à redução da população residente na região. No entanto, em 2011, a disparidade registada entre os dois indicadores foi ainda significativamente grande, sendo o PIB *per capita* da região 31% inferior ao nacional.

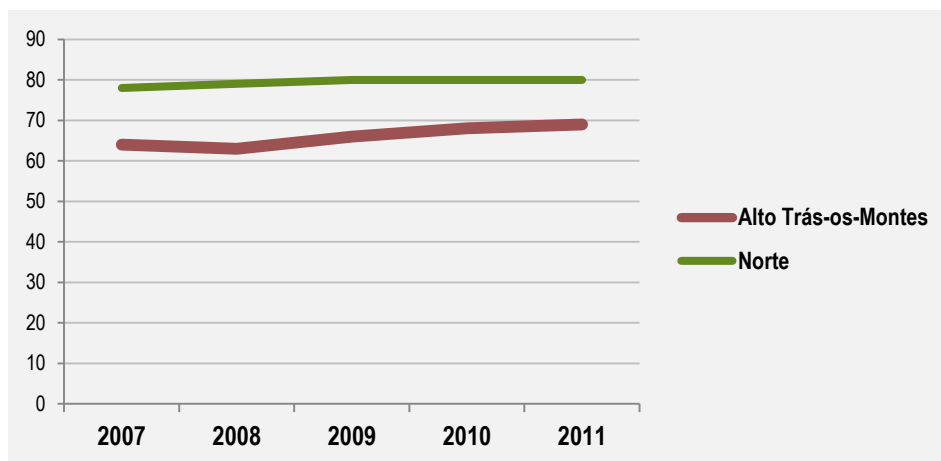


Gráfico 2. PIB *per capita* em índice (PIB *per capita* de Portugal=100)

Fonte: INE

No que respeita ao Valor Acrescentado Bruto (VAB) gerado pela região de Alto Trás-os-Montes, verifica-se que o sector terciário (Serviços) é o mais relevante, sendo responsável por 69,1% do VAB total; valor em linha com a região Norte (67,4%) mas abaixo do verificado a nível nacional (74,4%). É de realçar o elevado peso que o setor primário (Agricultura, Produção Animal, Caça, Floresta e Pesca) tem na região, representando 6,9% do VAB, percentagem 3 vezes superior à verificada nacionalmente (Quadro 7).

Valor Acrescentado Bruto (VAB) por setor de atividade (%)			
2010	Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	Indústria	Serviços
Alto Trás-os-Montes	6,9	24,0	69,1
Norte	1,6	31,0	67,4
Portugal	2,2	23,3	74,4

Quadro 7. Valor Acrescentado Bruto (VAB) por setor de atividade (%)

Fonte: INE

1) A região geográfica de Alto Trás-os-Montes acima representada difere da antiga Comunidade Intermunicipal (CIM-TM) pela inclusão do município de Murça e exclusão dos municípios de Ribeira de Pena e Vila Real. Contudo, tendo em conta a homogeneidade económica apresentada pela região, é útil a extrapolação destes valores para a CIM-TTM.

No que respeita ao tecido empresarial, a CIM-TTM contava com cerca de 12.003 empresas registadas em 2011, o que representa cerca de 1% do tecido empresarial nacional, sendo constituído essencialmente por empresas de dimensão reduzida em termos de número de colaboradores: cerca de 98% têm menos de 10 trabalhadores e o número médio de trabalhadores por empresa é cerca de 2. Apenas 4 empresas contam com mais de 249 trabalhadores nos seus quadros.

2011	Empresas (n.º)	Empresas <10 Trabalhadores (n.º)	Empresas > 9 e < 250 Trabalhadores (n.º)	Empresas >249 Trabalhadores (n.º)
CIM-TTM	12.003	11.748	251	4
Portugal	1.112.000	1.066.065	45.037	898

Quadro 8. Empresas por número de trabalhadores

Fonte: INE

Analisando individualmente cada município da CIM-TTM, verifica-se uma grande disparidade de realidades ao nível do número de empresas, pessoal ao serviço e volume de negócios.

Bragança é o município com o maior número de empresas da região (3.731), e respetivos número de trabalhadores ao serviço (9.264) e volume de negócios gerado (810 milhões de euros). Por outro lado, no outro extremo do *ranking*, o município de Alfândega da Fé apresenta o menor número de empresas da CIM-TTM, com 487 empresas registadas, e Vimioso com o menor número de pessoal ao serviço (702) e menor volume de negócios gerado (46 milhões de euros).

O volume de negócios médio das empresas presentes na CIM-TTM é significativamente inferior à realidade nacional: 150,3 milhares de euros contra 312,3 milhares de euros. O município de Alfândega da Fé é, no âmbito da CIM-TTM, aquele que apresenta o maior valor neste indicador (568,2 milhares de euros).

2011	Empresas (n.º)	Trabalhadores ao Serviço (n.º de indivíduos)	Volume de Negócios (milhares de euros)	Volume de Negócios médio por empresa (milhares de euros)
Alfândega da Fé	487	806	276.694	568,2
Bragança	3.731	9.264	809.855	217,1
Macedo de Cavaleiros	1.641	2.953	147.003	89,6
Miranda do Douro	881	1.513	70.667	80,2
Mirandela	2.463	5.018	259.187	105,2

2011	Empresas (n.º)	Trabalhadores ao Serviço (n.º de indivíduos)	Volume de Negócios (milhares de euros)	Volume de Negócios médio por empresa (milhares de euros)
Mogadouro	958	1.555	90.055	94,0
Vila Flor	632	1.429	82.745	130,9
Vimioso	496	702	26.460	53,3
Vinhais	714	1.191	41.424	58,0
CIM-TTM	12.003	24.431	1.804.090	150,3¹
Norte	360.482	1.225.029	91.449.328	253,7
Portugal	1.112.000	3.735.340	347.280.462	312,3

Quadro 9. Empresas por município da CIM das Terras de Trás-os-Montes*Fonte: INE*

1) Valores correspondentes à média dos municípios individuais, ponderada pelo número de empresas (devido à falta de dados estatísticos agregados para a CIM-TTM)

2.1.4. Caracterização CIM das Terras de Trás-os-Montes face às 3 prioridades estratégicas da Estratégia Europa 2020

2.1.4.1. Crescimento Inteligente

Os motores de crescimento económico da CIM-TTM refletem os fatores competitivos que diferenciam a região. Nesta secção, exploram-se os recursos potenciadores de crescimento, que contribuem para alavancar a i) Estrutura económica e a Internacionalização e que fomentam a ii) Inovação.

2.1.4.1.1. Estrutura económica e Internacionalização

A região abrangida pela CIM-TTM possui amplos recursos agrícolas e florestais sendo que 38% do seu território é considerado Superfície Agrícola Utilizada¹ (Figura 7), o que sustenta o desenvolvimento de um setor agroindustrial que assume predominância na região e que cobre essencialmente as fileiras hortícola, frutícola e micológica, através do cultivo de castanha, amêndoa, cereja, cogumelos e da produção de vinho e azeite. A produção pecuária de bovinos, ovinos, caprinos e suínos é igualmente importante na economia da região.

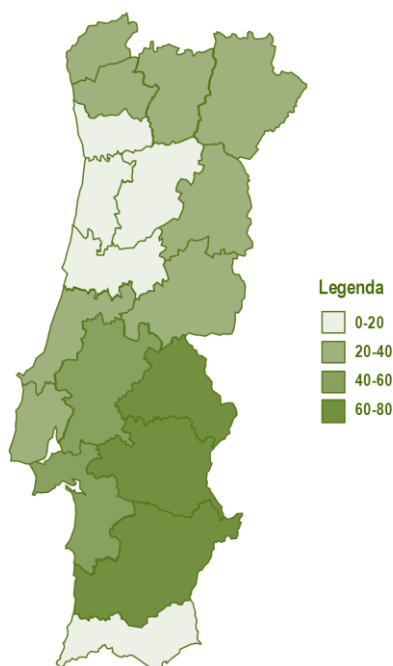


Figura 7. % de Superfície Agrícola Utilizada em Portugal Continental (NUTS III)

Fonte: Anuário Estatístico 2010 da Região Norte e Centro, Portugal

Segundo o Anuário Estatístico da Região Norte e Centro de 2010, a região de Alto Trás-os-Montes, onde se insere a CIM-TM, destaca-se em relação à região Norte por registar uma Superfície Agrícola Utilizada com um valor superior ao desta (30%), revelando que a agricultura se apresenta como um dos principais setores de atividade. Em particular, destaca-se o município de Mogadouro como o município que mais contribui para a produção agrícola das Terras de Trás-os-Montes (quadro 10).

¹ Conjunto de terras ocupadas com culturas temporárias ou permanentes ou com pastagens permanentes, terras de pousio ou terras ocupadas com culturas sob coberto de espaço florestal arborizado

2009	Superfície agrícola utilizada	
	ha	Valor da produção por hectare (€/ha)
Bragança	36.031	560,1
Mogadouro	32.797	695,9
Mirandela	24.834	581,7
Miranda do Douro	21.813	498,3
Macedo de Cavaleiros	21.803	576,5
Vinhais	17.512	677,5
Vimioso	14.507	489,7
Alfândega da Fé	11.761	514,5
Vila Flor	9.267	2.494,3
CIM-TTM	190.325	677,91
Norte	644.027	1.440,4
Portugal	3.668.145	1.264,9

Quadro 10. Superfície Agrícola Utilizada (SAU) por município da CIM das Terras de Trás-os-Montes

Fonte: INE; Anuário Estatístico 2010 da Região Norte e Centro, Portugal

Esta fileira de produtos endógenos poderá ser potenciada através da criação de uma marca única de promoção territorial e criação de produtos de Denominação de Origem Protegida (DOP) e Indicação Geográfica Protegida (IG), que poderão igualmente servir como alavancas à internacionalização da região.

Atualmente, a agricultura da região é fundamentalmente de cariz individual e a dinamização deste mercado deve-se, em larga medida, às cooperativas/ agrupamentos locais que

funcionam como facilitador à comercialização de produtos para mercados nacionais e internacionais. Um caso particular do mais recente sucesso nas exportações da região é o azeite que em toda a região de Alto Trás-os-Montes representa mais de 8 milhões de euros em Volume de Negócios e emprega cerca de 2.000 pessoas. Grande parte do azeite produzido na região obedece à Denominação de Origem Protegida, o que lhe confere exclusividade e um quarto do azeite produzido destina-se a exportações, sendo França, Estados Unidos e Brasil destinos deste produto. Acompanhando o Azeite, a Confederação Nacional de Cooperativas Agrícolas prevê um potencial de exportação de outros produtos endógenos, pelo que é fundamental redimensionar as prioridades de investimento e fomentar o emparcelamento.

De facto, nos últimos anos tem-se verificado um investimento por parte de jovens agricultores na região através da produção de azeite e vinho, mas também na exploração da amêndoa através de investimento direto estrangeiro. Adicionalmente, existe um potencial de enfoque na produção de castanhas, uma vez que é expectável que a região possa atrair cerca de 10 milhões de euros em investimento direto estrangeiro e nacional neste domínio.

Existem igualmente fileiras de negócio no âmbito do turismo que têm vindo a ser exploradas por pequenas empresas. Um exemplo de exploração turística é a denominada Rota do Azeite. A Rota do Azeite na região de Alto Trás-os-Montes é um projeto que abrange 15 itinerários onde se incluem Alfândega da Fé, Alijó, Bragança, Carrazeda de Ansiães, Freixo de Espada à Cinta, Macedo de Cavaleiros, Mirandela, Mogadouro, Murça, Tabuaço, Torre de Moncorvo, Valpaços, Vila Flor, Vila Nova de Foz Côa e Vimioso, e que visa promover o turismo rural da região, bem como o setor da restauração, cooperativas vinícolas e outros produtos típicos regionais como do fumeiro com destaque para a alheira (7ª maravilha gastronómica), vinho, carne, mel, cogumelos, queijos e compotas. Apesar de abranger 15 municípios, tem-se verificado que sobretudo Mirandela tem aproveitado a fileira do azeite como forma de potenciar o turismo e a economia local.

No sentido de internacionalizar a região, têm sido desenvolvidas iniciativas de promoção do território em mercados internacionais como é exemplo o projeto Douro Estrela, um projeto em co-promoção, entre o NERGA (Associação Empresarial da região da Guarda) e a AETUR (Associação dos Empresários Turísticos do Douro e Trás-os-Montes), que abrange um território de intervenção alargado – NUT II Norte e Centro; este projeto tem como objetivo potenciar micro e pequenas empresas das regiões através da promoção da imagem do território em mercados internacionais. Adicionalmente, organizações como o Centro de Inovação de Trás-os-Montes e Alto Douro (CITMAD) têm vindo a apoiar e promover o empreendedorismo da

região através do apoio à criação de novas empresas, mas também no apoio ao desenvolvimento de pequenas e médias empresas, promovendo-as em territórios internacionais. Para além disso, o Núcleo Empresarial da Região de Bragança tem vindo a promover, através da EXPO Trás-os-Montes, as micro e pequenas empresas da região com o intuito de as apoiar na conquista de novos mercados.

A internacionalização da região da CIM-TTM traduz-se na exportação dos seus melhores produtos ou na criação de parcerias internacionais que possam promover a região. No entanto, as exportações representavam, em 2009, apenas 257 mil milhares euros (Quadro 11), estando em larga medida concentradas em Bragança que em 2010 representou o município com maior contributo para as exportações da região, registando cerca de 240,8 milhões de euros em exportações.

2009	Saídas de mercadorias			Entradas de mercadorias		
	Total (Milhões de euros)	Intra UE (Milhões de euros)	Extra UE (Milhões de euros)	Total (Milhões de euros)	Intra UE (Milhões de euros)	Extra UE (Milhões de euros)
Bragança	240,8	236,4	4,4	109,7	108,5	1,2
Mirandela	7,6	4,7	2,9	5,6	5,3	0,3
Miranda do Douro	3,7	2,3	1,4	2,4	2,4	0,002
Macedo de Cavaleiros	1,7	1,7	0,01	0,2	0	0,2
Vila Flor	1,3	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
Alfândega da Fé	1,2	0,3	0,9	0,4	0,4	0,001
Mogadouro	0,9	0,8	0,07	2,4	2,4	n.d.
Vinhais	0,003	0	0,003	n.d.	0	n.d.
Vimioso	0	0	0	0	0	0
CIM-TTM	257,1	246,1	9,7	120,7	119,0	1,7
Norte	13.126,	10.574,2	2.551,9	10.791,2	8.791,7	1.999,4

2009	Saídas de mercadorias			Entradas de mercadorias		
	Total (Milhões de euros)	Intra UE (Milhões de euros)	Extra UE (Milhões de euros)	Total (Milhões de euros)	Intra UE (Milhões de euros)	Extra UE (Milhões de euros)
Portugal	36.762,2	27.573,2	9.188,9	57.053,1	43.204,5	13.848,6

Quadro 11. Comércio internacional de mercadorias em milhares de euros

Fonte: AEICEP

O peso de Bragança nas exportações explica-se por este ser o município, a par de Mirandela, com o maior número de empresas na região e com o maior número de pessoal ao serviço, traduzindo-se nos polos mais desenvolvidos da região, tendo um peso significativo nas exportações deste concelho uma empresa do sector automóvel (Faurécia). No entanto, a região da CIM-TTM tem um investimento empresarial pouco significativo no contexto da região Norte (NUTS II). A maioria dos parques industriais não são suficientemente desenvolvidos, tendo os municípios necessidade de atrair maior e melhor investimento empresarial para a região. Existem, no entanto, exceções como os casos da Sortegel no município de Bragança e da Sousacamp em Vila Flor, município que tem também conseguido atrair investimento empresarial adicional nos últimos anos, através da Zona Industrial de Sampaio, onde se situam atualmente empresas como a Frize (Compal+Sumol).

Conclui-se que o fortalecimento da estrutura económica e a capacidade de internacionalização da CIM-TTM estão dependentes da maximização do potencial dos recursos endógenos agrícolas e turísticos e da atração de investimento empresarial. Importa neste contexto referir o papel impulsionador das Associações Comerciais e Empresariais na região e a potencial localização estratégica deste território, que poderão gerar um forte contributo para o desenvolvimento do tecido empresarial da região.

A localização fronteiriça de alguns dos municípios da CIM-TTM abre possibilidades de cooperação com Espanha, o que se consubstanciou, por exemplo, no Programa de

Cooperação Transfronteiriça Espanha Portugal (POCTEP)² da região Norte que estabeleceu para o período de 2007 a 2013 um programa de cooperação entre a região Norte e a Galiza. De acordo com a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N), este programa irá retomar no período 2014-2020 e, após o encontro em Bruxelas no dia 8 de outubro de 2013, ficou definido que o objetivo para o período em vigor será que a região Norte beneficie de metade do pacote financeiro destinado à cooperação transfronteiriça entre Portugal e Espanha. Complementarmente, a proximidade de Bragança a municípios como Puebla de Sanabria em Espanha poderá alavancar as ligações a Espanha e assim atrair investimento direto estrangeiro em turismo, cultura e agricultura.

As políticas locais têm um carácter reativo e de pequena escala, assentes numa lógica essencialmente de infraestruturas e serviços, não apostando na necessária diversificação do sistema produtivo, o que leva à fragmentação do mercado interno e a forte dependência ao setor público e das transferências financeiras externas (subsídios, prestações sociais, etc.).

2.1.4.1.2. Inovação

Nos últimos anos (2001 – 2009) assistiu-se em Portugal a um aumento significativo da despesa em I&D (quadro 12), que em 2001 se cifrava nos 330.331 milhares de euros e em 2009 ascendia aos 1.311.070 milhares de euros. A zona Norte (NUTS II) acompanhou esta tendência e durante o referido período viu o seu investimento em I&D crescer até aos 293.173 milhares de euros. Deste valor, apenas 1.374 milhares foram alocados à NUT III onde se insere a CIM-TTM, o que nesse ano representou 0,5% do total de despesas em I&D.

	2001	2009
	Despesa total em I&D	
	Milhares de euros	Milhares de euros
Alto Trás-os-Montes	-	1.374
Norte	58.197	293.173
Portugal	330.311	1.311.070

Quadro 12. Despesa total em I&D em milhares de euros | Fonte: INE

² Instrumento de Desenvolvimento Territorial, de natureza estratégica, no âmbito da Lei de Bases do Ordenamento do Território e Urbanismo (LBOTDU - Lei n.º 48/98 de 11 de Agosto).

Apesar do *gap* indiciado por este indicador (quadro 12), a região da CIM-TTM apresenta um nível *Moderate Innovator* de acordo com o *Regional Innovation Scoreboard*³ (Figura 8), este nível compara com resultados de *Innovation Follower* na região Centro do país e de *Innovation Leader* em Lisboa e Vale do Tejo, o que aponta para assimetrias inter-regionais.

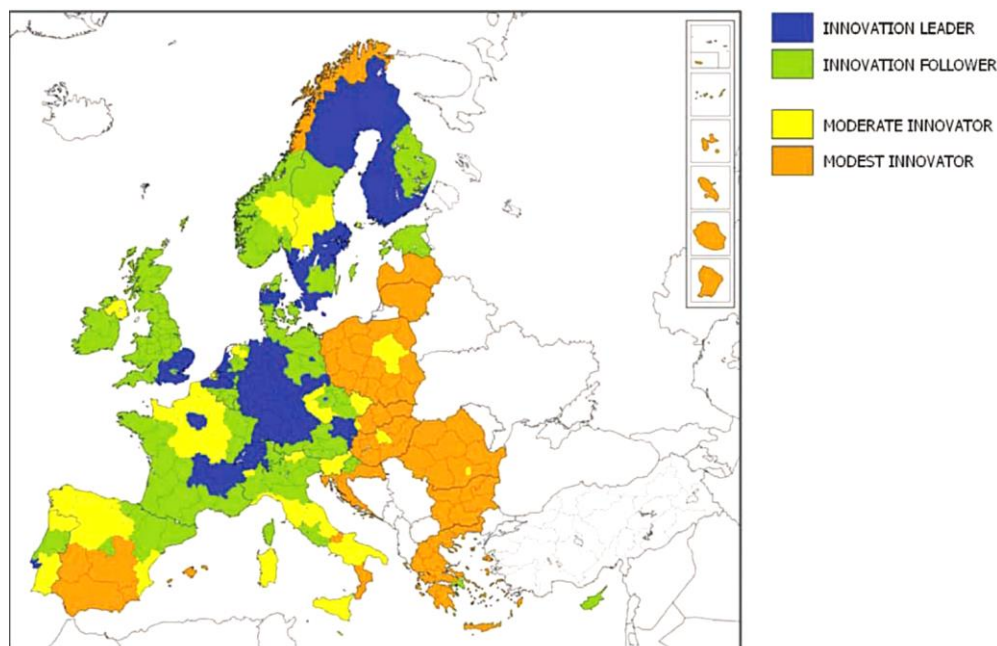


Figura 8. Índice de desenvolvimento dos países da Europa Comunitária (*Regional Innovation Scoreboard*)

Fonte: *Regional Innovation Scoreboard* da União Europeia

A promoção de um crescimento económico baseado na inovação é liderada, na região onde a CIM-TTM se insere, por diferentes atores, que incluem o Instituto Politécnico de Bragança e as incubadoras de empresas. O Instituto Politécnico de Bragança possui vários centros de investigação, onde se destacam o Centro de Investigação de Montanha (CIMO), Laboratory of Separation and Reaction Engineering (LSRE) e o Centro de Investigação em Desporto, Saúde e Desenvolvimento Humano (CIDESD). Os municípios têm vindo igualmente a apostar na

³ O *Regional Innovation Scoreboard* é uma medida de comparação sobre o grau de inovação dos 27 países da Europa Comunitária. A performance de inovação é medida através de um *framework* onde se avalia a inovação através de 3 diretrizes: i) *enablers*, ii) atividade empresarial e iii) *outputs*

criação de incubadoras de empresas para apoiar empresas inovadoras e potenciar a competitividade das PME na região.

2.1.4.2. Crescimento Sustentável

A sustentabilidade do crescimento económico da CIM-TTM implica um crescimento sustentável do ponto de vista ambiental e sustentado do ponto de vista das infraestruturas potenciadoras da atividade económica. Nesta secção exploram-se os fatores que caracterizam a região ao nível do i) Energia e Ambiente e da sua iii) Acessibilidade e Mobilidade (interna e externa).

2.1.4.2.1. Energia e Ambiente

A região de Alto Trás-os-Montes, onde a CIM-TTM se insere, desempenha um papel relevante na produção de energia a nível nacional, representando 24,5% da energia elétrica produzida em Portugal (segundo a Direção-Geral de Energia e Geologia). A região contempla ainda uma das maiores concentrações de potência licenciada renovável, derivada dos vastos recursos hídricos existentes e parques eólicos⁴. O distrito de Bragança é aliás o que mais contribui ao nível nacional para a produção de energia elétrica a partir de fontes renováveis, sendo responsável pela geração de aproximadamente 14% da energia nestas condições (4.058 GWh em 2013).

O consumo energético (relativo a eletricidade) da CIM-TTM confirma o facto da atividade industrial na região ter uma expressão significativamente inferior à média nacional, dado o consumo de energia elétrica representar cerca de 13% do total contra os valores superiores registados na região Norte (35%) e nacional (36%).

⁴ Informação validada a partir do *website* da Direção -Geral de Energia e Geologia

2011	Consumo de energia elétrica (KW/h)					
	Doméstico	Não doméstico	Indústria	Agricultura	Iluminação das vias públicas	Edifícios do Estado
CIM-TTM	150.467.092	91.573.358	49.312.286	13.011.257	36.214.583	33.091.259
Norte	4.833.810.843	3.491.034.132	5.376.856.266	145.267.878	565.868.082	774.540.565
Portugal	13.755.180.788	11.956.768.788	17.675.099.128	980.854.386	1.674.051.161	2.697.614.216

Quadro 13. Consumo de energia elétrica por tipologia de consumo

Fonte: INE; Pordata

No que respeita à rede de abastecimento de água da CIM-TTM, segundo os últimos dados disponíveis (2009), constata-se que 91% da população tem acesso a sistemas de abastecimento de água. Paralelamente, 82% da população residente na CIM-TTM é também servida por estações de tratamento de águas residuais (ETAR).

2.1.4.2.2. Acessibilidade e Mobilidade

As características morfológicas e geográficas da região, aliadas a outros fatores como i) difícil acesso às principais vias de comunicação nacionais e ii) elevada distância dos principais centros de decisão políticos e económicos, contribuem para um relativo isolamento da região onde se enquadra a CIM-TTM.

As barreiras mencionadas têm vindo a ser endereçadas com a melhoria das condições de acessibilidade à região, nomeadamente, através da construção de novos itinerários rodoviários, como são exemplo as autoestradas A24, A4, IP2 e IC5. No entanto, assiste-se à necessidade da melhoria das acessibilidades entre estas vias e municípios da CIM-TTM, nomeadamente Vimioso (A4), Vinhais (A4) e também as ligações do IP2 a Puebla de Sanábria e do IC5 a Zamora.

No ano de 2012, o Governo anunciou um plano modal de vias de comunicação com ligação aérea e com ligações estruturantes ferroviárias que permitirão efetuar a ligação a Puebla de Sanábria (Espanha) via TGV.

Atualmente, as principais vias de comunicação e acesso à CIM-TTM, espelham-se em:

- **Ligações rodoviárias:** IP2, A4/IP4 e IC5;
- **Ligações aeroportuárias:** através do Aeroporto Francisco Sá Carneiro (Porto) e aeródromo de Bragança;
- **Ligações ferroviárias:** através da linha do Norte;
- **Ligações marítimas:** através dos portos de Leixões e Viana do Castelo.

2.1.4.3. Crescimento Inclusivo

A promoção de um crescimento inclusivo na região da CIM-TTM implica melhorar o portefólio de competências da população no sentido de criar oportunidades de trabalho e tornar o tecido empresarial mais competitivo, promovendo assim a coesão social. Nesta secção, explora-se então o ponto de situação da região em termos de i) Educação e Formação e ii) Empregabilidade.

2.1.4.3.1. Educação e Formação

A qualificação da população surge como um fator decisivo para a promoção de uma economia mais inclusiva, ao potenciar a empregabilidade e promover a competitividade empresarial.

O quadro 14 demonstra que no ano letivo de 2011/ 2012 a CIM-TTM registava 94 estabelecimentos de ensino básico e 15 de ensino secundário, com 11.728 e 4.490 alunos inscritos respetivamente, acrescentando 1.066 alunos no ensino profissional. Uma análise desagregada por município revela que Bragança é o município com mais estabelecimentos de ensino básico e secundário e também o maior número de alunos inscritos durante o ano letivo de 2011/ 2012.

Adicionalmente, a análise do número de escolas por dimensão territorial demonstra que praticamente todos os municípios da CIM-TTM possuem mais de 8 escolas básicas e secundárias por cada 10.000 habitantes, com exceção de Macedo de Cavaleiros e Mogadouro. Tendo em conta a densidade populacional e o número de escolas presentes na região, conclui-se que a região das Terras de Trás-os-Montes se encontra suficientemente bem fornecida de escolas para o ensino básico e secundário na maior parte dos municípios.

2011/ 2012	Estabelecimentos		Alunos matriculados			Número de escolas básicas e secundárias/ 10.000 habitantes
	Básico (n.º)	Secundário (n.º)	Básico (n.º)	Secundário (n.º)	Profissional (n.º)	
Alfândega da Fé	3	1	377	159	58	8,0
Bragança	28	4	3.859	2.037	362	9,1
Macedo de Cavaleiros	8	1	1.495	489	109	5,8
Mirandela	24	5	2.635	1.062	448	12,3
Miranda do Douro	7	1	650	253	38	10,8
Mogadouro	4	1	653	225	46	5,4
Vila Flor	9	1	1.279	133	5	15,2
Vimioso	4	0	290	1	-	8,8
Vinhais	7	1	490	131	-	9,0
CIM-TTM	94	15	11.728	4.490	1.066	9,4
Norte	2.683	336	438.175	162.969	41.812	8,2
Portugal	7.682	947	1.206.716	440.895	-	8,2

Quadro 14. Ensino Básico e Secundário nos municípios da CIM das Terras de Trás-os-Montes

Fonte: INE

Relativamente ao ensino superior, o quadro 15 revela que no ano letivo 2012/ 2013 existiam 9 estabelecimentos de ensino superior na região da CIM-TTM. Neste mesmo ano, a região contava com 5.885 alunos inscritos no ensino superior, registando uma taxa de escolarização média de 11,8% e um número de diplomados de 1.425.

De entre os institutos superiores da região, destaca-se o Instituto Politécnico de Bragança, constituído por dois *campus*, em Bragança e em Mirandela, que se desagrega em cinco escolas onde se englobam a Escola Superior Agrária de Bragança, Escola Superior de Educação de Bragança, Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Bragança, Escola Superior de Comunicação, Administração e Turismo de Mirandela e Escola Superior de Saúde de Bragança, que oferece mais de 100 cursos, onde se incluem licenciaturas, pós-graduações e mestrados.

2012/2013	Estabelecimentos (n.º)	Alunos Matriculados (n.º)	Taxa de escolarização superior %	Diplomados em 2012 (n.º)	Nome dos estabelecimentos de ensino
Alfândega da Fé	0	-	6,9	-	-
Bragança	5	4.939	18,0	1.134	<ul style="list-style-type: none"> ■ Escola Superior Agrária de Bragança (ESA) ■ Escola Superior de Educação de Bragança (ESE) ■ Escola Superior de Saúde de Bragança (ESSA) ■ Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Bragança (ESTiG) ■ Cooperativa de Ensino Superior Politécnico e Universitário de Bragança (CESPU) (atualmente encerrado)
Macedo de Cavaleiros	2	70	10,4	74	<ul style="list-style-type: none"> ■ Instituto Superior Jean Piaget (atualmente encerrado)
Miranda do Douro	0	-	9,0	-	-
Mirandela	2	876	11,8	217	<ul style="list-style-type: none"> ■ Escola Superior de Comunicação, Administração e Turismo de Mirandela (EsACT) ■ Instituto Superior Jean Piaget (atualmente encerrado)
Mogadouro	0	-	8,6	-	-
Vila Flor	0	-	7,2	-	-
Vimioso	0	-	5,7	-	-
Vinhais	0	-	5,0	-	-

2012/2013	Estabelecimentos (n.º)	Alunos Matriculados (n.º)	Taxa de escolarização superior %	Diplomados em 2012 (n.º)	Nome dos estabelecimentos de ensino
CIM-TTM	9	5.885	11,8% ³	1.425	-
Norte	103	119.350	12,0	26.534	-
Portugal	298	371.000	13,8	81.410	-

Quadro 15. Ensino Superior nos municípios da CIM das Terras de Trás-os-Montes

Fonte: INE; Pordata

2.1.4.3.2. Empregabilidade

Em 2011, o registo de população ativa em Portugal era de 5.023.367 pessoas (Quadro 16), enquanto na região Norte era de 1.756.065 pessoas e na região de Alto de Trás-os-Montes este indicador ascendia às 46.130 pessoas.

2011	População ativa	Taxa de atividade %
CIM-TTM	46.130	44,3
Norte	1.756.065	56,1
Portugal	5.023.367	55,9

Quadro 16. População ativa no ano de 2011

Fonte: INE; Pordata

No que respeita ao nível salarial, o quadro 17 revela que o salário médio da região da CIM-TTM apresenta o valor mais elevado no setor terciário (694,70€), consideravelmente abaixo do salário médio praticado na região Norte (850,70€) e ainda mais baixo quando comparado com o salário médio do setor terciário de Portugal (943€). O salário médio do setor primário da região da CIM-TTM (568,70€) fica igualmente aquém dos valores praticados na região Norte (755,60€)

e em Portugal (708,3€). O mesmo acontece quando comparado o salário médio praticado na região da CIM-TTM nas atividades do setor secundário com o salário médio da zona Norte e do país.

2011	Sector primário	Sector secundário			Sector terciário
	Agricultura, produção animal, caça, silvicultura e pesca (€)	Indústria, construção, energia e água (€)	Indústrias transformadoras (€)	Construção (€)	Serviços (€)
Alfândega da Fé	589,4	570,5	552,4	580,4	664,6
Bragança	568,4	737,4	768,4	644,8	724,4
Macedo de Cavaleiros	559,5	599,8	580	545	712,3
Mirandela	616	652,8	632,7	607,6	712,2
Miranda do Douro	631,6	766,2	622,9	672,6	645,9
Mogadouro	540	669,2	549,1	679,5	654,7
Vila Flor	538	699,1	722,9	687,3	652,9
Vinhais	492,5	542,5	570,8	499,1	666
Vimioso	485	566,6	496,4	541,7	625,2
CIM-TTM	568,7	667,2	651,0	612,9	694,7
Norte	755,6	744,4	734,4	730,4	850,7
Portugal	708,3	839,2	830,6	796,5	943

Quadro 17. Rendimento salarial médio mensal (em euros) líquido por setor de atividade

Fonte: INE; Pordata

O nível de desemprego dos municípios da CIM-TTM apontava em 2011 para 12,3 desempregados por cada 100 habitantes, valor abaixo da média nacional (15,2 desempregados para cada 100 habitantes).

2011	Desempregados por cada 100 empregados (%)	Inscritos nos centros de emprego no final do ano ² (nº)	Taxa de desemprego (%)
Alfândega da Fé	15,2	335	13,2
Bragança	11	1.953	11
Macedo de Cavaleiros	11,4	920	10,2
Miranda do Douro	10,4	279	10,4
Mirandela	13,8	1.719	9,4
Mogadouro	13,2	466	11,7
Vila Flor	13,4	437	11,8
Vimioso	11,6	180	10,4
Vinhais	13	472	11,5
CIM-TTM	12,3	6.761,0	10,9
Norte	16,9	291.621	14,5
Portugal	15,2	690.535	13,2

Quadro 18. Caracterização do desemprego na CIM das terras de Trás-os-Montes

Fonte: INE; Pordata

Da análise aos indicadores de educação e de empregabilidade, conclui-se que o maior desafio da CIM-TTM para a promoção da inclusão social implica ter respostas sociais para a população envelhecida e promover a retenção e respetivo emprego da população jovem que estuda na região.

2.2. Análise crítica da CIM das Terras de Trás-os-Montes

2.2.1. Análise SWOT

No seguimento da caracterização efetuada à CIM-TTM apresentam-se os principais resultados da análise às suas envolventes interna e externa, sob a forma de uma análise SWOT: *Strengths* (Forças), *Weaknesses* (Fraquezas), *Opportunities* (Oportunidades), *Threats* (Ameaças).

A análise efetuada permite identificar as i) forças do território da CIM-TTM que poderão ser classificadas como os grandes vetores de evolução da região, ii) fraquezas que deverão ser alvo de preocupação e definição de ações de melhoria, iii) oportunidades, representando os aspetos positivos da envolvente com potencial para alavancagem das vantagens competitivas da região, e iv) ameaças, cobrindo pontos negativos da envolvente que poderão comprometer a vantagem competitiva da região.

De referir que, para a presente análise crítica, foram consideradas diversas fontes de informação além do diagnóstico realizado, nomeadamente: o Programa Regional de Reformas, os Planos Diretores Municipais dos diversos municípios da CIM-TTM e o Relatório Norte 2020 – Iniciativa Competitividade e Convergência.



Figura 9. Análise SWOT

FORÇAS

- **Potencialidades da atividade turística** na região, nomeadamente no que respeita à atividade de turismo de natureza;
- **Património histórico-cultural** com numerosos monumentos qualificados;
- **Experiências prévias em colaborações transfronteiriças**, conferindo à região a capacidade de colaboração em projetos integrados;
- **Autossustentabilidade da região**, suportada no elevado peso do setor agrícola e abundância de recursos naturais;
- **Saldo positivo da balança comercial de mercadorias com o exterior** da região;
- **Forte potencial para a produção de energias renováveis**, resultado das características geográficas da região;
- **Diversidade regional de produtos de qualidade**, muitos deles com certificação de qualidade reconhecidos nacionalmente e outros com potencial de certificação.

FRAQUEZAS

- **Baixos níveis de formação da população**, inferior à média nacional (peso significativo de população com níveis de formação ao nível primário);
- **Baixa densidade populacional** em comparação com a média nacional e respetiva despovoamento do território, em especial das zonas rurais;
- **Envelhecimento da população** (elevado índice de envelhecimento), fortemente influenciado pelo êxodo da população jovem para fora da região, fator que pode ter impacto na criação de riqueza por via da perda de população em idade ativa;
- **Baixo PIB per capita**, (inferior à média nacional);
- **Prevalência de tendências de políticas microeconómicas** centradas no desenvolvimento individual de cada município aliadas à inexistência de uma visão agregadora da região;
- **Frágil identidade comum aos municípios**, dificultando a afirmação e promoção dos produtos regionais aos níveis nacional e internacional;
- **Reduzida competitividade das explorações agropecuárias**, fruto da pequena dimensão das explorações agrícolas da região e conseqüente dificuldade de captação de economias de escala;
- Elevada concentração da **produção em atividades de baixo valor acrescentado** (ex.: agricultura)
- **Número e dimensão das empresas da região bastante reduzidos**, revelando-se como um entrave à empregabilidade da região;

- **Reduzido grau de utilização de tecnologias da informação por alguns segmentos da população**, prejudicando a competitividade da região a este nível;
- **Constrangimentos ao nível das acessibilidades** intrarregionais, inter-regionais e transnacionais.

OPORTUNIDADES

- **Aproveitamento da prioridade de cooperação transfronteiriça** do quadro 2014-2020, assumida como fundamental para o desenvolvimento das economias locais e regionais;
- **Tendência internacional de turismo cultural e de natureza**, potenciadora para a economia local através do aproveitamento do património regional cultural e natural;
- **Tendência crescente na valorização das energias renováveis e de uma economia de baixo carbono** tanto a nível nacional como europeu (diretivas europeias);
- **Otimização do nível de produção agrícola**, visto haver margem para aumentar a produção agrícola nas terras existentes através da modernização do setor.

AMEAÇAS

- **Agravamento de políticas restritivas pelo Estado português**, podendo agravar a situação dos grupos populacionais mais desprotegidos (ex.: indivíduos com menores rendimentos e/ou dependentes de reformas/ subsídios);
- **Distância dos principais centros de decisão**, o que contribui para o isolamento da região;
- **Dificuldade de atração de investimento externo à região**, devido à sua localização periférica, baixo nível de formação da população e à escassez de empresas parceiras na zona;
- **Dependência dos fundos europeus** para a realização de obras públicas e projetos de ação social.

2.2.2. Desafios e fatores críticos de sucesso

A partir da análise SWOT é possível destriçar quais os principais desafios que se colocam à região e que assumem um peso relevante nas suas perspetivas de desenvolvimento socioeconómico. Neste contexto, destacam-se: a importância da promoção e aumento da competitividade da oferta endógena e o incremento da VAB gerado no território; a preservação do património e a potenciação do turismo cultural e de natureza, a nível nacional e internacional e a captação e retenção de empresas e população, particularmente jovem.

Complementarmente a esta análise, importa identificar quais os fatores críticos que permitirão a potenciação dos desafios referidos, de forma a assegurar a sua consideração na elaboração da Estratégia. De facto, o alcance dos objetivos estratégicos e específicos a definir dependerá dos seguintes fatores críticos de sucesso:

- Alinhamento entre as iniciativas regionais e as orientações nacionais e em vigor no território;
- Articulação entre as autarquias e os *stakeholders* chave relativamente aos projetos com impacto e valor económico significativo;
- Articulação entre investimentos públicos e privados, particularmente na requalificação das áreas urbanas;
- Criação de um espírito supra municipal para a execução de projetos, sem criar uma lógica de silos;
- Acompanhamento técnico às iniciativas que, pela sua maior complexidade, o requeiram;
- Existência de um planeamento rigoroso das iniciativas a implementar;
- Identificação clara dos parceiros a envolver e definição de canais e rotinas de comunicação;
- Capacitação da equipa técnica da CIM.

3. ESTRATÉGIA

Tendo em consideração a realidade dos Municípios constituintes da Comunidade Intermunicipal e as oportunidades e desafios colocados aos mesmos, assim como, o posicionamento estratégico para a região europeia, portuguesa e norte – estratégias Europa 2020, Portugal 2020, Norte 2020 e Estratégia da Região do Norte de Especialização Inteligente 2014 -2020, respetivamente – foi delineada a estratégia da CIM-TTM para o período 2014-2020.

Mais do que responder, de forma direta, às diretivas e fundos disponibilizados no contexto da Europa 2020, a estratégia para região das Terras de Trás-os-Montes, plasmada neste documento, pretende ser o pilar base de atuação da Comunidade Intermunicipal, cuja relevância e pertinência se manterão independentemente e para lá dos apoios disponibilizados pela UE.

O enquadramento europeu tem, no entanto, um papel preponderante na operacionalização desta estratégia uma vez que constitui uma oportunidade para, aproveitar o recurso a meios financeiros que permitam levar a cabo os eixos, projetos e ações definidas no plano.

Importa referir que os projetos e ações a desenvolver, no âmbito da presente Estratégia, deverão (sempre que se mostre pertinente) ser realizados numa lógica de estreita articulação com outras ferramentas de desenvolvimento/intervenção regional, em especial com aquelas que também se encontrem sob a esfera das diretrizes europeias, como são exemplo os instrumentos de Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC).

Neste sentido as referidas ferramentas e instrumentos, particularmente os DLBC, constituídos e/ou a constituir no espaço da CIM-TTM, deverão procurar alinhar-se com a Estratégia proposta para a região, nomeadamente no que respeita à adequação da sua mancha de atuação ao território das Terras de Trás-os-Montes (NUT III).

Procurando enquadrar, senão todos, a maioria dos projetos definidos, foi desenhada uma estratégia para a região, assente nos seguintes níveis:



Figura 10. Definição estratégica para a CIM-TTM 2014-2020

- **Visão:** espelha a forma como a região pretende ser vista no futuro, funcionando como guia fundamental à motivação, orientação e desenvolvimento da região num sentido específico; a visão deve conter em si o principal fator crítico de sucesso da região que permite diferenciá-la das restantes.
- **Missão:** reflete o propósito para a existência da CIM, particularmente numa perspetiva regional, e representa uma forma de comunicar e assumir perante os diversos *stakeholders*, qual o esforço e caminho a trilhar no sentido de atingir a Visão definida.
- **Eixos de Desenvolvimento Estratégico (EDE):** constituem as grandes áreas de atuação no território, a partir das quais será potenciado o processo de desenvolvimento; os Objetivos Temáticos (OT) definidos na Europa 2020 poderão abranger mais do que um EDE.
- **Objetivos Estratégicos (OE):** respeitam à definição operacional dos programas estratégicos, explicando o porquê do seu desenvolvimento e fazendo a ligação aos OT de Europa 2020 e, consequentemente, do Portugal 2020.
- **Objetivos Específicos:** representam as fileiras charneira que se pretendem potenciar e sobre as quais se deve agir; compõem um conjunto coerente e integrado de projetos em torno de uma área âncora específica; os Objetivos Específicos podem endereçar mais do que um dos eixos estratégicos definidos.
- **Medidas:** constituem um conjunto organizado e integrado de ações com objetivos e *outputs* específicos; estas medidas devem ser mapeadas com as várias *frameworks* definidas – OT do Portugal 2020, EDE da CIM e OE de cada Objetivo Específico; para cada um dos projetos deve ser igualmente identificada a sua capacidade de responder aos princípios transversais identificados para a região.
- **Projetos Individuais por Município:** iniciativas a levar a cabo no contexto específicos de cada município que, embora não obedecendo a um cariz inter ou supra municipal, possa fazer sentido desenvolver, dado o impacto que poderão ter na região como um todo; estes projetos não serão detalhados.

3.1. Visão e Missão

Para definição de uma visão estratégica, estruturada e consistente é necessário ter em conta o atual contexto da CIM-TTM. Esta deverá constituir o quadro de referência estratégico da CIM-TTM para o período 2014-2020, conferindo um cenário futuro de um conjunto de projetos a desenvolver numa base de continuidade, transversalidade e cooperação entre os Municípios constituintes da CIM-TTM.

Assim, são identificadas e caracterizadas, neste documento, as premissas que servirão de suporte ao reforço, explicitação e divulgação da identidade da região, como um todo, alavancando, entre outros, a marca/ conceito “Terras de Trás-os-Montes”, atualmente já conhecido e reconhecido local e nacionalmente, e a sua localização e sinergia estratégicas com as regiões limítrofes, nomeadamente espanholas.

Um dos princípios fundamentais na definição de uma estratégia territorial passa por identificar os fatores competitivos da região, procurando determinar exatamente o porquê da sua exceção face a outras realidades. Neste sentido, é fundamental perceber quais os recursos verdadeiramente diferenciadores, tomando este conceito num sentido lato, não apenas físico e humano mas também processual, cultural ou identitário. Tendo em conta a análise de atratividade e desafios elaborada, e pese embora as muitas “forças” identificadas na região, a definição da sua visão teve como racional a escolha de um vetor, comum a todos os municípios, que permitisse, simultaneamente:

- **Identificar inequivocamente a região** e diferenciá-la das restantes, pela especificidade e qualidade;
- **Atrair população** (para residência), enaltecendo o estilo e qualidade de vida proporcionados;
- **Internacionalizar a região**, reforçando o seu posicionamento na rota do turismo nacional e internacional;
- **Promover o desenvolvimento económico e social**, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população.

Correspondendo, de forma transversal, a estes critérios de qualidade e diferenciação, e dando simultaneamente resposta aos objetivos identificados para a definição de uma visão, os valores naturais locais, paisagísticos e produtivos, surgem como o elemento que melhor caracteriza e representa a região, nacional e internacionalmente, representando uma eco região que pretende ser inovadora, com qualidade de vida, alicerçada no recurso a energia renováveis e à eco construção.

Por outro lado, fatores como o seu potencial agrícola, pecuário e florestal ou a sua forte e dinâmica identidade cultural devem ser considerados na construção da visão.

Assim, e procurando potenciar as características analisadas, foi definida, para a CIM-TTM, a seguinte visão:

VISÃO

Ser reconhecida nacional e internacionalmente como uma eco região de excelência, com condições distintivas que oferece uma qualidade de vida diferenciada, para residentes e turistas, utilizando os valores naturais e produtos de excelência como principais alavancas.

A prossecução desta visão e dos valores que ela encabeça implicam a estruturação de uma missão alinhada com a concretização da visão proposta. A definição da missão da CIM-TTM é indissociável do processo de explanação da visão, já que a primeira representa uma declaração de propósitos que individualiza a CIM-TTM e a orienta para a meta espelhada na visão.

A missão da CIM-TTM centra-se nos municípios que a constituem e, conseqüentemente, na sua população, servindo de guia orientador das iniciativas com vista ao desenvolvimento socioeconómico da região, ao mesmo tempo que comunica aos principais *stakeholders*, de forma transparente, o propósito para a sua existência. Com base nestas condições, foi definida a missão abaixo:

MISSÃO

Potenciar, juntamente com os seus municípios e stakeholders locais, a promoção do desenvolvimento sustentável da região, reforçando a sua identidade partilhada e o cariz distintivo do território das Terras de Trás os Montes, particularmente a qualidade de vida e os seus produtos endógenos.

3.2. Posicionamento Estratégico - Eixos de Desenvolvimento Estratégico e Objetivos Estratégicos

Após a definição da visão e da missão, foram identificados as principais linhas do posicionamento estratégico a atingir: Objetivos Estratégicos (OE) para a região, organizados

por Eixos de Desenvolvimento Estratégico (EDE) que sistematizam e representam as principais áreas a alavancar para o desenvolvimento futuro:

■ EDE1 - Desenvolvimento rural

- OE1. Otimizar os recursos de **exploração agrícola, pecuária e florestal**
- OE2. Melhorar a **rede de apoio às empresas**, com especial enfoque nos sectores agrícola e pecuário
- OE3. Fomentar a **diferenciação, inovação, competitividade e coesão** territorial
- OE4. Apoiar a **inclusão social**, com vista à diminuição da pobreza
- OE5. Promover a **sustentabilidade económica e social**, com vista ao repovoamento do território

■ EDE2 - Turismo

- OE6. Fomentar a **valorização e preservação do património** cultural, natural e paisagístico da região
- OE7. Estimular o **investimento, investigação, desenvolvimento** e inovação do território
- OE8. Promover a **acessibilidade e ligações entre municípios** para a mobilidade/ troca de pessoas e bens/ serviços

■ EDE3 - Ambiente

- OE9. Potenciar a **sustentabilidade energética**
- OE10. Valorizar, proteger e utilizar de forma sustentável os **recursos naturais e paisagísticos**

Os Eixos de Desenvolvimento Estratégico e Objetivos Estratégicos definidos, representando as principais áreas de enfoque para o desenvolvimento da região, assentam, no seu todo, em princípios transversais que potenciam a concretização dos objetivos e orientam a forma de aproveitamento dos recursos, sendo eles:

■ Inovação

- Por inovação entende-se neste contexto, potenciar e fomentar cada um dos EDE na prossecução dos respetivos objetivos através de uma forma diferente, nova, de fazer as coisas; muito embora este princípio possa alavancar grandemente nas novas tecnologias, pretende-se que o seu significado ultrapasse esta dimensão, não se restringindo a ela; o contributo da inovação é acentuar as características diferenciadoras do território, desenvolvendo uma oferta única, a nível nacional e internacional.

■ **Cooperação**

- Princípio fundamental à região, tendo em conta a sua localização estratégica, junto a Espanha, e em particular às regiões de Castela e Leão, Galiza e Astúrias, com quem partilha uma extensa fronteira; em todos os EDE este princípio está já hoje presente e deverá ser reforçado; a cooperação além-fronteiras (espanhola e portuguesa) exige e pressupõe, no entanto, cooperação e coesão internas, orientando o desenvolvimento de cariz supramunicipal, coletivo e integrado.

■ **Valorização**

- Este conceito abrange 3 vertentes i) pessoas, ii) recursos e património e iii) rentabilização; sendo um dos principais pilares da Estratégia 2020 europeia e a maior necessidade após décadas de construção de infraestruturas, a orientação, neste período, é para i) formar pessoas de forma a torna-las mais produtivas e diferenciadas (fomentando a sua mobilidade e emprego), ii) recuperar e modernizar os recursos naturais e património edificado, garantindo condições para a sua correta utilização e aproveitamento, iii) rentabilizar os recursos materiais e humanos existentes, para que possam autossustentar-se, ser produtivos e contribuir para o desenvolvimento económico e social da região.

■ **Inclusão (não exclusão)**

- Princípio que verte, nos EDE, um cariz social, funcionando como uma prerrogativa a ter em consideração na procura dos objetivos a atingir; cada um dos eixos deve contribuir para incluir todos os grupos sociais e regiões ou, em última análise e de forma mais correta, não fomentar a exclusão daqueles que hoje em dia estão integrados mas nas franjas da sociedade, denotando risco (ex.: isolamento de pequenas povoações, envelhecimento, desemprego...).

■ **Governança**

- Consiste no princípio mais inovador, alinhado com a estratégia europeia, numa tentativa de oferecer aos planos estratégicos construídos um carácter organizativo e de gestão a que os mesmos não podem alhear-se; fortemente relacionado com o funcionamento democrático das instituições e com o ordenamento do território, pretende fazer garantir um funcionamento ágil, pensado, organizado, medido e avaliado das políticas definidas e entidades responsáveis por implementá-las.

À luz desta estrutura definida para a estratégia, foi construída a seguinte *framework* que espelha os eixos de desenvolvimento estratégico, alinhados com a visão, e os princípios transversais que lhe estão subjacentes:

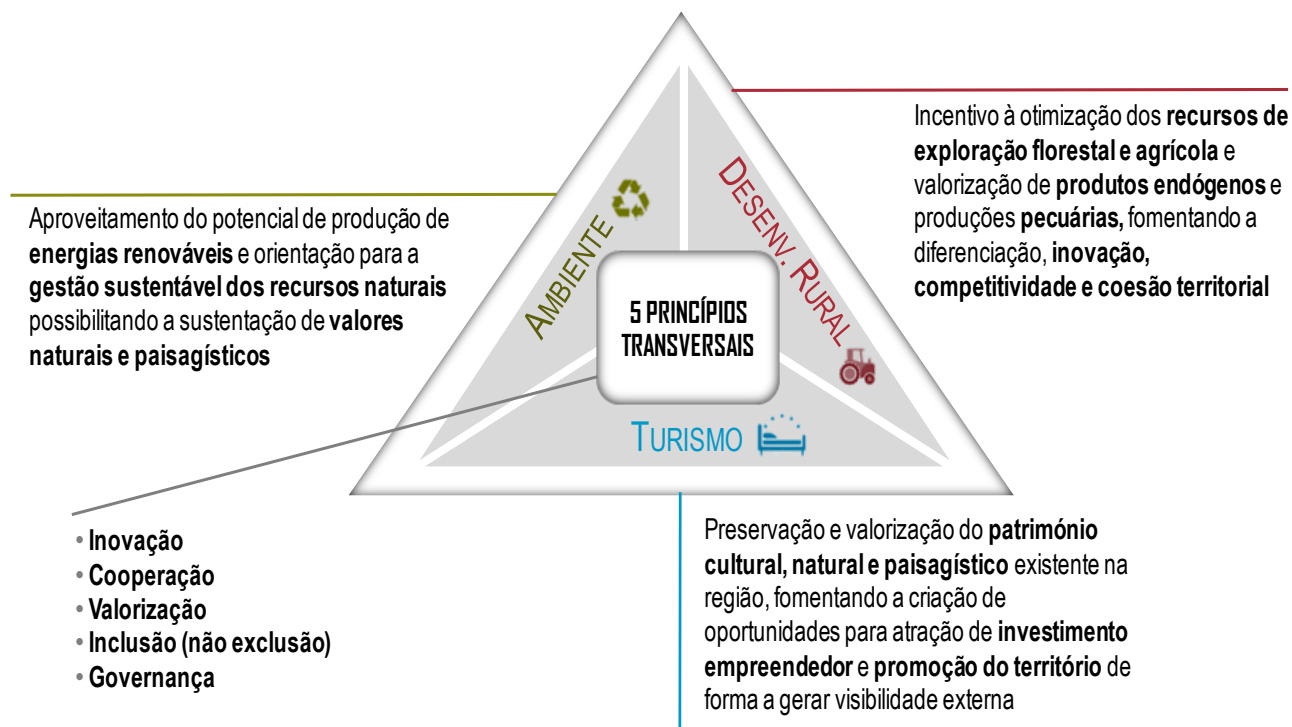


Figura 11. Eixos de Desenvolvimento Estratégico 2014-2020 para a CIM-TTM

Embora a delimitação desta estratégia pretenda, conforme referido, estabelecer o melhor curso de desenvolvimento para região, para além da orientação e vigência dos fundos europeus, a CIM-TTM deverá ser capaz de, até 2020, potenciar o desenvolvimento dos seus três eixos estratégicos através da realização de projetos alinhados com os três pilares de crescimento da Europa 2020: i) Inteligente, ii) Sustentável e iii) Inclusivo.

Dessa forma poderá ser feito um aproveitamento inteligente destes recursos financeiros à disposição, encarando-os como uma ferramenta de orientação e concretização do plano definido.

Tendo em consideração a atual lógica de cruzamento de fundos (projetos candidatos a apoio multifundos), e procurando responder aos objetivos estratégicos colocados, foi definido um conjunto de Objetivos Específicos, cobertos por um ou mais eixos estratégicos de desenvolvimento, organizados em função da valorização dos principais ativos da região (produtos endógenos, património e cultural e recursos naturais, sustentabilidade ambiental) e áreas de desenvolvimento estrutural (turismo, empresas, comunicações e acessibilidades e serviços públicos e sociais).

3.3. Objetivos Específicos, Medidas e Entidades a envolver

A partir da definição da Visão da CIM-TTM e do seu posicionamento estratégico - espelhado nos Eixos de Desenvolvimento Estratégico e nos Objetivos Estratégicos –, serão estruturados os Objetivos Específicos que se materializarão num conjunto de Medidas que visem mobilizar os diversos agentes regionais em torno do aproveitamento e rentabilização dos principais filões da região, alinhados com a estratégia delineada (vide quadro 19).

Neste sentido, foram identificados 9 Objetivos Específicos, constituídos por diversas Medidas, cuja definição procurou fazer face ao contexto das Terras de Trás-os-Montes e, simultaneamente, atender e contribuir para os objetivos das estratégias suprarregionais nas quais a CIM-TTM se insere, particularmente: Europa 2020 (vide quadro 20), Portugal 2020 e Norte 2020.

1 | Melhoria da rede de infraestruturas e de serviços de apoio às empresas

- 1.1. Rede de apoio ao desenvolvimento empresarial
- 1.2. Criação de centro de competências
- 1.3. Gestão, redimensionamento e desenvolvimento integrados das zonas industriais e estratégia de promoção intermunicipal
- 1.4. Criação de plataforma para a inovação industrial

2 | Promoção do território e oferta endógena

- 2.1. Criação de agência de promoção do território e produtos
- 2.2. Estruturação da oferta e promoção integrada dos produtos endógenos

3 | Valorização e preservação do património e recursos naturais

- 3.1. Criação de rede de rotas turísticas
- 3.2. Promoção dos interesses museológicos em rede
- 3.3. Desenvolvimento de aplicações móveis para descoberta de trilhos
- 3.4. Construção de rede de ecopistas
- 3.5. Reforço da capacidade de alojamento local e rural na região
- 3.6. Aproveitamento da “água” para turismo e bem-estar
- 3.7. Capitalização de áreas protegidas e classificadas e de interesse nacional e internacional
- 3.8. Estratégia de regeneração e revitalização urbana
- 3.9. Apoio e promoção de eventos culturais na região

4 | Otimização dos recursos de exploração agropecuária, florestal, cinegética e piscícola

- 4.1. Construção, requalificação e gestão integrada de regadios

- 4.2. Criação de centro de investigação científica das fileiras estratégicas da região
- 4.3. Levantamento, ordenamento, gestão e valorização da floresta
- 4.4. Valorização de recursos de cinegéticos e piscícolas
- 4.5. Criação de multiplataforma tecnológica para valorização do setor primário

5 | Apoio à inclusão social

- 5.1. Criação de Fundo de Fomento Social
- 5.2. Criação de programa de escoamento de produtos Agroalimentares
- 5.3. Criação de plataforma tecnológica para o bem-estar e envelhecimento ativo

6 | Potenciação e reforço dos meios de comunicação e acessibilidades

- 6.1. Criação de rede de gestão partilhada dos transportes
- 6.2. Desenvolvimento de plataforma logística do aeroporto regional de Trás-os-montes em Bragança
- 6.3. Eliminação de estrangulamentos nas principais infraestruturas rodoviárias

7 | Promoção de uma região ambientalmente autossustentada

- 7.1. Potenciação da produção e utilização de energias renováveis
- 7.2. Programa de promoção da eficiência energética em edifícios públicos

8 | Promoção de ensino sustentável

- 8.1. Combate ao insucesso e abandono escolar precoce
- 8.2. Rede de ensino profissional
- 8.3. Requalificação do parque escolar e pré-escolar

9 | Promoção da eficiência das administrações e organismos públicos

- 9.1. Redução de custos estruturais das administrações municipais
- 9.2. Criação de Observatório Económico-Social
- 9.3. Gestão partilhada de meios da proteção civil
- 9.4. Desenvolvimento de sistema de informação geográfica
- 9.5. Prolongamento, renovação e gestão integrada das redes de abastecimento de água e saneamento

Se, por um lado, a definição dos objetivos específicos enumerados contou com a participação dos principais protagonistas regionais, por outro, a sua prossecução depende do envolvimento destes atores. De facto, a participação dos *stakeholders* locais na materialização destes objetivos representa um fator crítico para o seu sucesso, dado estes constituírem não só um

recurso que prima pelo conhecimento da zona e das suas dinâmicas, como também uma força motivada e com sentido de apropriação face aos mesmos.

Enquanto atores locais com um contributo mais relevantes no alcance dos Objetivos Específicos, importa destacar:

- Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes;
- Câmaras Municipais constituintes da CIM – TTM;
- Núcleo Empresarial do Distrito de Bragança (NERBA);
- Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD);
- Instituto Politécnico de Bragança (IPB);
- Associações de Desenvolvimento Local
- Estabelecimentos de ensino profissional locais;
- Brigantia Ecopark;
- Associações de Desenvolvimento Empresarial;
- Gabinetes de Inserção Profissional;
- Entidades empresariais e industriais locais (ex.: Faurecia, Sousacamp, Sortegel);
- Cooperativas e outras organizações de produtores locais;
- Museus locais;
- Concessionários termais e unidades hoteleiras locais;
- IPSS locais.

Estas entidades serão também associadas, mais à frente, a cada medida a explicar, conforme a sua pertinência, permitindo assim partilha de *know how* e a obtenção de sinergias com valor para a região.






































O envolvimento de *stakeholders* não locais representa igualmente uma necessidade para a prossecução dos objetivos da região, particularmente, no que respeita ao desenvolvimento de iniciativas que envolvam elevados recursos ou ações focadas em bens públicos, pelo que a título exemplificativo, são listados alguns destes *stakeholders* (não exaustivamente):

- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N);
- Secretaria de Estado da Cultura/ Direção regional de Cultura do Norte (DRCN);
- Entidade Regional do Turismo do Porto e Norte de Portugal (TPNP);

- Secretaria de Estado da Juventude e do Desporto/ Instituto Português da Juventude e Desporto (IPDJ);
- Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF);
- Agência Portuguesa do Ambiente (APA);
- Administração da Região Hidrográfica do Norte;
- Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte (DRAPN);
- Comboios de Portugal (CP);
- Rede Ferroviária Nacional (REFER);
- Instituto Nacional de Aviação Civil (INAC);
- Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC).
- Fundação Rei Afonso Henriques (FRAH)
- Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial - ZASNET, AECT.

		Objetivos Estratégicos	Objetivos Específicos								
			1 Melhoria da rede de serviços de apoio às empresas	2 Promoção do território e oferta endógena	3 Valorização e preservação do património e recursos naturais	4 Otimização dos recursos de exploração agropecuária, florestal, piscícola e cinegética	5 Apoio à inclusão social	6 Potenciação e reforço dos meios de comunicação e acessibilidade	7 Promoção de uma região ambientalmente autossustentada	8 Promoção de ensino sustentável	9 Promoção da eficiência das administrações e organismos públicos
EIXOS DE DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO	Desenvolvimento Rural	OE 1 - Otimizar os recursos de exploração agrícola e florestal			X	X					
		OE 2 - Melhorar a rede de apoio às empresas, com especial enfoque nos sectores agrícola e pecuária	X		X						
		OE 3 - Fomentar a diferenciação, inovação, competitividade e coesão territorial			X					X	X
		OE 4 - Apoiar a inclusão social, com vista à diminuição da pobreza		X			X			X	
		OE 5 - Promover a sustentabilidade económica e social, com vista ao repovoamento do território	X	X			X				
	Turismo	OE 6 - Fomentar a valorização e preservação do património cultural, natural e paisagístico da região		X	X					X	
		OE 7 - Estimular o investimento, investigação, desenvolvimento e inovação do território	X	X							
		OE 8 - Promover a acessibilidade e ligações entre municípios para a mobilidade/ troca de pessoas e bens/ serviços						X			
	Ambiente	OE 9 - Potenciar a sustentabilidade energética				X			X		
		OE 10 - Valorizar, proteger e utilizar de forma sustentável os recursos naturais e paisagísticos			X	X					X

Quadro 19. Alinhamento entre os Objetivos Específicos e a estratégia delineada, especificamente os Eixos e Objetivos Estratégicos

		Objetivos Temáticos no âmbito do Portugal 2020									
		OT1 - Reforço da investigação, desempenho tecnológico e inovação	OT2 - Melhoria de acesso, uso e qualidade das tecnologias de informação e comunicação	OT3 - Reforço da competitividade das PME	OT4 - Apoio na transição para uma economia de baixo carbono em todos os setores	OT5 - Promoção da adaptação às alterações climáticas e prevenção e gestão de riscos	OT6 - Preservação e proteção do ambiente e promoção da utilização da eficiência nos recursos	OT8 - Promoção da sustentabilidade e da qualidade do emprego e apoio à mobilidade dos trabalhadores	OT9 - Promoção da inclusão social e combate à pobreza e à discriminação	OT10 - Investimento na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida	OT11 - Reforço da capacidade institucional das autoridades públicas e das partes interessadas e da eficiência da administração pública
OBJETIVOS ESPECÍFICOS DA CIM-TTM	1 Melhoria da rede de infraestruturas e de serviços de apoio às empresas	 									
	2 Promoção do território e oferta endógena			 							
	3 Valorização e preservação do património e recursos naturais	 	 				 				
	4 Otimização dos recursos de exploração agropecuária, florestal, cinegética e piscícola			 			 				 
	5 Apoio à inclusão social										
	6 Potenciação e reforço dos meios de comunicação e acessibilidades			 							
	7 Promoção de uma região ambientalmente autossustentada										
	8 Promoção de ensino sustentável									 	
	9 Promoção da eficiência das administrações e organismos públicos										

Quadro 20. Mapeamento entre os Objetivos Específicos da CIM e os Objetivos Temáticos do Portugal 2020 e os Eixos de Desenvolvimento Estratégicos

EIXOS:



OBJETIVO **1 | Melhoria da rede de infraestruturas e de serviços de**
ESPECÍFICO **apoio às empresas**

OBJETIVO

Promover o apoio ao desenvolvimento e à competitividade do tecido empresarial

ENQUADRAMENTO

O tecido empresarial da região das Terras de Trás-os-Montes, além de revelar um tamanho reduzido, é composto essencialmente por empresas de pequena dimensão e por conseguinte, na sua maioria, desprovidas de meios e/ou conhecimento que lhes permitam ser competitivas e/ou afirmarem-se no mercado (nacional e/ou internacional).

Tendo em consideração o panorama empresarial descrito, é importante encontrar soluções que fomentem a criação de novas iniciativas empresariais e o desenvolvimento das unidades fixadas na região, de forma a contrapor os constrangimentos referidos.

Complementarmente à elaboração de soluções dirigidas, especificamente, às unidades que compõem o tecido empresarial do território, importa também procurar afirmar as Terras de Trás-os-Montes como destino empresarial, nomeadamente através da melhoria dos mecanismos e condições, da própria região, no que respeita à atração e fixação de empresas.

Tendo em conta a proximidade e as relações existentes com a região transfronteiriça de Castela e Leão, importa reforçar a cooperação ao nível das instituições e das empresas, com partilha e desenvolvimento do conhecimento, com a criação de centros de competência e plataforma tecnológica para a inovação industrial, envolvendo as instituições de investigação e ensino superior, as associações empresariais, as empresas e os centros tecnológicos, nomeadamente, do sector automóvel, tendo como intervenientes principais a Faurécia, em Bragança, e a Renault, em Valladolid.

Em suma, considera-se imperativo atuar ao nível de duas vertentes estruturantes:

- i) apoio ao desenvolvimento empresarial, nomeadamente na capacitação de competências técnicas e de gestão, e
- ii) gestão, desenvolvimento e promoção dos espaços de acolhimento empresarial.

MEDIDA

1.1 | Rede de apoio ao desenvolvimento empresarial

OBJETIVO

Potenciar o desenvolvimento empresarial da região.

DESCRIÇÃO

O tecido empresarial da região das Terras de Trás-os-Montes é maioritariamente composto por empresas de dimensão reduzida que na sua generalidade se veem desprovidas de meios e/ou conhecimento que lhes permitam atingir novos mercados.

De forma a ultrapassar estes potenciais constrangimentos, deverão ser criados serviços de proximidade no âmbito do desenvolvimento empresarial. A presente medida pretende endereçar esta questão através da criação de uma rede de apoio ao desenvolvimento empresarial, centrada nas vertentes de i) internacionalização, ii) inovação e iii) empreendedorismo. Esta rede consistirá na criação de estruturas, presentes nos vários municípios da região, que prestem apoio/ esclarecimento, ofereçam formação nas diferentes áreas da gestão – com foco nas três vertentes referidas – e sirvam de facilitadores em cada uma das referidas vertentes. Adicionalmente, e no que respeita ao empreendedorismo deverão ser criados polos para o acolhimento de *start-ups* (empresas numa fase embrionária), para disponibilização de infraestruturas e/ou equipamentos.

Complementarmente à criação da rede de apoio mencionada, deverá ser promovida a cooperação desta com as instituições de ensino superior e profissional da região, em particular com os respetivos gabinetes de apoio a empresas ou emprego, de forma a estabelecer pontes entre o tecido empresarial, e meio académico e os jovens.

A presente iniciativa permitirá potenciar o desenvolvimento das unidades empresariais do território das Terras de Trás-os-Montes, fomentando o i) aumento das exportações da região, ii) a inovação e iii) o (auto)emprego.

ATIVIDADES A DESENVOLVER

- I. Estruturação da rede de apoio ao desenvolvimento empresarial
 - Identificação dos locais e infraestruturas para:
 - Gabinetes de apoio à internacionalização, inovação e empreendedorismo
 - Espaços de acolhimento de *start-ups* (ninhos e incubadoras de empresas)
 - Desenvolvimento do plano de intervenções nos locais e infraestruturas
 - Elaboração do plano de formação de apoio ao desenvolvimento empresarial (focado nas vertentes de internacionalização, inovação e empreendedorismo)
 - Estabelecimento de iniciativas de cooperação entre a rede de desenvolvimento empresarial e as instituições de ensino superior e profissional da região

-
- II. Realização do plano de investimentos
 - Adaptação das infraestruturas destinadas às estruturas constituintes da rede de apoio
 - Construção e/ou adaptação de infraestruturas para acolhimento empresarial
 - Aquisição de equipamentos
 - III. Execução do plano de formação de apoio ao desenvolvimento empresarial
 - Identificação das principais necessidades formativas do tecido empresarial da região
 - Elaboração dos conteúdos das formações a realizar
 - Realização das ações formativas previstas

ENTIDADES A ENVOLVER

Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes; Câmaras Municipais; Núcleo Empresarial do Distrito de Bragança (NERBA); Associações de Desenvolvimento Empresarial; Associações Comerciais e Industriais; Entidades empresariais locais; Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD); Instituto Politécnico de Bragança (IPB); Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N); Gabinetes de Inserção Profissional; Direção Regional de Economia do Norte; Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional

FUNDOS ENVOLVIDOS

Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER); Fundo Social Europeu (FSE)

MEDIDA

1.2 | Criação de centros de competências**OBJETIVO**

Promover o desenvolvimento das competências essenciais à atividade das principais fileiras da região.

DESCRIÇÃO

A competitividade e potencial de desenvolvimento de uma unidade empresarial, independentemente do setor de atividade onde atua, dependem intrinsecamente das suas competências internas. Esta questão assume especial relevância em empresas de dimensão reduzida, como é o caso da generalidade do tecido empresarial do território das Terras de Trás-os-Montes, sobretudo composto por microempresas.

Neste sentido, e complementarmente à medida de “1.1 Rede de apoio ao desenvolvimento empresarial”, importa desenvolver uma iniciativa baseada na transmissão de conhecimento, que permita às diferentes empresas da região munirem-se de competências fundamentais ao desenvolvimento da sua atividade.

De forma a atingir este objetivo a presente medida consiste na criação de centros de competências centrados nas principais atividades económicas da região (ex.: produção agropecuária, frutos secos, azeite e micologia), sem no entanto, excluir outras atividades com menor expressão e/ou que se pretenda implementar na região. Os centros de competências deverão atuar não só na capacitação das empresas mas também funcionar como motores impulsionadores de inovação (ex.: integração em projetos de investigação, fomento de trocas de experiências entre diferentes empresas). Adicionalmente, estes centros deverão privilegiar o uso e a rentabilização de infraestruturas já existentes, como o Parque de Ciência e Tecnologia (Brigantia EcoParque), e estabelecer parcerias com as principais instituições de ensino superior e escolas profissionais da região.

Os centros de competência poderão ainda contemplar duas medidas complementares: i) atração de *experts* e ii) inserção de jovens estagiários nas empresas. A conjugação da atração de personalidades de referência em áreas específicas (ex.: palestrantes) e a inserção de jovens estagiários (ex.: finalistas e/ou estudantes universitários) poderá desempenhar um papel importante na introdução de inovação no tecido empresarial da região.

A criação de centros de competências poderá ser um veículo e ferramenta importantes para o desenvolvimento e competitividade do tecido empresarial das Terras de Trás-os-Montes que por sua vez impacta significativa e transversalmente os diferentes aspetos socioeconómicos da região, como o emprego ou a fixação da população.

ATIVIDADES A DESENVOLVER

- I. Realização de diagnóstico às competências do tecido empresarial da região
 - Levantamento das fragilidades das unidades empresariais ao nível das competências de negócio

- Identificação de necessidades de ação, baseadas no levantamento realizado
- II. Elaboração do plano de capacitação das unidades empresariais
 - Definição de blocos formativos que enderecem as necessidades identificadas
 - Calendarização dos blocos definidos
 - Promoção e dinamização de iniciativas que fomentem a troca de experiências e a inovação
- III. Execução do plano de capacitação das unidades empresariais
 - Estabelecer parcerias, para formação, com instituições de ensino superior e escolas profissionais
 - Realização de ações formativas planeadas

ENTIDADES A ENVOLVER

Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes; Câmaras Municipais; Núcleo Empresarial do Distrito de Bragança (NERBA); Associações de Desenvolvimento Local; Associações Comerciais e Industriais; Associações e Agrupamento de Produtores; Entidades empresariais locais; Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte; Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD); Instituto Politécnico de Bragança (IPB); Instituto Piaget; Brigantia Ecopark, Estabelecimentos de ensino profissional locais; Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N)

FUNDOS ENVOLVIDOS

Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER); Fundo Social Europeu (FSE); Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER)

MEDIDA

1.3 | Gestão, redimensionamento e desenvolvimento integrados de zonas industriais e estratégia de promoção intermunicipal**OBJETIVO**

Promover a cooperação e uma estratégia intermunicipal no âmbito da gestão e planeamento das zonas industriais da região que promova a atração de investimento e fixação de empresas.

DESCRIÇÃO

A atração de investimento e fixação de empresas depende em grande medida das condições que lhes são proporcionadas, pelo que a atratividade das zonas industriais e a capacidade de as promover junto dos agentes empresariais, se apresentam como fatores de relevância significativa.

Neste sentido pretende-se, com a presente medida, i) valorizar as zonas industriais da região das Terras de Trás-os-Montes, através de uma gestão e desenvolvimento integrados e ii) definir uma estratégia que permita a promoção da atratividade da região de forma integrada, numa perspetiva de complementaridade intermunicipal.

Para suportar as vertentes mencionadas será importante, numa primeira fase, realizar um levantamento e caracterização exaustivos e cadastrar as diferentes zonas industriais e empresas residentes, assim como analisar as condições de atratividade empresarial da região (ex.: infraestruturas e equipamentos), de forma a obter uma imagem global do tecido empresarial.

No que respeita à gestão integrada, pretende-se a transposição dos serviços atualmente prestados a um nível municipal (ex.: manutenção dos espaços), para uma lógica de complementaridade intermunicipal, permitindo assim uma maior eficiência, operacional e de custos, na prestação desses serviços, por exemplo pela captação de sinergias e capitalização de economias de escala. Complementarmente, a vertente de desenvolvimento integrado implicará i) a requalificação das zonas industriais, nomeadamente ao nível das infraestruturas tecnológicas (ex.: fibra ótica), e/ou ii) a sua expansão, quer pela criação de novas zonas quer pela ampliação das já existentes.

Paralelamente deverá ser elaborada uma estratégia de promoção da rede de zonas industriais da região, a qual deverá privilegiar uma visão integrada e de complementaridade por oposição a uma promoção individual das mesmas. As linhas de orientação estabelecidas, nomeadamente ao nível dos setores de maior aposta, deverão materializar-se em iniciativas e ações concretas, como por exemplo a realização de missões promocionais conjuntas, a inclusão de informação em canais de comunicação alvo (ex.: portais de Internet relevantes) ou em fóruns da especialidade.

A atração de investimento e a fixação de empresas na região das Terras de Trás-os-Montes, ambicionadas pela presente medida, são essenciais ao desenvolvimento economicamente sustentável da região, não só pela consequente criação de postos de trabalho mas também pela respetiva atração e fixação de população.

ATIVIDADES A DESENVOLVER

- I. Elaboração de análise às zonas industriais da região e sua atratividade
 - Levantamento, cadastro e caracterização das zonas industriais e empresas residentes (ex.: dimensão, setores de atividade)
 - Identificação de fatores de atratividade empresarial da região e respetivos constrangimentos
- II. Definição do plano de gestão integrada das zonas industriais
 - Identificação de necessidades e constrangimentos comuns (ex.: serviços de vigilância, gestão de espaços verdes)
 - Prestação de serviços de apoio à atividade empresarial
- III. Realização do plano de desenvolvimento integrado das zonas industriais
 - Definição e priorização das intervenções a realizar
 - Execução de intervenções de requalificação e/ou expansão das zonas industriais
- IV. Desenvolvimento da estratégia de promoção intermunicipal
 - Realização de missões promocionais conjuntas
 - Elaboração de iniciativas e instrumentos de divulgação e promoção

ENTIDADES A ENVOLVER

Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes; Câmaras Municipais; Núcleo Empresarial do Distrito de Bragança (NERBA); Associações de Desenvolvimento Empresarial; Entidades empresariais locais; Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N); Direção Regional de Economia do Norte

FUNDOS ENVOLVIDOS

Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER); Fundo Social Europeu (FSE)

MEDIDA

1.4 | Criação de plataforma para a inovação industrial**OBJETIVO**

Promover a competitividade das empresas industriais da região através da inovação

DESCRIÇÃO

O setor secundário, e em particular a atividade industrial, proporciona um dinamismo socioeconómico significativo a uma região, nomeadamente ao nível da criação de postos de trabalho, nível do volume de negócios gerado e formação de empresas adjacentes à própria atividade. Neste sentido, revela-se importante fomentar a criação de aspetos diferenciadores para o território das Terras de Trás-os-Montes que permitam a fixação e/ou atração de empresas industriais.

A criação de uma plataforma para a inovação industrial poderá ser um dos aspetos diferenciadores anteriormente referidos, podendo esta apoiar i) empresas já estabelecidas (ex.: Faurecia) ii) e outras que tenham interesse a instalar-se na região, na valorização de atividades/necessidades particulares (ex.: soldadura ou a robótica industrial) ou de outros processos/temáticas transversais como a inovação, gestão ou engenharia industrial (ex.: *lean production*). Com este intuito, a plataforma deverá estabelecer parcerias com as principais empresas industriais do território das Terras de Trás-os-Montes assim como com instituições de investigação, que desenvolvam atividade nas áreas em questão, e o Parque de Ciência e Tecnologia (Brigantia Ecoparque). Finalmente, a plataforma deverá procurar capitalizar a proximidade geográfica com Espanha, e com as suas áreas industriais e respetivas empresas, de forma a ganhar uma escala que lhe permita ter relevância no contexto regional, português e ibérico.

ATIVIDADES A DESENVOLVER

- I. Estruturação da plataforma tecnológica para a inovação industrial
 - Estabelecimento de parceria entre Parque de Ciência e Tecnologia de Trás-os-Montes e Alto Douro, instituições de investigação e empresas industriais
- II. Execução de iniciativas no âmbito da plataforma para a inovação industrial
 - Desenvolvimento de iniciativas de investigação e/ou inovação
 - Realização de ações de transmissão de conhecimento aos respetivos agentes económicos

ENTIDADES A ENVOLVER

Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes; Câmaras Municipais; Parque de Ciência e Tecnologia; Núcleo Empresarial do Distrito de Bragança (NERBA); Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD); Universidade de Valladolid, Instituto Politécnico de Bragança (IPB); Faurecia e outras empresas industriais locais; CARTIF – Centro Tecnológico, Fundação CIDAULT, Instituto Renault, Comissão de Coordenação e

Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N)

FUNDOS ENVOLVIDOS

Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER)

OBJETIVO

ESPECÍFICO

2 | Promoção do território e oferta endógena**OBJETIVO**

Fomentar o aumento da visibilidade e notoriedade das componentes endógenas da região, nacional e internacionalmente.

ENQUADRAMENTO

A região das Terras de Trás-os-Montes contempla um conjunto diversificado de componentes endógenas de excelência, em particular ao nível do seu território (ex.: valores naturais e paisagísticos) e dos seus produtos tradicionais (ex.: agropecuários e gastronómicos), com um potencial económico relevante. No entanto, a reduzida visibilidade e notoriedade da região e destas diferentes componentes, nos mercados nacional e internacional, prejudicam o desenvolvimento das diversas atividades económicas que lhes estão associadas (ex.: turismo), que por sua vez impactam transversalmente toda a economia da região.

A reduzida visibilidade da região das Terras de Trás-os-Montes emerge, nomeadamente, da conjugação de dois fatores interdependentes:

- i) reduzida estruturação da oferta de produtos endógenos e
- ii) incipiência de instrumentos e ferramentas integradas de promoção, quer do território quer dos produtos endógenos.

A oferta de produtos endógenos presente na região caracteriza-se pela reduzida dimensão dos seus intervenientes (ex.: agricultores, produtores...) e pela carência de infraestruturas e equipamentos de apoio ao longo da respetiva cadeia de valor (produção, recolha, distribuição e comercialização). Por outro lado, a região carece de ferramentas e instrumentos que, através de uma lógica integrada e de complementaridade entre os vários produtos e/ou outras componentes endógenas da região, lhe permita ganhar projeção para com o exterior.

A situação geográfica estratégica da CIM-TTM, devido à sua proximidade com Espanha e por conseguinte com a Europa, requer uma visão alargada a este território.

Neste sentido, importa endereçar a promoção do território e da oferta endógena, através do desenvolvimento de iniciativas-chave, a dois níveis complementares:

- i) estruturação da oferta de produtos endógenos e
- ii) capacitação das várias componentes endógenas da região com meios de promoção integrados.

MEDIDA**2.1 | Criação de agência de promoção do território e dos produtos**

OBJETIVO

Aumentar a projeção, nacional e internacional, do território das Terras de Trás-os-Montes

DESCRIÇÃO

A criação da Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes veio possibilitar, por parte dos seus municípios constituintes, a definição e desenvolvimento de iniciativas centradas no seu território e especificidades particulares, permitindo-lhes endereçar mais eficazmente os seus desafios, como é exemplo a notoriedade e visibilidade da região, nos seus diferentes níveis, para com o exterior.

Neste sentido, importa criar uma agência de promoção para as Terras de Trás-os-Montes, isto é, uma entidade responsável pelo desenvolvimento de uma imagem comum, baseada nas suas características endógenas, que permita à região identificar-se e diferenciar-se, nacional e internacionalmente, das restantes. Esta diferenciação não deve circunscrever-se a uma dimensão turística, devendo ser entendida como um conceito mais alargado e abrangente aos vários níveis de vida e atividade da região (ex.: nível empresarial).

A agência deverá desempenhar um papel ativo na coordenação e promoção da cooperação das diferentes iniciativas que se incluam no âmbito da promoção territorial, como são exemplo as medidas de “2.2 Estruturação da oferta e promoção integrada dos produtos endógenos” e “1.3 Gestão, redimensionamento e desenvolvimento integrados de zonas industriais e estratégia de promoção intermunicipal”, presentes nesta estratégia. Desta forma, será possível captar sinergias entre atividades distintas mas adjacentes/complementares (ex.: atividade vitivinícola e enoturismo) e, simultaneamente, construir e cimentar uma imagem mais consistente, coerente e em consonância com a Visão definida para a região.

Em suma, a criação da agência de promoção para as Terras de Trás-os-Montes permitirá não só aumentar a visibilidade e notoriedade da região e dos seus produtos enquanto destino turístico e empresarial, mas também contribuir para a realização da sua Visão.

ATIVIDADES A DESENVOLVER

- I. Constituição da agência de promoção do território e dos seus produtos
 - Desenvolvimento do modelo organizacional e operacional da agência
 - Definição do âmbito de ação da agência e instrumentos/mecanismos a utilizar neste âmbito
- II. Realização da estratégia e plano de promoção do território e dos produtos
 - Identificação e análise de forças, fraquezas, oportunidade e ameaças (recuperando possíveis análises anteriormente realizadas neste âmbito)
 - Definição de linhas de orientação e objetivos
 - Desenvolvimento do plano de ação (iniciativas e instrumentos de promoção e divulgação)
- III. Execução do plano de ação definido
 - Realização de ações e iniciativas promocionais
 - Coordenação de iniciativas no âmbito da promoção territorial

ENTIDADES A ENVOLVER

Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes; Câmaras Municipais; Núcleo Empresarial do Distrito de Bragança (NERBA); Associações Comerciais e Industriais; Entidades empresariais locais; Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD); Instituto Politécnico de Bragança (IPB); Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N); Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional ;Direção Regional de agricultura e Pescas do Norte; Direção Regional de Cultura do Norte; Turismo Porto e Norte de Portugal, ER.

FUNDOS ENVOLVIDOS

Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER); Fundo Social Europeu (FSE); Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER).

MEDIDA

2.2 | Estruturação da oferta e promoção integrada dos produtos endógenos**OBJETIVO**

Estruturar a oferta e desenvolver um plano de promoção integrada para os produtos endógenos da região.

DESCRIÇÃO

A região das Terras de Trás-os-Montes apresenta uma grande riqueza e variedade de produtos endógenos, nomeadamente agropecuários e gastronómicos. A organização desta oferta apresenta, no entanto, alguns constrangimentos que se refletem, por exemplo, na dificuldade de acesso aos mercados nacional e internacional, na desagregação e atomização da produção e na sobreposição de recursos e capacidades, dificultando o aproveitamento de economias de escala. Face a estas oportunidades de melhoria importa, por um lado, promover a estruturação da oferta de produtos endógenos e por outro desenvolver um plano integrado para a sua promoção.

A estruturação da oferta dos produtos endógenos pretende promover uma maior organização por parte dos produtores/comerciantes dos diferentes produtos para que estes adquiram mais competitividade e expressão nos mercados nacional e internacional. Este objetivo pode ser conseguido, entre outros, através de investimento, capacitação e cooperação ao nível de meios operacionais e logísticos comuns (ex.: instalações de armazenamento, máquinas...), apoio à internacionalização, sugestão de produção em termos de tipo de produto e quantidades produzidas.

De forma a suportar o processo de estruturação da oferta é imperativo ter visibilidade e compreender a sua realidade, nomeadamente ao nível de i) produtos, ii) produção, iii) produtores, iv) marcas, v) pontos de venda, vi) escoamento e principais mercados. Elaborada esta análise e caracterização, as lacunas evidenciadas permitirão criar um guia de investimento e cooperação para as diferentes etapas da oferta: produção, recolha, distribuição e comercialização. Esta orientação é particularmente importante e estratégica nos investimentos públicos, que deverão atuar numa ótica de capacitação estrutural da oferta, dando apoio e disponibilizando infraestruturas e equipamentos comuns que de outra forma dificilmente poderiam ser comprados/ usufruídos pela generalidade dos atores da cadeia de valor, dada a sua reduzida dimensão. Estes investimentos públicos deverão contudo ser realizados numa lógica de articulação com o plano de investimentos privados a realizar em sede de DLBC (Desenvolvimento Local de Base Comunitária).

Adicionalmente, a estruturação da oferta deverá também ter por base a capacitação dos atores no que respeita à capacidade de internacionalização dos produtos das fileiras da região. O mercado internacional e a capacidade de produzir em quantidade suficiente para o alimentar revela-se bastante importante, dado o seu peso significativo na economia nacional e a sua posição de relevo como destino de escoamento de produtos da região (ex.: azeite, castanha), mas também devido à importância estratégica das comunidades portuguesas nele inseridas. Para o

cumprimento deste objetivo, esta iniciativa deverá ser promovida através da capitalização e conjugação de outras medidas constantes no presente documento, como o “1.1 Rede de apoio ao desenvolvimento empresarial”.

De modo a dinamizar e reforçar a visibilidade e notoriedade dos produtos endógenos da região, deverá ainda ser desenvolvido um plano de promoção integrada dos mesmos, em duas vertentes complementares: i) criação de uma “marca” agregadora para os produtos da região e ii) reorganização da realização e participação em feiras e certames para a sua promoção. O conceito de uma “marca” agregadora consistirá em reunir sob a mesma “insígnia” (ex.: Trás-os-Montes) os diferentes produtos, de forma a criar uma perceção associada à região que lhe dê visibilidade, reconhecimento e notoriedade como um produto de excelência e diferenciador, sem nunca pretender substituir as suas marcas individuais de origem (ex.: alheira de Mirandela). Adicionalmente, a outra vertente do plano consistirá no apoio aos circuitos e mercados locais, e à realização e participação em feiras e certames na própria região, noutras regiões ou no estrangeiro que contribuam para uma maior visibilidade dos produtos junto do consumidor final e para a cooperação entre agentes produtores e comercializadores.

ATIVIDADES A DESENVOLVER

- I. Realização de análise à oferta dos produtos endógenos da região
 - Levantamento da realidade de produção e comercialização de produtos endógenos (ex.: produtos, produção...)
 - Caracterização de cada vertente levantada
- II. Desenvolvimento do plano de investimentos públicos
 - Identificação de lacunas do atual mapa de infraestruturas e equipamentos
 - Definição e priorização dos investimentos a realizar e mapeamento de instalações e equipamentos potencialmente recuperáveis
- III. Execução do plano de investimentos públicos
 - Execução de intervenções infraestruturais (construção, reabilitação)
 - Aquisição de equipamentos
- IV. Desenvolvimento de uma marca agregadora
 - Definição de estratégia associada à marca
 - Conceção da marca (ex.: denominação, logótipo...)
- V. Realização/participação em feiras e certames (nacionais e internacionais)
 - Levantamento e mapeamento de feiras e certames alvo
 - Coordenação integrada do plano de feiras e certames (no âmbito dos produtos endógenos) na região
 - Definição da estratégia de participação em eventos nacionais e internacionais e apoio financeiro a

agentes (produtores/comercializadores)

ENTIDADES A ENVOLVER

Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes; Câmaras Municipais; Núcleo Empresarial do Distrito de Bragança (NERBA); Associações Comerciais e Industriais; Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD); Instituto Politécnico de Bragança (IPB); Direção Regional de Agricultura de Trás-os-Montes; Cooperativas/Agrupamentos e outras organizações de produtores locais; Produtores locais; Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N)

FUNDOS ENVOLVIDOS

Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER); Fundo Social Europeu (FSE); Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER)

OBJETIVO ESPECÍFICO 3| Valorização e preservação do património e recursos naturais

OBJETIVO

Fomentar a valorização do património da região, nas suas diversas dimensões

ENQUADRAMENTO

A região das Terras de Trás-os-Montes apresenta no seu território um vasto património histórico, cultural, religioso, natural, paisagístico e gastronómico. Contudo, apesar da variedade e excelência do património e recursos naturais, estes não se encontram devidamente valorizados, nomeadamente em virtude da reduzida estruturação das atividades económicas que lhes estão associadas.

Neste âmbito, considera-se uma mais-valia para a região a capitalização, e respetiva valorização, de cada uma das diversas dimensões do seu património. A referida valorização deverá ser entendida sob diferentes perspetivas, nomeadamente:

- i) rentabilização económica do património *per si*,
- ii) complementaridade deste com outras atividades económicas (ex.: turismo),
- iii) reabilitação/preservação e
- iv) modernização do património (ex.: integração de novas tecnologias).

A riqueza ambiental, natural, cultural e gastronómica deste território requer uma boa estruturação de forma a valorizar e maximizar o setor do turismo, através da captação de público-alvo (amantes da natureza) provenientes do território nacional e estrangeiro.

Desta forma, além do desenvolvimento do potencial económico resultante da valorização do património do território das Terras de Trás-os-Montes, será possível à região promover e reforçar a sua identidade regional através da preservação dos diferentes aspetos identitários.

MEDIDA

3.1 | Criação de rede de rotas turísticas**OBJETIVO**

Estruturar a oferta histórica da região ao nível do seu património.

DESCRIÇÃO

A região das Terras de Trás-os-Montes contempla um vasto património, nomeadamente histórico-cultural, religioso e gastronómico, que deve ser pensado e promovido de uma forma integrada.

Neste sentido, propõe-se a estruturação de rotas que complementem e potenciem a atividade turística, sob temáticas de grande relevância para a região, sejam elas de dimensão histórica, cultural, religiosa, paisagística, gastronómica ou outras (ex.: presença judaica, vestígios romanos e medievais; igrejas e santuários). De forma a selecionar e desenvolver este produto turístico, será necessário realizar, numa primeira fase, um trabalho ao nível do levantamento e/ ou sistematização de informação acerca do património a considerar.

Complementarmente ao material de apoio e *merchandising* tradicionais, a elaborar para cada uma das rotas, deverá ser dada especial atenção à utilização de tecnologias digitais, nas componentes de i) promoção e ii) experiência do visitante/turista. No que respeita à primeira componente, deverá ser criado/ reaproveitado um portal de Internet que permita a promoção conjunta e individual das rotas, através da publicação de informação relevante acerca das mesmas, assim como a sua inclusão e associação noutros instrumentos de promoção da região. De forma a desenvolver um aspeto diferenciador da oferta histórico-cultural e religioso da região propõe-se a introdução de produtos tecnológicos vocacionados para a melhoria da experiência *in loco* do visitante/turista, nomeadamente recorrendo às tecnologias *smart* em dispositivos móveis, isto é, *smartphones* e *tablets*. Pretende-se, com a utilização desta tecnologia e dispositivos, a procura de uma maior interação do visitante com o espaço através, por exemplo, da disponibilização de conteúdos multimédia, via instalação de códigos QR (códigos de barras bidimensionais) ou disponibilização de redes de *bluetooth* ou *wireless*, aplicações de realidade aumentada (permitindo a integração de informações virtuais à visualização dos espaços reais) ou outras tecnologias disponíveis para aplicações móveis. No caso da oferta relativa às rotas gastronómicas, deverão ser implementadas iniciativas paralelas às descritas, como por exemplo o desenvolvimento de aplicações móveis que evidenciem as respetivas rotas, reúnam a oferta de restauração da região e disponibilizem informação relevante acerca da mesma.

A valorização do património, nas suas várias dimensões, aliando a estruturação da oferta às novas tecnologias, poderá desempenhar um papel relevante, nomeadamente na potenciação e complementaridade de outros produtos turísticos e na atração de um público mais vasto, chegando a um segmento mais jovem.

ATIVIDADES A DESENVOLVER

-
- I. Criação das rotas turísticas
 - Seleção de temáticas no âmbito das várias vertentes a desenvolver
 - Definição e estruturação de rotas e sub-rotas
 - II. Desenvolvimento de ferramentas tecnológicas no âmbito das rotas
 - Seleção de ferramentas tecnológicas e implementadores
 - Implementação das ferramentas selecionadas
 - III. Execução de intervenções de requalificação do património (ex.: edificado e locais)
 - Definição e priorização das intervenções a realizar
 - Realização das obras e intervenções idealizadas
 - IV. Realização estratégia de promoção das rotas
 - Definição de linhas de orientação e objetivos
 - Desenvolvimento de ferramentas e material promocional

ENTIDADES A ENVOLVER

Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes; Câmaras Municipais; Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD); Instituto Politécnico de Bragança (IPB); Museus locais; Entidades privadas locais; Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N); Direção Regional de Cultura do Norte; Turismo Porto e Norte de Portugal.

FUNDOS ENVOLVIDOS

Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER); Fundo Social Europeu (FSE)

MEDIDA

3.2 | Promoção dos interesses museológicos em rede**OBJETIVO**

Promover e potenciar a atividade museológica e cultural na região numa lógica integrada ao nível intermunicipal.

DESCRIÇÃO

A rede museológica presente no território das Terras de Trás-os-Montes dispõe de um número considerável de museus em diferentes áreas: i) arte contemporânea (ex.: Centro de Arte Contemporânea Graça Morais), ii) ciência (ex.: Centro de Ciência Viva), iii) antropologia/etnografia local (ex.: Museu da Terra de Miranda); assim como centros de interpretação e núcleos museológicos. No entanto, o seu conjunto não é promovido ou dinamizado numa verdadeira lógica de rede, nomeadamente no que toca à sua programação, hoje maioritariamente pensada de forma individual e/ou municipal.

Neste âmbito, pretende-se promover a atividade museológica em rede, desenvolvendo-a de forma integrada e a um nível intermunicipal, permitindo assim melhorar a oferta turístico-cultural prestada. A presente medida integra então duas vertentes: i) promoção e dinamização integrada da programação dos vários museus, centros de interpretação e núcleos museológicos da região e ii) intervenções de reabilitação e restauro nas infraestruturas anteriormente descritas e respetivos espaços envolventes. A primeira vertente apresentada permitirá a elaboração de uma programação conjunta, que poderá funcionar numa lógica semelhante à das rotas turísticas, através de atividades/exposições complementares e o desenvolvimento de uma componente promocional mais forte, e de maior dimensão, que possibilitará uma maior visibilidade da região nesta área. Paralelamente, a realização das intervenções nos museus, centros de interpretação, núcleos museológicos e espaços envolvente a um nível supramunicipal, possibilita uma melhor priorização, e consequentemente uma maior eficácia na administração destes fundos.

ATIVIDADES A DESENVOLVER

- I. Realização de análise à oferta museológica da região
 - Levantamento exaustivo de museus e respetivas valências
 - Caracterização da oferta levantada e identificação de constrangimentos/ oportunidades de melhoria existentes
- II. Elaboração do plano de programação museológica
 - Definição e calendarização de atividades e exposições conjuntas
 - Dinamização das iniciativas definidas
- III. Execução de intervenções de reabilitação nos museus e espaços envolventes

-
- Elaboração do plano de reabilitação
 - Realização de intervenções (obras) projetadas

ENTIDADES A ENVOLVER

Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes; Câmaras Municipais; Museus locais; Diocese de Bragança – Miranda; Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N); Direção Regional de Cultura do Norte;

FUNDOS ENVOLVIDOS

Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER); Fundo Social Europeu (FSE)

MEDIDA

3.3 | Desenvolvimento de aplicações móveis para descoberta de trilhos**OBJETIVO**

Potenciar o turismo de natureza na região das Terras de Trás-os-Montes através da sua capacitação com novas tecnologias.

DESCRIÇÃO

O crescimento exponencial da utilização de dispositivos móveis como *smartphones* e *tablets* tem levado à sua integração num elevado número de setores que procuram beneficiar desta nova realidade mais interativa, conectada e virtual.

Tendo em conta este contexto e as condições excecionais da região das Terras de Trás-os-Montes no que respeita ao turismo de natureza, a presente medida pretende desenvolver uma aplicação móvel que permita à população residente, visitantes e turistas uma experiência mais interativa e informada dos trilhos do território. Desta forma será possível aliar a valorização do turismo de natureza e em particular dos trilhos da região, à introdução de um fator diferenciador da própria oferta turística, por via da inovação e capacitação tecnológica.

À semelhança do que acontece com a marcação visual de percursos pedestres, deverá ser colocada em diversos locais (ex.: pontos de interesse) sinalética que permita a interação do caminhante com o espaço envolvente – nomeadamente através da contextualização e/ou explicação de aspetos históricos ou paisagísticos dos locais em questão – por via da aplicação móvel, como são exemplo os códigos QR (códigos de barra bidimensionais, que possibilitam o acesso a conteúdos multimédia) (ex.: vídeos, áudio, textos).

Adicionalmente, a aplicação móvel disponibilizará informação útil relativa aos trilhos, nomeadamente: características do terreno, tamanho e tempo médio do percurso, dificuldade, pontos de interesse (naturais e culturais). A aplicação deverá permitir a sua utilização em modo *offline* dados eventuais constrangimentos ao nível da cobertura de rede telefónica/ 3G em algumas zonas do território, devendo ser privilegiado o mapeamento e respetiva orientação por sistemas GPS, assim como a possibilidade de registar outros trilhos além dos definidos por defeito na aplicação.

Finalmente, esta integração tecnológica na descoberta de trilhos poderá desempenhar um papel relevante na atração de novos segmentos de público, mais jovem e de mercados tecnologicamente evoluídos, pelo seu maior interesse e propensão ao uso das tecnologias *smart* e aplicações móveis.

ATIVIDADES A DESENVOLVER

- I. Realização de análise aos trilhos da região para inclusão na aplicação móvel
 - Levantamento de trilhos na região

-
- Caracterização dos trilhos levantados
 - Seleção dos trilhos a incluir na aplicação
- II. Desenvolvimento da aplicação móvel
- Realização do caderno de encargos
 - Seleção de fornecedor para desenvolvimento e manutenção da aplicação
- III. Realização da disseminação da aplicação móvel
- Disponibilização da aplicação móvel nos canais dedicados
 - Realização de promoção à aplicação, integrada noutros conteúdos promocionais da região

ENTIDADES A ENVOLVER

Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes; Câmaras Municipais; Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD); Instituto Politécnico de Bragança Portugal; Agentes turísticos; ADL's.

FUNDOS ENVOLVIDOS

Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER); Fundo Social Europeu (FSE); Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER)

MEDIDA

3.4 | Construção de rede de ecopistas**OBJETIVO**

Promover o turismo de natureza da região através da capacitação da sua oferta.

DESCRIÇÃO

As condições ambientais de excelência do território das Terras de Trás-os-Montes apresentam-se como uma mais-valia na prática de atividades associadas ao turismo de natureza, como é o caso do cicloturismo e outras atividades de passeio.

Neste contexto, deverá ser reforçada a rede de ecopistas que potencie o aproveitamento e a rentabilização de toda a capacidade natural e paisagística do território, proporcionando o incremento de um ponto de interesse turístico na região e uma infraestrutura desportiva e de lazer para os seus habitantes.

A construção das referidas ecopistas deverá passar pelo aproveitamento e valorização de infraestruturas já existentes, de que são exemplo as linhas do Sabor e do Tua, atualmente desativadas (e/ou em parte). As ecopistas deverão ser acompanhadas, ao longo do percurso, de sinalética que indique, por exemplo, locais de interesse histórico/natural e respetiva informação acerca destes, podendo mesmo fazer uso das tecnologias *smart* (ex.: códigos de barras bidimensionais) apresentadas na medida “3.1 Criação de rede de rotas turísticas”.

Adicionalmente, na sequência do objetivo central desta medida, propõe-se também i) a requalificação do edificado respeitante à atividade ferroviária, podendo ser as antigas estações de comboios reconvertidas em unidades de apoio ao turismo local e/ou à ecopista (ex.: alojamento, comércio de produtos locais), ii) a requalificação/regeneração dos espaços envolventes dos percursos das ecopistas e iii) a criação de miradouros, e outras zonas de descanso/apoio, associados à observação de fauna e flora silvestre.

Através da requalificação destas infraestruturas é assim possível associar, na região das Terras de Trás-os-Montes, a preservação e rentabilização de património construído à valorização dos recursos ambientais, naturais e paisagísticos.

ATIVIDADES A DESENVOLVER

- I. Realização de projeto para desenho dos circuitos
 - Levantamento das infraestruturas existentes
 - Análise às condições de conservação das vias e edificado adjacente (ex.: antigas estações de comboios)
- II. Desenvolvimento do plano de reconversão das linhas ferroviárias, edificado e outras estruturas
 - Identificação de intervenções a realizar

-
- Projeção das intervenções/obras identificadas
 - Planeamento e priorização das intervenções projetadas
- III. Execução do plano de reconversão das linhas ferroviárias, edificado e outras estruturas
- Realização das obras e intervenções de reconversão planeadas

ENTIDADES A ENVOLVER

Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes; Câmaras Municipais; Unidades hoteleiras locais; Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N); Comboios de Portugal (CP); Rede Ferroviária Nacional (REFER); Turismo do Porto e Norte de Portugal

FUNDOS ENVOLVIDOS

Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER); Fundo Social Europeu (FSE); Fundo de Coesão (FC)

MEDIDA

3.5 | Reforço da capacidade de alojamento local e rural na região

OBJETIVO

Dinamizar a atividade turística da região através do reforço da capacidade de alojamento local e rural.

DESCRIÇÃO

O potencial turístico proporcionado pelas características endógenas do território das Terras de Trás-os-Montes, nas quais se incluem o seu património histórico, cultural, religioso, natural, paisagístico e gastronómico, é negativamente impactado pela reduzida capacidade de alojamento da região.

De forma a contrariar e superar o constrangimento referido, a presente medida pretende reforçar a capacidade de alojamento da região, centrando-se nas áreas de i) alojamento local e rural e ii) parques de campismo.

No que respeita à área de alojamento local e rural pretende-se incentivar e dinamizar a criação e/ou remodelação de infraestruturas dedicadas a esta atividade, através do apoio financeiro a iniciativas enquadradas neste propósito, não devendo no entanto ser necessariamente desconsideradas outras iniciativas que extravasem os conceitos de alojamento local ou rural. A remodelação/reconversão de edificado já existente (ex.: casa florestais, pombais, moinhos de água), em ambas as esferas privada e pública/municipal, constituirá o principal foco desta ação.

Além da componente de apoio a iniciativas privadas, deverá ser contemplada uma vertente de (re)aproveitamento de infraestruturas de cariz público. O esvaziamento populacional assistido nas últimas décadas na região das Terras de Trás-os-Montes tem-se refletido, entre outros, na desocupação e inoperacionalidade de infraestruturas como escolas ou casas florestais. Neste âmbito, a presente medida pretende atuar no aproveitamento das referidas infraestruturas através da sua reconversão para alojamento turístico (por exemplo através da atribuição posterior de concessões a privados), devendo ser realizado, numa primeira fase, um levantamento exaustivo (estima-se que existam mais de cem edifícios nestas condições) e respetiva análise às infraestruturas desocupadas, de forma a aferir o seu potencial de aproveitamento. Desta forma, será possível desenvolver uma tipologia de alojamento turístico singular, dada por exemplo a componente histórica das antigas escolas ou a componente natural/paisagística das casas florestais, que poderá funcionar como um fator diferenciador da oferta da região.

O reforço da capacidade de alojamento pretendido para a região incluirá, adicionalmente, a requalificação e ampliação dos parques de campismo existentes, assim como a criação destas infraestruturas nos municípios que estejam desprovidos dos mesmos, como é o caso de Alfândega da Fé.

Em suma, a medida em causa permitirá reforçar a oferta de alojamento disponível no território das Terras de Trás-os-Montes, potenciando e estimulando a atividade económica da região, com a atração de um maior número de visitantes e turistas à região (no contexto da atual conjuntura económica), nomeadamente dos segmentos jovem e de países com menor poder de compra (ex.: Polónia, República Checa), e a rentabilização de infraestruturas existentes e desprovidas de utilização.

ATIVIDADES A DESENVOLVER

- I. Realização de análise ao potencial de aproveitamento das infraestruturas
 - Lançamento do concurso para candidaturas para criação/remodelação de alojamentos locais e rurais (esfera privada)
 - Levantamento de infraestruturas desocupadas para reconversão em alojamento local e rural (esfera pública)
 - Identificação de parques de campismo a intervir e a criar
- II. Elaboração do plano de reforço de capacidade de alojamento
 - Atribuição de apoio financeiro a privados para criação/remodelação de alojamentos locais e rurais (esfera privada)
 - Identificação das necessidades de intervenção nas infraestruturas públicas desocupadas identificadas e parques de campismo
 - Priorização das intervenções a realizar
- III. Execução do plano de reforço de capacidade de alojamento
 - Acompanhamento dos projetos privados financiados
 - Desenvolvimento de projetos de engenharia (alojamento local e parques de campismo)
 - Realização das intervenções definidas

ENTIDADES A ENVOLVER

Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes; Câmaras Municipais; Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N); Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional; Secretaria de Estado do Turismo/Turismo do Porto e Norte de Portugal; Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), Entidades privadas

FUNDOS ENVOLVIDOS

Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER); Fundo Social Europeu (FSE)

MEDIDA

3.6 | Aproveitamento da “água” para turismo e bem-estar**OBJETIVO**

Capitalizar os recursos hídricos da região para o desenvolvimento da atividade turística.

DESCRIÇÃO

O território das Terras de Trás-os-Montes está dotado de variados recursos hídricos, nomeadamente rios (ex.: Sabor, Tua), albufeiras (ex.: Sabor, Azibo), águas termais (ex.: Termas de Vimioso) que apresentam um potencial de aproveitamento turístico que atualmente não se encontra totalmente capitalizado e que pode desempenhar um papel relevante na complementaridade e diversificação da oferta turística da região.

Neste sentido importa potenciar o desenvolvimento de atividades associadas ao elemento água, centrando-o em três eixos estruturantes: i) turismo ativo, ii) turismo ecológico e iii) turismo de saúde e bem-estar.

O primeiro eixo, tirando partido dos rios, albufeiras e outros recursos naturais no âmbito da “água”, deverá concentrar-se no desenvolvimento de desportos aquáticos e desportos de natureza, como por exemplo canoagem, *kayak* ou *canyoning*, através do apoio à criação de condições para a realização destas práticas desportivas. No que respeita ao turismo ecológico, além da promoção de atividades recreativas como passeios pedestres e/ou equestres, capitalizando o meio natural e paisagístico proporcionado pelo elemento água, deverão ser criadas praias fluviais (ou requalificadas existentes) com uma forte vertente ecológica, de preservação e ligação ao meio ambiente. O terceiro e último eixo, relativo ao turismo de saúde e bem-estar, deverá contemplar não só a promoção da atividade termal mas também a requalificação das infraestruturas termais existentes, potenciando assim esta atividade na região.

De referir que todos os três eixos de atuação da presente medida deverão contemplar a articulação com o plano de investimentos privados a realizar em sede de DLBC (Desenvolvimento Local de Base Comunitária).

ATIVIDADES A DESENVOLVER

- I. Realização do plano de aproveitamento da “água” para turismo e bem-estar
 - Definição de linhas de orientação estratégica
 - Desenvolvimento do plano de ação
- II. Implementação do plano de ação
 - Execução dos investimentos e apoios idealizados
 - Dinamização das iniciativas e atividades definidas
- III. Desenvolvimento de promoção no âmbito das atividades associadas à “água”

- Integração da oferta turística associada à água nas ações promocionais da região
- Realização de iniciativas de disseminação e comunicação específicas

ENTIDADES A ENVOLVER

Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes; Câmaras Municipais; Núcleo Empresarial do Distrito de Bragança (NERBA); Associações Comerciais e Industriais; Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD); Instituto Politécnico de Bragança (IPB); Concessionários Termais; Unidades hoteleiras locais e outras entidades privadas locais, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N); Agência Portuguesa do Ambiente; Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF); Instituto Português de Juventude e Desporto; Turismo do Porto e Norte de Portugal; Administração da Região Hidrográfica do Norte; Energias de Portugal; Iberdrola.

FUNDOS ENVOLVIDOS

Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER); Fundo Social Europeu (FSE); Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER)

MEDIDA

3.7 | Capitalização de áreas protegidas e classificadas e de interesse nacional e internacional**OBJETIVO**

Rentabilizar e preservar o património natural da região.

DESCRIÇÃO

Os valores e património natural das Terras de Trás-os-Montes apresentam-se como um dos elementos que melhor caracterizam a região. O território dispõe de vários parques naturais de relevância nacional, nomeadamente ao nível da Rede Nacional de Áreas Protegidas, onde se incluem o Parque Nacional de Montesinho, Parque Nacional do Douro Internacional, a Paisagem Protegida da Albufeira do Azibo, o Geoparque Terras de Cavaleiros (integrante da rede mundial de Geoparques da UNESCO) e a Reserva da Biosfera Transfronteiriça da Meseta Ibérica (atualmente em processo de candidatura).

A presente medida, no sentido de capitalizar todo o potencial inerente às valências naturais da região, consistirá no desenvolvimento de estratégias, de cariz integrado, que permitam simultaneamente a rentabilização económica destes espaços e o incentivo à sua conservação. A título de exemplificativo, poderão ser promovidas neste âmbito atividades relacionadas com o ecoturismo, como por exemplo i) desportos de natureza/aventura (atividades desportivas praticadas em contacto direto com a natureza de forma não nociva para a mesma), nos quais encontramos o pedestrianismo ou a bicicleta todo o terreno (BTT), e ii) atividade de interpretação da natureza e do ambiente, como a observação de aves ou outros animais autóctones.

Além das responsabilidades intermunicipais e municipais para o êxito da presente medida, a intervenção de entidades privadas (locais) afigura-se como um fator importante para o sucesso da dinamização de iniciativas nos parques naturais da região, devendo para isso ser fomentado e privilegiado o estabelecimento de parcerias público-privadas. Neste contexto, importa que haja uma interação e articulação estrita com projetos e investimentos privados, nomeadamente aqueles a serem realizados em sede de DLBC (Desenvolvimento Local Base Comunitária).

ATIVIDADES A DESENVOLVER

- I. Realização de plano de capitalização das áreas protegidas da região
 - Elaboração de estudo de análise ao potencial turístico
 - Identificação de potencialidades inexploradas e/ou subaproveitadas
 - Definição de linhas de orientação estratégica

II. Definição do plano de ação

- Materialização das linhas de orientação estratégica definidas em ações e iniciativas
- Definição de plano de atividades de desportos de natureza e de interpretação da natureza e do ambiente
- Calendarização das ações e iniciativas a realizar

III. Execução do plano de ação

- Dinamização de ações e iniciativas
- Estabelecimento de parcerias com entidades privadas

ENTIDADES A ENVOLVER

Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes; Câmaras Municipais; Núcleo Empresarial do Distrito de Bragança (NERBA); Associações de Desenvolvimento Empresarial; Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD); Instituto Politécnico de Bragança (IPB); Entidades privadas locais; Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N); Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional; Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF); Turismo do Porto e Norte de Portugal; ADL's

FUNDOS ENVOLVIDOS

Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER); Fundo Social Europeu (FSE); Fundo de Coesão (FC); Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER)

MEDIDA

3.8 | Estratégia de regeneração e revitalização urbana**OBJETIVO**

Promover o desenvolvimento, regeneração e revitalização urbana da região das Terras de Trás-os-Montes.

DESCRIÇÃO

Os sistemas urbanos assumem um papel fundamental na dinamização de múltiplos aspetos socioeconómicos da região onde se inserem, como são exemplo o desenvolvimento da economia e a criação de emprego.

Neste sentido importa estruturar uma estratégia de desenvolvimento urbano, nas denominadas i) cidades de equilíbrio territorial, ii) cidades regionais e iii) conjuntos regionais de cidades, que permita endereçar o desenvolvimento urbano de uma forma sustentável, nomeadamente através da regeneração e revitalização dos espaços urbanos.

A referida estratégia poderá vir a contemplar um alargado espectro de intervenções, como: a regeneração de centros históricos e edifícios de elevado valor patrimonial ou histórico, a criação e/ou revitalização de zonas verdes ou a valorização de zonas urbanas comerciais.

Em suma, através do desenvolvimento, regeneração e revitalização urbana, a presente medida deverá não só potenciar o desenvolvimento económico (ex.: atividade turística) dos espaços urbanos da região, como também a qualidade de vida dos seus habitantes e visitantes, e a preservação da identidade transmontana (com a conservação de património histórico/cultural dos espaços urbanos da região).

ATIVIDADES A DESENVOLVER

- I. Elaboração de estudo diagnóstico dos espaços urbanos da região das Terras de Trás-os-Montes
 - Diagnóstico dos espaços urbanos elegíveis
 - Identificação das intervenções a realizar
- II. Desenvolvimento do plano de desenvolvimento, regeneração e revitalização urbana
 - Projeção das intervenções/obras identificadas
 - Planeamento e priorização das intervenções projetadas
- III. Execução do plano de desenvolvimento, regeneração e revitalização urbana
 - Realização das obras e intervenções planeadas
 -

ENTIDADES A ENVOLVER

Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes; Câmaras Municipais; Associações Comerciais e Industriais; Agentes privados individuais e colectivos

FUNDOS ENVOLVIDOS

Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER); Fundo Social Europeu (FSE)

MEDIDA

3.9 | Apoio e promoção de eventos culturais na região

OBJETIVO

Promover o acesso a eventos culturais na região.

DESCRIÇÃO

Os polos populacionais das Terras de Trás-os-Montes têm sido alvo, não só, de um progressivo esvaziamento de serviços públicos e sociais, mas também de eventos culturais, nomeadamente, no que respeita a espetáculos de teatro, musicais e dança. A referida inacessibilidade a determinados espetáculos e eventos culturais na região, implica por parte dos seus habitantes a crescente necessidade de deslocação a outros pontos de Portugal (como as cidades do Porto ou Lisboa) onde estes se realizem, ou até mesmo a Espanha.

Neste contexto, a presente medida pretende democratizar o acesso à cultura no território, através do apoio a teatros, redes de espetáculos musicais e dança e/ou outros, a fim de promover a sua realização e aumentar a respetiva regularidade dos mesmos.

De forma a apoiar e promover a realização de eventos culturais na região, deverão ser contempladas duas vertentes distintas:

- i) apoio a espetáculos/eventos de produção local; e
- ii) atracção de espetáculos/eventos de produção não-local.

A primeira vertente assume um papel que vai além da dinamização de programação cultural de base local (ex.: grupos etnográficos, dança, música, teatro), dado permitir também a promoção da identidade da região das Terras de Trás-os-Montes, nomeadamente, com a criação de dinâmicas comunitárias e respetivos fortalecimento dos laços sociais.

Por outro lado, a atracção de espetáculos/eventos de produção não-local (ex.: concertos de bandas musicais internacionais), que geralmente não incluem a região na sua programação, facilitará o acesso a determinados conteúdos culturais aos habitantes da região, que de outra forma não poderiam não ter acesso aos mesmos.

Apesar de não ser o objetivo primordial da presente medida, este terá também um impacto significativo na atividade económica da região dado que poderá complementar a oferta turística atual e futuramente existente.

ATIVIDADES A DESENVOLVER

- I. Realização de um mapa cultural anual da região
 - Levantamento de eventos
 - Conceção/ identificação de eventos culturais (adicionais) complementares
- II. Elaboração de plano de apoio a eventos culturais para a região
 - Desenvolvimento de plano ação (iniciativas e investimentos)
- III. Execução do plano de apoio a eventos culturais para a região
 - Realização de investimentos identificados
 - Concessão de apoios previstos no plano desenhado

ENTIDADES A ENVOLVER

Comunidade Intermunicipal de Trás-os-Montes; Câmaras Municipais; Entidades privadas locais; Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N); Direção Regional da Cultura do Norte, Grupos/Associações Culturais Locais.

FUNDOS ENVOLVIDOS

Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER)

OBJETIVO **4| Otimização dos recursos de exploração agropecuária,**
ESPECÍFICO **florestal, cinegéticas e piscícolas**

OBJETIVO

Promover o desenvolvimento das atividades económicas do setor primário, nomeadamente agropecuária, florestal, cinegéticas e piscícolas, na região.

ENQUADRAMENTO

O setor primário desempenha um papel preponderante na região das Terras de Trás-os-Montes, não só em termos históricos, territoriais e económicos como, principalmente, no que respeita à sua componente social, pela percentagem significativa de pessoas que emprega (direta e indiretamente).

No entanto, apesar da preponderância referida, o setor primário enfrenta diversos constrangimentos de base, que impossibilitam a captação do seu pleno potencial económico, nomeadamente no que concerne a :

- i) infraestruturas e equipamentos de apoio,
- ii) (auto)conhecimento aprofundado de culturas/espécies e/ou técnicas,
- iii) estratégias integradas e de complementaridade intermunicipal e
- iv) valorização dos recursos.

Neste sentido, e tendo em conta os constrangimentos referidos, é necessário promover o desenvolvimento de iniciativas que incidam, quer transversal quer especificamente, nas diferentes atividades económicas integrantes do setor primário da região (agropecuária, florestal, cinegética e piscícola), nomeadamente ao nível da sua:

- i) capacitação,
- ii) investigação,
- iii) rentabilização e
- iv) gestão (integrada).

MEDIDA

4.1 | Construção, requalificação e gestão integrada de regadios

OBJETIVO

Reabilitar, modernizar e expandir a rede de regadio na região de forma integrada.

DESCRIÇÃO

O setor primário, e em particular as atividades agrícolas e pecuárias, revelam ter um peso significativo na economia da região das Terras de Trás-os-Montes. O desenvolvimento e competitividade destas atividades está intrinsecamente dependente do grau de aproveitamento dos recursos hídricos, no qual o regadio desempenha um papel fulcral.

Neste contexto, importa não só promover o desenvolvimento, otimização e melhoria do sistema de regadio do território das Terras de Trás-os-Montes mas também geri-lo numa ótica integrada e de complementaridade intermunicipal, concebendo uma rede de regadio intermunicipal.

A componente infraestrutural e de equipamentos, a desenvolver na âmbito da rede de regadio intermunicipal, deverá ser composta por duas vertentes distintas mas complementares: i) reabilitação e modernização do sistema de regadio existente e ii) expansão da rede, através da ampliação da infraestrutura já existente e da construção de novo equipamento.

Através do melhor aproveitamento hidrográfico, a que a presente medida se propõe, potenciar-se-á a competitividade dos produtos endógenos e das unidades agropecuárias que desenvolvem a sua atividade no território das Terras de Trás-os-Montes.

ATIVIDADES A DESENVOLVER

- I. Elaboração de estudos com vista à reabilitação, modernização e expansão da rede de regadio
 - Levantamento dos sistemas de regadio (em exploração e desativados)
 - Estudo ao estado atual da rede (infraestruturas e equipamentos)
- II. Realização de plano de reabilitação, modernização e expansão da rede de regadio
 - Avaliação das necessidades e planeamento integrado da rede de regadio intermunicipal
 - Definição e priorização de intervenções de reabilitação, modernização e expansão a realizar
- III. Execução do plano de reabilitação, modernização e expansão da rede de regadio elaborado
 - Elaboração dos projetos-base das intervenções identificadas
 - Realização das intervenções de reabilitação, modernização e expansão definidas

- Desenvolvimento de medidas de manutenção preventiva

ENTIDADES A ENVOLVER

Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes; Câmaras Municipais; Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD); Instituto Politécnico de Bragança (IPB); Cooperativas e outras organizações de produtores locais; Associações de agricultores locais; Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N); Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte (DRAPN); Agência Portuguesa do Ambiente (APA)

FUNDOS ENVOLVIDOS

Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER); Fundo de Coesão (FC); Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER)

MEDIDA

4.2 | Criação de centros de investigação científica das fileiras estratégicas da região**OBJETIVO**

Apoiar o desenvolvimento das fileiras estratégicas da região, promovendo a investigação científica nesse âmbito.

DESCRIÇÃO

A região das Terras de Trás-os-Montes apresenta fileiras estratégicas, maioritariamente de cariz agropecuário (ex.: castanha, cogumelos, produção animal), que devem ser alvo de estudo e investigação mais aprofundados.

Neste sentido a presente iniciativa pretende criar centros de investigação científica centrados nestes produtos, através do estabelecimento de parcerias com instituições de ensino superior. Além das instituições com valências ao nível da investigação, deverão ser incluídas neste âmbito os principais agentes (ex.: empresas, cooperativas, associações) com presença nas atividades das respetivas fileiras estratégicas.

A investigação e produção de conhecimento deverão privilegiar e estar em consonância com uma aplicação empresarial das mesmas, por exemplo na melhoria da qualidade dos produtos produzidos ou da sua competitividade ao nível produtivo. A micologia, e em particular a área dos cogumelos selvagens, é um bom exemplo de uma das fileiras estratégicas locais com significativo potencial económico que pode ser potenciado através de estudo e investigação aprofundados, para colocação deste produto num segmento de consumo superior e diferenciado.

A criação de centros de investigação científica referidos contribuirá de forma decisiva para a produção e aprofundamento de conhecimento local, numa área que é considerada como um dos principais motores da economia da região.

ATIVIDADES A DESENVOLVER

- I. Desenvolvimento do plano de investigação científica às fileiras estratégicas da região
 - Definição e caracterização das fileiras estratégicas da região
 - Realização de análise às potencialidades económicas das várias fileiras identificadas
- II. Criação do centro de investigação científica das fileiras estratégicas da região
 - Estabelecimento de parcerias com instituições de ensino superior e mobilização de *stakeholders* relevantes no âmbito das fileiras estratégicas
 - Atribuição de bolsas de investigação
- III. Elaboração de plano de disseminação do conhecimento gerado no âmbito da investigação

- Realização de ações formativas para transmissão de conhecimento aos respetivos agentes económicos (ex.: empresas, cooperativas, associações)

ENTIDADES A ENVOLVER

Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes; Câmaras Municipais; Núcleo Empresarial do Distrito de Bragança (NERBA); Associações Comerciais e Industriais; Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD); Instituto Politécnico de Bragança (IPB); Cooperativas de Produção Agropecuária; Empresas Privadas Locais, Produtores locais; Secretaria de Estado da Alimentação e da Investigação Agroalimentar; Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N); Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional; ADL's

FUNDOS ENVOLVIDOS

Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER); Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER)

MEDIDA

4.3 | Levantamento, ordenamento, gestão e valorização da floresta**OBJETIVO**

Fomentar a valorização dos recursos florestais da região através de um ordenamento e gestão florestal intermunicipal.

DESCRIÇÃO

O território das Terras de Trás-os-Montes apresenta um espaço florestal de dimensões significativas que não se encontra devidamente cadastrado ou mapeado, facto que impossibilita não só um ordenamento e gestão eficaz dos recursos florestais, como também limita a captação do potencial económico da floresta.

Assim, e de modo a fazer face ao referido contexto, a presente medida define um plano de atuação em quatro fases: i) cadastro e mapeamento do espaço florestal, ii) ordenamento, iii) gestão da floresta e iv) valorização dos recursos florestais.

A primeira componente deverá efetuar não só o respetivo cadastro do espaço florestal, como também realizar um mapeamento rigoroso do mesmo, nomeadamente ao nível das suas condições morfológicas e solos. O ordenamento do espaço florestal deverá ser realizado numa lógica integrada e supramunicipal, com base numa avaliação das suas potencialidades, atentando simultaneamente à identificação de áreas críticas de risco de incêndio e importância ecológica. Complementarmente, a componente de gestão florestal basear-se-á no estabelecimento de um enquadramento regulatório, normativo e processual à atividade florestal, devendo aqui ser dada especial atenção à vertente ambiental ao nível da mitigação e minimização dos impactos da atividade humana no meio florestal e na respetiva biodiversidade e *habitats*, nomeadamente através da conceção e execução de i) planos de florestação e reflorestação da região (ex.: recuperação de galerias ripícolas) e ii) de intervenções com vista ao prevenção/ combate a incêndios (ex.: limpeza do espaço florestal e criação de áreas tampão piloto). Ambas as atividades descritas, assim como a medida na sua transversalidade, deverão ser desenvolvidas com recurso a parcerias com entidades gestoras da floresta, como são exemplo as Associações Florestais e de Baldios, e tendo em conta a medida “9.3 Gestão partilhada de meios de proteção civil”, presente neste documento.

Finalmente, com base nas componentes anteriormente descritas, deverá ser definida uma estratégia de valorização dos recursos florestal, que oriente o desenvolvimento desta fileira na região das Terras de Trás-os-Montes, quer ao nível da silvicultura quer ao nível de outras formas de aproveitamento económico sustentável da floresta, de que é exemplo a micologia ou a produção de biomassa promovida, nomeadamente, pelas atividades de limpeza do espaço florestal.

No que respeita à componente de valorização, será importante a sua articulação com as respetivas orientações e

projetos definidos em sede de DLBC (Desenvolvimento Local de Base Comunitária).

ATIVIDADES A DESENVOLVER

- I. Realização do cadastro e mapeamento do espaço florestal
 - Cadastro das diferentes parcelas que compõem o espaço florestal
 - Elaboração do mapeamento do território nas diferentes vertentes do âmbito florestal
- II. Desenvolvimento do ordenamento da floresta
 - Realização de análise às potencialidades do espaço florestal
 - Definição do plano de ordenamento florestal da geografia intermunicipal
- III. Desenvolvimento da gestão integrada do espaço florestal
 - Definição de instrumentos e mecanismos de gestão florestal
 - Realização do plano de florestação e reflorestação para a região
 - Execução das intervenções de prevenção/ combate a incêndios (limpeza florestal e criação de áreas tampão piloto)
- IV. Realização de estratégia para valorização dos recursos florestais
 - Elaboração de linhas de orientação estratégica
 - Definição e execução de plano ação e investimentos definidos

ENTIDADES A ENVOLVER

Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes; Câmaras Municipais; Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD); Corporações locais de bombeiros; Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N); Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional; Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF); Autoridade Nacional de Proteção Civil, Associações Florestais Locais e Empresas Florestais Locais.

FUNDOS ENVOLVIDOS

Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER); Fundo de Coesão (FC); Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER)

MEDIDA

4.4 | Valorização de recursos cinegéticos e piscícolas**OBJETIVO**

Promover o desenvolvimento das atividades cinegéticas e piscícolas na região.

DESCRIÇÃO

O território da Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes, face a outras regiões de Portugal ou da Europa, apresenta vantagens competitivas no que respeita às atividades cinegéticas e piscícolas. Essas vantagens estão associadas, por exemplo, às características biofísicas do território, tipologia e dinâmica das explorações agrícolas e florestais, reputação favorável da região no mercado cinegético e diferenciação da região pelo valor natural (áreas protegidas e classificadas).

No entanto, apesar das vantagens descritas, a incipiência de uma gestão profissional e a diminuta capacitação dos agentes, a tipologia e ineficiência na utilização dos apoios públicos e a articulação/interação complexa com as Autoridades competentes, inibem a captação do pleno potencial económico e natural destas atividades. Neste sentido, a presente medida deverá focar-se em três grandes áreas de atuação:

- i) profissionalização da atividade e capacitação dos agentes,
- ii) demonstração de boas práticas e
- iii) apoio técnico na interação com as Autoridades.

A profissionalização das atividades cinegéticas e piscícolas implica um enquadramento técnico-científico por parte das entidades envolvidas, em diversos domínios especializados, nomeadamente:

- i) monitorização e gestão de populações animais (cinegéticas/piscícolas e não cinegéticas/piscícolas),
- ii) gestão dos habitats em interação com explorações agrícolas e/ou florestais,
- iii) organização das técnicas da exploração cinegética e piscícola (caça, pesca e captura),
- iv) enquadramento jurídico,
- v) marketing e organização comercial. Adicionalmente, a existência de operadores de terreno profissionais, com competências muito específicas e associadas aos territórios onde operam, implicam fortemente o sucesso das ações de caça e pesca, e conseqüentemente o desempenho/produktividade das atividades cinegéticas e piscícolas.

Paralelamente, deverá ser contemplada uma componente demonstrativa que possa servir de referência de boas práticas, por exemplo, à gestão das zonas de caça municipais e associativas, que no caso específico da atividade cinegética utilizam cerca de 98% da superfície apta para o ordenamento e exploração cinegéticos. Neste contexto, a realização de ações de estímulo ao aumento da produtividade (em volume e/ou valor) da atividade cinegética deverão ser não só compatíveis com as duas tipologias mencionadas, mas também com os objetivos e

características dos respetivos agentes (ex.: capacidade de planeamento/execução), pelo que deverá ser efetuada uma avaliação dos agentes no terreno. No que respeita à atividade piscícola, a ausência de regulamentação da Lei n.º 7/2008 de 15 de Fevereiro limita o desenvolvimento da gestão piscícola como atividade de base ao fomento da pesca, pelo que a presente medida deverá promover a criação de capacidades técnicas partilhadas e a realização de um projeto demonstrativo de gestão piscícola de um conjunto de cursos/massas de água.

Por fim, a interação e articulação com as Autoridades competentes (florestal, conservação da natureza, água, segurança) assumem na gestão cinegética e piscícola uma dimensão bastante diversificada e complexa, criando ineficiências que prejudicam o aumento de valor económico e natural das atividades cinegéticas e piscícolas na região. O licenciamento da atividade e dos seus praticantes (ex.: caçadores estrangeiros), a interação com as zonas protegidas/ classificadas, fiscalização dos territórios cinegéticos e piscícolas em múltiplas dimensões (ex.: proteção de património e pessoas), são exemplos de áreas que apresentam as referidas ineficiências. A presente medida deverá incluir soluções que facilitem e agilizem a interação dos agentes com as Autoridades (ex.: através da delegação de competências administrativas na CIM Terras de Trás-os-Montes) quer no cumprimento das obrigações de licenciamento/declaração dos primeiros, quer nos serviços prestados pelas próprias Autoridades ou na articulação dos apoios financeiros (ex.: comunitários) às atividades cinegéticas e piscatórias.

De referir que estas ações deverão ser também articuladas com outras medidas inseridos na estratégia, particularmente o “4.3 Criação de centro de investigação científica das fileiras estratégicas da região” e, no que respeita à vertente florestal, “4.4 Levantamento, ordenamento, gestão e valorização da floresta”.

ATIVIDADES A DESENVOLVER

- I. Realização de atividades de profissionalização de organizações e capacitação de operadores de terreno
 - Constituição de núcleo de gestão cinegética e piscícola, incluindo as componentes técnicas específicas, componente jurídica e componente de marketing e organização comercial
 - Desenvolvimento de programa de formação de operadores de terreno (cinegéticos e piscícolas) com capacidade operacional prática e associada aos terrenos onde operam
- II. Desenvolvimento de plano de atividades demonstrativas
 - Lançamento de projeto demonstrativo da gestão profissional, devendo incidir preferencialmente na Zona de Caça Nacional da Lombada (em articulação com o ICNF)
 - Elaboração de projeto de gestão conjunta e profissional de i) zonas de caça municipais e associativas (pelo menos três, e em articulação com autarquias e associações de caçadores) e ii) curso e massa de água (pelo menos uma, e em articulação com autarquias e associações de pescadores)
- III. Elaboração de estrutura de apoio técnico para interação com as Autoridades
 - Elaboração de estudo de delegação de competências administrativa das Autoridades relevantes na CIM TTM, para articulação mais eficiente e próxima com os agentes cinegéticos e piscícolas
 - Realização de estudo/guia de adequação dos apoios disponíveis à maximização do valor económico e

do valor natural das atividades cinegética e piscícola

- Desenvolvimento de programa de apoio específico a associações e empresas (ex.: Projeto RIBA) com atividade na facilitação de utilização de apoios públicos pelas explorações agrícolas e florestais

ENTIDADES A ENVOLVER

CIM das Terras de Trás-os-Montes; Câmaras Municipais; Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD); Instituto Politécnico de Bragança (IPB); Associações de caçadores e pescadores, Empresas de animação turística e outras entidades privadas relevantes; Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N); Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional; Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF); Turismo do Porto e Norte de Portugal; Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte

FUNDOS ENVOLVIDOS

Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER); Fundo Social Europeu (FSE); Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER)

MEDIDA

4.5 | Criação de multiplataforma tecnológica para valorização do setor primário**OBJETIVO**

Promover e capitalizar as atividades do setor primário através do desenvolvimento das respetivas atividades a jusante

DESCRIÇÃO

As atividades do setor primário, e particularmente a agricultura e pecuária, desempenham um papel fundamental na economia da região das Terras de Trás-os-Montes, por exemplo ao nível da empregabilidade dos seus habitantes. Tendo em conta o presente contexto, além do desenvolvimento de medidas focalizadas nas referidas atividades do setor primário, importa também apostar nas respetivas atividades a jusante (ex.: transformação, refinação, culinária), dado estas poderem i) funcionar como dinamizadoras das primeiras e ii) permitir incrementar o valor intrínseco dos próprios produtos.

A presente medida pretende a criação de uma multiplataforma tecnológica associada à valorização do setor primário, e em particular da agricultura e pecuária, tirando proveito, nomeadamente, do Parque de Ciência e Tecnologia Brigantia Ecoparque e das instituições de investigação da região (ex.: Instituto Politécnico de Bragança). Neste sentido foi estruturado um conjunto (não exaustivo) de duas plataformas tecnológicas chave:

- i. Plataforma tecnológica para desenvolvimento de novos produtos agroalimentares e/ou naturais: consistirá na valorização de produtos ou subprodutos agrícolas da região (ex.: azeitona, frutos secos) através da criação de produtos inovadores que tragam mais-valias aos produtores e que fomentem a criação de novos negócios. Deverá ainda focar na melhoria dos processos tradicionais e industriais de transformação de produtos de origem animal, com o intuito de os tornar mais eficientes, seguros e de maior qualidade.

A título exemplificativo, no âmbito desta plataforma tecnológica, deverá ser considerada a criação de uma infraestrutura de extração e refinação de produtos naturais, ou seja, a instalação de uma unidade à escala industrial que permita, por exemplo, a extração de compostos, dos recursos endógenos da região, com propriedades químicas e biológicas com potencial para as indústrias alimentar, farmacêutica e cosmética; potenciando assim o surgimento de empresas que se centrem no aproveitamento de recursos naturais de elevado valor.

- ii. Plataforma tecnológica para valorização da culinária regional: consistirá em apoiar tecnologicamente a evolução e desenvolvimento da culinária endógena da região, através da caracterização nutricional e valorização dietética dos produtos da cozinha tradicional, possibilitando e/ou culminando desta forma a criação de novos produtos/pratos.

Através da aposta e desenvolvimento do potencial de atividades a jusante ao setor primário, como as acima referidas, será possível diversificar a atividade das explorações agrícolas e incrementar a sua rentabilidade,

acrescentar à produção agropecuária tradicional produtos que incorporam um elevado valor acrescentado, fomentar a inovação no setor e atrair investimentos subsequentes no futuro. Em suma a presente iniciativa terá a capacidade de capitalizar uma das principais forças motrizes da região e desta forma fomentar o desenvolvimento socioeconómico.

ATIVIDADES A DESENVOLVER

- I. Estruturação da multiplataforma tecnológica para a valorização do setor primário
 - Estabelecimento de parceria entre Parque de Ciência e Tecnologia Briantia Ecomarque, instituições de investigação e empresas privadas (ex.: produtores agropecuários)
 - Definição do âmbito de ação das plataformas tecnológicas integrantes
- II. Elaboração e realização do plano de investimentos
 - Projeção dos investimentos infraestruturais, e em equipamentos, a realizar (tendo em conta o âmbito de ação das plataformas tecnológicas)
 - Desenvolvimento e execução do plano de investimentos projetado
- III. Execução de iniciativas no âmbito das plataformas tecnológicas
 - Desenvolvimento de iniciativas de investigação e/ou inovação
 - Realização de ações de transmissão de conhecimento aos respetivos agentes económicos

ENTIDADES A ENVOLVER

Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes; Câmaras Municipais; Parque de Ciência e Tecnologia Briantia Ecomarque; Núcleo Empresarial do Distrito de Bragança (NERBA); Associações Comerciais e Industriais; Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD); Instituto Politécnico de Bragança (IPB); Cooperativas e outras organizações de produtores locais; Produtores locais; Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N).

FUNDOS ENVOLVIDOS

Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER); Fundo Social Europeu (FSE); Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER)

OBJETIVO
ESPECÍFICO

5| Apoio à inclusão social

OBJETIVO

Promover a inclusão social e o combate à pobreza

ENQUADRAMENTO

A estratégia Europa 2020 definiu o “crescimento inclusivo” como uma das três prioridades de desenvolvimento para a União Europeia, visando assim a criação de emprego e a redução da pobreza.

A região de Terras de Trás-os-Montes é particularmente sensível à temática da inclusão social, devido a um conjunto de condicionantes presentes no território, como são exemplo a escassez de oportunidades de emprego, o reduzido rendimento *per capita* e o progressivo esvaziamento dos serviços públicos e sociais.

Neste âmbito, a Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes, graças à sua visão e atuação supramunicipal, poderá desempenhar um papel determinante na promoção do equilíbrio social da região, através do desenvolvimento de iniciativas que visem inverter e/ou mitigar situações de cariz social.

MEDIDA**5.1 | Criação de Fundo de Fomento Social**

OBJETIVO

Favorecer a criação de emprego e inclusão social na região.

DESCRIÇÃO

À semelhança de outras regiões interiores de Portugal, a região das Terras de Trás-os-Montes tem assistido, nos últimos anos, ao agravamento de um conjunto de constrangimentos, como a reduzida geração de oportunidades de emprego ou o esvaziamento da representação de serviços públicos, que contribuem de forma decisiva para o agravamento do despovoamento territorial.

De forma a contrariar esta situação e a melhorar as condições de vida da população residente, a presente medida pretende atuar em duas grandes áreas: i) apoio a iniciativas geradoras de emprego e/ou autoemprego e ii) criação de rede de serviços e equipamentos de apoio à população.

A primeira área de atuação consistirá num mecanismo de apoio financeiro a projetos sem capacidade de autofinanciamento e/ou financiamento junto das entidades bancárias convencionais, através da criação de um fundo de garantia baseado num protocolo a estabelecer entre o setor público (Comunidade Intermunicipal e Municípios) e entidade(s) bancária(s), de forma a oferecer condições bonificadas de financiamento a microempresas/projetos/ideias (ex.: aquisição de veículo para transporte da produção agropecuária) com potencial e viabilidade económica em que o montante de financiamento requerido não seja avultado (ex.: até 25 mil euros), permitindo a promoção da inclusão social e combate à pobreza, nomeadamente através do apoio a indivíduos e polos familiares desfavorecidos na geração do seu autoemprego.

Paralelamente, com o intuito de melhorar os serviços de apoio à população residente na região das Terras de Trás-os-Montes, deverá ser criada/reforçada uma rede de serviços/equipamentos de apoio à população – tendo em conta o espaço intermunicipal como um todo – com especial foco para os grupos populacionais com necessidades específicas, como por exemplo idosos ou pacientes com necessidades de cuidados continuados. Esta rede deverá compreender, entre outros, serviços e equipamentos de cuidados continuados e cuidados paliativos.

De referir, neste contexto, que a CIM das Terras de Trás-os-Montes deverá exercer uma função de influência na coordenação e complementaridade na rede de equipamentos, por forma a contribuir para a salvaguarda das condições e serviços prestados, no que respeita por exemplo à cobertura e otimização operacional da rede, nomeadamente através da captação de economias de escala e/ou da eliminação de sobreposições e redundâncias.

ATIVIDADES A DESENVOLVER

- I. Elaboração de mecanismo de apoio financeiro a projetos/ideias para negócios autossustentados
 - Elaboração de protocolo entre a CIM Terras de Trás-os-Montes e Municípios com entidade(s) bancária(s)
 - Realização de análise de crédito para seleção dos projetos/ideias elegíveis a financiamento
 - Atribuição de financiamentos a projetos/ideias selecionados
- II. Definição/reorganização da rede de equipamentos de apoio
 - Mapeamento e caracterização dos serviços e equipamentos existentes
 - Identificação de constrangimentos na rede de equipamentos atual
 - Desenho da nova rede de equipamentos de apoio
- III. Execução das intervenções a realizar no âmbito da nova rede de equipamentos de apoio
 - Elaboração do plano de intervenções e respetivos projetos
 - Realização das obras e intervenções constantes no plano definido

ENTIDADES A ENVOLVER

Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes; Câmaras Municipais; Instituições Particulares de Solidariedade Social locais; Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N); Direção Regional de Economia do Norte, Misericórdias e Centros Sociais e Paroquiais, Centro Regional de Segurança Social.

FUNDOS ENVOLVIDOS

Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER); Fundo Social Europeu (FSE)

MEDIDA

5.2 | Criação de programa de escoamento de produtos agroalimentares**OBJETIVO**

Aliar a promoção do escoamento de produtos agroalimentares (em situações específicas) a uma vertente social.

DESCRIÇÃO

A generalidade das atividades produtivas, e em particular a atividade agropecuária, geram produtos excedentes no decorrer da sua atividade, isto é, produtos que por determinadas razões, essencialmente devido às pequenas quantidades produzidas, têm dificuldade de escoamento por ausência de circuitos a nível local. Apesar da importância que podem ter na economia familiar, a comercialização destes produtos é inviabilizada, pelo que importa encontrar formas alternativas de escoamento que permitam o seu consumo e/ou utilização.

As Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) - ou outras de objeto semelhante - são entidades que, pela sua abrangência e objeto de atuação – apoio à população mais carenciada – necessitam de um fluxo regular e considerável de produtos, principalmente no que respeita a produtos alimentares. Através da aposta em cadeias curtas de comercialização e criação de uma plataforma logística (com câmaras frias e centros de recolha em cada um dos municípios) que permita estabelecer a ponte entre os agentes produtores – cooperativas agrícolas, associações de agricultores, produtores, entre outras – e as IPSS, será possível fazer face à necessidade descrita, relativa ao escoamento dos produtos agrícolas excedentes, e proporcionar às IPSS o acesso a produtos em condições mais vantajosas para estas.

Desta forma, é possível aliar a redução do desperdício alimentar na região das Terras de Trás-os-Montes, à promoção da inclusão social e combate à pobreza e fomentar a criação de postos de trabalho.

ATIVIDADES A DESENVOLVER

- I. Estruturação e desenvolvimento da plataforma logística
 - Definição do modelo organizacional e operacional da plataforma
 - Levantamento e seleção das entidades a envolver: i) IPSS e ii) produtores
 - Estabelecimento de parcerias/acordos entre as entidades identificadas
 - Elaboração do plano de investimentos em infraestruturas e equipamentos necessários ao funcionamento da plataforma (ex.: câmaras frigoríficas, centros de recolha)
- II. Execução do plano de investimento em infraestruturas e equipamentos
 - Execuções das intervenções infraestruturais
 - Aquisição dos equipamentos

ENTIDADES A ENVOLVER

Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes; Câmaras Municipais; Juntas de Freguesia; Núcleo Empresarial do Distrito de Bragança (NERBA); Associações Comerciais e Industriais; Produtores locais; Cooperativas/ Agrupamentos e outras organizações de produtores locais; Instituições Particulares de Solidariedade Social locais; Entidades empresariais locais; Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N); Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte; Direção Regional de Economia do Norte; Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional

FUNDOS ENVOLVIDOS

Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER); Fundo Social Europeu (FSE); Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER)

MEDIDA

5.3 | Criação de plataforma tecnológica para o bem-estar e envelhecimento ativo**OBJETIVO**

Promover a inovação nas áreas do bem-estar e envelhecimento ativo

DESCRIÇÃO

A região das Terras de Trás-os-Montes tem assistido a um progressivo envelhecimento da sua população nos últimos anos, principalmente devido ao êxodo da população jovem/ ativa e à diminuição da taxa de natalidade. Esta não é no entanto uma realidade exclusiva da região, é uma realidade transversal a uma parte significativa do território português e mesmo europeu, existindo por isso uma necessidade cada vez maior do desenvolvimento das áreas do bem-estar e envelhecimento ativo.

Tendo em conta o contexto apresentado, a região das Terras de Trás-os-Montes apresenta-se como uma candidata preferencial à implementação de uma plataforma tecnológica para o bem-estar e envelhecimento ativo, dado apresentar, simultaneamente:

- i) necessidades prementes no que respeita a estas áreas e
- ii) instituições de investigação com trabalho nelas desenvolvido.

Neste sentido, a presente medida pretende a criação de uma plataforma tecnológica para o bem-estar e envelhecimento ativo de forma a apoiar a inovação neste âmbito e, conseqüentemente, promover o surgimento de indústrias e empresas ligadas a estas áreas. À semelhança das restantes plataformas tecnológicas e de inovação apresentadas nesta estratégia, também a plataforma tecnológica para o bem-estar e envelhecimento ativo deverá desenvolver uma relação estreita com o Parque de Ciência e Tecnologia Brigantia Ecoparque.

O surgimento da plataforma tecnológica em questão deverá ter um impacto direto na região das Terras de Trás-os-Montes, não só no desenvolvimento da atividade económica e criação de emprego, mas também nas suas populações, dado o seu elevado índice de envelhecimento.

ATIVIDADES A DESENVOLVER

- I. Estruturação da plataforma tecnológica para o bem-estar e envelhecimento ativo
 - Estabelecimento de parcerias entre Parque de Ciência e Tecnologia de Trás-os-Montes e Alto Douro, instituições de investigação e outras instituições públicas e privadas (ex.: lares)
- II. Elaboração e realização do plano de investimentos
 - Projeção dos investimentos infraestruturais, e em equipamentos, a realizar (tendo em conta o âmbito de ação das plataformas tecnológicas)

- Desenvolvimento e execução do plano de investimentos projetado

III. Execução de iniciativas no âmbito das plataformas tecnológicas

- Desenvolvimento de iniciativas de investigação e/ou inovação
- Realização de ações de transmissão de conhecimento aos respetivos agentes económicos

ENTIDADES A ENVOLVER

Comunidade Intermunicipal de Trás-os-Montes; Câmaras Municipais; Parque de Ciência e Tecnologia Brigantia Ecoparque; Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD); Instituto Politécnico de Bragança; Entidades privadas locais; Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N); Nucleo Empresarial da Região de Bragança (NERBA)

FUNDOS ENVOLVIDOS

Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER); Fundo Social Europeu (FSE)

OBJETIVO ESPECÍFICO 6| Potenciação e reforço dos meios de comunicação e acessibilidade

OBJETIVO

Promoção do transporte sustentável e superação de estrangulamentos em redes de infraestruturas chave.

ENQUADRAMENTO

Os meios de comunicação e acessibilidade são essenciais ao desenvolvimento socioeconómico de qualquer região. Relativamente à componente social, estes (meios) por via do binómio tempo/distância, influenciam não só a qualidade de vida da população residente como também a coesão social e territorial da região. Paralelamente, no que respeita à componente económica, os meios de comunicação e acessibilidade impactam, entre outros, a competitividade das empresas locais, a mobilidade profissional e a atratividade turística da região, e por conseguinte o potencial de desenvolvimento económico da região.

No caso específico da região de Terras de Trás-os-Montes os meios de comunicação e acessibilidade apresentam uma relevância acrescida dada a:

- i) dispersão da população no território,
- ii) distância entre os principais polos urbanos,
- iii) progressiva redução de serviços públicos e sociais e
- iv) localização geográfica da região (simultaneamente periférica, relativamente a Portugal, e limítrofe com Espanha).

Adicionalmente, o território apresenta constrangimentos significativos ao nível das condições de mobilidade, quer ao nível intra e inter-regional, quer no que diz respeito a questões infraestruturais e de serviços de transporte (ex.: transporte coletivos de passageiros).

Desta forma, considera-se imperativo endereçar a temática dos meios de comunicação e acessibilidade de forma a promover a inclusão social e territorial e, simultaneamente, alavancar a atividade económica da região de Terras de Trás-os-Montes.

MEDIDA

6.1 | Criação de rede de gestão partilhada dos transportes

OBJETIVO

Potenciar a mobilidade intrarregional no território das Terras de Trás-os-Montes.

DESCRIÇÃO

As condições de mobilidade são um dos fatores fundamentais para o desenvolvimento económico de um território, nomeadamente pela sua relevância nas atividades comerciais, turísticas e de garantia da qualidade de vida diária da população residente. Adicionalmente, na região das Terras de Trás-os-Montes, este aspeto adquire uma importância acrescida, dada a grande dispersão da população no território e a necessidade específica de deslocação aos maiores centros populacionais, nomeadamente para aceder a serviços públicos.

Para promover o desenvolvimento económico, fomentar a coesão territorial e social da região e simultaneamente reduzir os custos associados aos transportes coletivos, deverá então ser criada uma rede de gestão partilhada de transportes ao nível intrarregional, que melhore e otimize a rede de transportes coletivos atual, assim como um plano de renovação/reconversão da frota existente.

Através do diagnóstico à oferta atual de transportes coletivos entre os vários municípios da região de Terras de Trás-os-Montes, de ambas as esferas pública e privada, será possível identificar ineficiências, redundâncias e possíveis falhas na cobertura da rede. Após as referidas atividades deverão estar reunidas as condições para a estruturação de uma nova rede de transportes, que procurará integrar, a um nível operacional (ex.: horários, frota, rotas...) os diferentes operadores da região.

Complementarmente à estruturação da nova rede de transportes, deverá ser implementado um projeto-piloto de transporte a pedido (serviço de transporte desencadeado pelo cliente), proporcionando desta forma i) uma maior flexibilidade no transporte e ii) um aumento de cobertura para as áreas e/ou períodos em que a oferta demonstre ser deficitária.

A referida rede e serviço de transporte a pedido, deverão privilegiar e ser desenvolvidos numa ótica integrada, isto é, a um nível intermunicipal de forma a promover a eficácia e eficiência da sua atuação no território e o desenvolvimento de economias de escala e captação de sinergias entre municípios.

Por fim, a renovação/reconversão da frota de veículos, que compõem a atual rede de transportes, constitui uma medida fundamental para não só melhorar as condições de prestação de serviços à população (ex.: ao nível do conforto), mas também para reduzir os custos estruturais decorrentes desta atividade. Neste sentido, e tendo também em conta a preocupação ambiental subjacente nas estratégias europeia, nacional e intermunicipal, deverão ser privilegiadas soluções energeticamente eficientes e com uma reduzida pegada ecológica, nomeadamente veículos movidos a gás, eletricidade e/ou híbridos.

ATIVIDADES A DESENVOLVER

- I. Elaboração de análise à oferta atual de transportes coletivos públicos e privados na região
 - Levantamento dos agentes públicos e privados que atuam no setor
 - Identificação de rotas e cobertura atual dos transportes coletivos (públicos e privados)
 - Análise às componentes da oferta e procura neste âmbito (ex.: dados históricos)
- II. Desenvolvimento de estudo para a otimização da rede de transportes intermunicipal
 - Identificação de lacunas e constrangimentos presentes na rede atual de transportes coletivos
 - Redesenho da rede de transportes coletivos, com base nas lacunas e constrangimentos identificados
- III. Implementação do projeto-piloto de transporte a pedido
 - Realização de *benchmarking* a projetos similares realizados em contexto nacional e internacional
 - Conceção do projeto ajustado à realidade das Terras de Trás-os-Montes
 - Materialização dos investimentos necessários ao projeto-piloto (ex.: autocarros, *call center*,...)
- IV. Desenvolvimento e execução do plano de renovação/reconversão da frota de veículos
 - Levantamento exaustivo da frota de veículos (da rede de transportes atual)
 - Identificação e priorização de áreas de atuação
 - Elaboração do plano de renovação/reconversão da frota de veículos
 - Aquisição de veículos, segundo plano de renovação/reconversão estabelecido

ENTIDADES A ENVOLVER

Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes; Câmaras Municipais; Santos; RodoNorte; Empresas locais de transporte; Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N); Ministério das Infraestruturas, Transportes e Comunicações

FUNDOS ENVOLVIDOS

Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER); Fundo Social Europeu (FSE); Fundo de Coesão (FC)

MEDIDA

6.2 | Desenvolvimento de plataforma logística do aeroporto regional de Trás-os-Montes em Bragança**OBJETIVO**

Potenciar o desenvolvimento das atividades comerciais e turísticas da região através do reforço das suas infraestruturas aeroportuárias.

DESCRIÇÃO

O aeroporto regional de Trás-os-Montes em Bragança é a principal infraestrutura aeroportuária do nordeste transmontano, podendo por isso desempenhar um papel relevante no desenvolvimento económico da região de Terras de Trás-os-Montes, nomeadamente nas suas vertentes comercial, em especial no que refere à exportação de produtos, e turística.

Neste sentido, a presente medida pretende a concretização de um conjunto de investimentos de forma a reforçar o posicionamento do aeroporto da região de Bragança como uma plataforma logística relevante para a região das Terras de Trás-os-Montes, nomeadamente na articulação do transporte aéreo com rodoviário e ferroviário.

Adicionalmente, no que respeita à vertente turística, os investimentos em causa pretendem também dotar o aeroporto de uma maior capacidade na receção de passageiros, reforçando assim não só a componente turística do território mas também áreas limítrofes, como Castela e Leão, na vizinha Espanha, tornando-o desta forma uma infraestrutura com relevância transfronteiriça.

O plano de investimento a concretizar, o qual já se encontra aprovado pelo Instituto Nacional de Aviação Civil, pode ser dividido em duas fases distintas, sendo que a primeira fase contempla maioritariamente intervenções de capacitação e/ou ampliação das infraestruturas atuais, designadamente:

- Ampliação e alargamento da pista atual, para as dimensões 2.300 x 45 metros;
- Edificação de dois hangares com uma área de 2.000 m²;
- Criação de terminal de passageiros com capacidade para 200 passageiros com 3.200 m²;
- Reforço da zona de estacionamento para os 12.480 m²;
- Construção de edifício para Pronto de Socorro.

A segunda fase consistirá no reforço do aeroporto com uma segunda pista nas dimensões 2.300 x 45 metros.

Paralelamente, a presente medida deverá englobar uma vertente de promoção de forma a potenciar a sua visibilidade, quer junto de entidades do meio empresarial quer do meio turístico. Esta ação deverá ser efetuada em articulação estreita com outras medidas da estratégia, com atuação neste âmbito, como são o caso do “1.3 Gestão, redimensionamento e desenvolvimento integrados das zonas industriais e estratégia de promoção intermunicipal” e

“2.1 Criação de agência de promoção do território e dos produtos”.

ATIVIDADES A DESENVOLVER

- I. Execução do plano de investimento idealizado (primeira e segunda fase)
 - Realização das obras previstas no plano
 - Aquisição de equipamentos necessários
- II. Realização da estratégia de promoção da plataforma logística
 - Identificação e análise de fatores de competitividade do aeródromo (recuperando possíveis análises anteriormente realizadas neste âmbito)
 - Definição de linhas de orientação e objetivos
 - Desenvolvimento de plano de promoção (iniciativas e instrumento de promoção)
- III. Execução do plano de promoção definido
 - Realização de ações e iniciativas promocionais
 - Coordenação de iniciativas no âmbito da promoção do aeródromo (ex.: com outras iniciativas/projetos, nomeadamente presentes no presente documento)

ENTIDADES A ENVOLVER

Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes; Câmaras Municipais; Aeródromos Locais; Entidades privadas, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N); Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional; Instituto Nacional de Aviação Civil (INAC); Ministério das Infraestruturas, Transportes e Comunicações

FUNDOS ENVOLVIDOS

Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER); Fundo Social Europeu (FSE); Fundo de Coesão (FC)

MEDIDA

6.3 | Eliminação de estrangulamentos nas principais infraestruturas rodoviárias**OBJETIVO**

Promover a mobilidade interna e externa da região de Terras de Trás-os-Montes.

DESCRIÇÃO

Apesar de Portugal, a nível nacional, ter sido alvo, nos últimos anos, de investimentos significativos no contexto da sua rede rodoviária portuguesa, nomeadamente no que respeita às denominadas rodovias de alto rendimento, verifica-se que o território de Terras de Trás-os-Montes apresenta sérios estrangulamentos em determinadas infraestruturas rodoviárias estruturantes para a região, que impactam simultaneamente aspetos como o desenvolvimento das atividades económicas locais, a mobilidade profissional da população e a coesão social da região.

Os referidos estrangulamentos rodoviários respeitam a questões chave de mobilidade intra e inter-regional, pelo que a presente medida deverá intervir ao nível dessas duas realidades.

No que respeita à realidade intrarregional, os principais constrangimentos da rede rodoviária verificam-se nas condições de acesso às sedes de concelho de Miranda, Mogadouro, Vimioso e Vinhais, e à sua respetiva ligação com os outros polos urbanos da região, nomeadamente Bragança.

A região de Trás-os-Montes não está dotada de infraestruturas rodoviárias que permitam uma boa ligação com outras regiões, quer nacionais quer espanholas. De forma a fazer face a esta realidade, relativamente às ligações nacionais, as acessibilidades entre as cidades de Bragança – Chaves deverão ser melhoradas. No que respeita ao panorama das interligações com a vizinha Espanha deverão ser intervencionados os troços de ligação das cidades de i) Vimioso (com Alcanizes, Espanha) e ii) Miranda do Douro com Zamora (através do IC5). Adicionalmente, deverá ser efetuada a interligação das redes rodoviárias de alto rendimento portuguesa e espanhola através da continuação do troço da A4/IP2, ambos até à cidade espanhola de Puebla de Sanabria.

De notar que, as intervenções a realizar deverão privilegiar e possibilitar a criação de plataformas de caráter intermodal, como poderá ser exemplo um nó aerorodoviário nas imediações do aeródromo de Bragança, que reforce a medida “6.2 Desenvolvimento de plataforma logística do aeroporto regional de Trás-os-Montes em Bragança”.

A superação dos principais estrangulamentos na infraestrutura rodoviária que serve o território de Terras de Trás-os-Montes, deverá ter um impacto significativo na situação económico-social da região, dado que contribuirá de forma decisiva para alavancar a sua competitividade empresarial – nomeadamente ao nível das exportações e do turismo – e promover uma maior coesão social e territorial, não só internamente como também com o resto do país

e da União Europeia (em particular com as regiões limítrofes espanholas).

ATIVIDADES A DESENVOLVER

- I. Definição de plano de investimentos (intra e inter-regional)
 - Elaboração (ou recuperação) de projetos das obras rodoviárias
 - Planeamento das investimentos/intervenções a realizar
- II. Execução do plano de investimentos (intra e inter-regional)
 - Realização de obras inscritas no plano de investimentos

ENTIDADES A ENVOLVER

Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes; Câmaras Municipais; Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N); Ministério das Infraestruturas, Transportes e Comunicações

FUNDOS ENVOLVIDOS

Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER); Fundo Social Europeu (FSE); Fundo de Coesão (FC)

OBJETIVO ESPECÍFICO 7 | Promoção de uma região ambientalmente autossustentada

OBJETIVO

Promover a sustentabilidade ambiental da região e a sua associação enquanto eco região.

ENQUADRAMENTO

As condições ambientais de excelência presentes no território das Terras de Trás-os-Montes, contribuem para uma preocupação acrescida da região no que respeita às questões relacionadas com a sustentabilidade ambiental.

No mesmo sentido, assiste-se a uma relevância crescente desta temática nas sociedades modernas, que se reflete na ação da União Europeia que definiu as alterações climáticas e sustentabilidade energética como um dos principais pilares da sua estratégia para 2020 (Europa 2020), com o intuito de:

- i) reduzir as emissões de gases com efeito estufa,
- ii) aumentar a produção de energia a partir de fontes renováveis e
- iii) eficiência energética.

Neste contexto, a região de Terras de Trás-os-Montes deverá procurar desenvolver iniciativas que enderecem as metas estabelecidas na estratégia Europa 2020 e que, simultaneamente, se traduzam em benefícios ambientais e económicos para a região.

Desta forma será possível aliar a promoção da sustentabilidade ambiental da região de Terras de Trás-os-Montes, à afirmação da sua associação enquanto eco região.

MEDIDA

7.1 | Potenciação da produção e utilização de energias renováveis

OBJETIVO

Promover a produção de energias renováveis e a sua utilização na região das Terras de Trás-os-Montes.

DESCRIÇÃO

O território de Terras de Trás-os-Montes apresenta recursos naturais que potenciam a região na produção de energias renováveis, nomeadamente hidroelétrica e eólica, permitindo-lhe que a sustentabilidade ambiental seja uma das bandeiras do território.

Neste âmbito, a presente medida surge no sentido de continuar a promover a produção sustentável de energia na região, nomeadamente no que diz respeito a aspetos complementares da redução da pegada ecológica de outras medidas inseridas na estratégia, como o “7.2 Programa de promoção da eficiência energética em edifícios públicos”, assim como o autoabastecimento de determinadas localidades mais isoladas.

Paralelamente à promoção da eficiência energética, através da adaptação infraestrutural de edifícios públicos e/ou substituição de equipamentos, a desenvolver no âmbito da medida anteriormente referido, a presente medida pretende também promover a mini geração e micro geração de energia nesses mesmos edifícios (ex.: energia solar).

Adicionalmente, deverá ser contemplada uma componente de investigação, em parceria com as instituições universitárias da região, que potencie a inovação na área energética, nomeadamente através da realização de projetos-piloto e estudos, com vista à atração de investimento nesta atividade. Neste âmbito poderão, a título de exemplo, incluir-se projetos-piloto para o estudo da i) complementaridade das energias solar e eólica (e respetivos meios de geração), ii) armazenamento de energia em ar comprimido fazendo (por exemplo) uso das minas desativadas na região, iii) aproveitamento de recursos endógenos da região (ex.: gorduras animais e vegetais) com vista à criação de produtos para armazenamento de energia térmica por via de materiais de mudança de fase (PCM) e iv) maximização do aproveitamento energético por infraestruturas mini, micro e pico-hídricas.

Em suma, a potenciação da produção de determinadas energias renováveis permitirá promover uma economia assente num baixo nível de emissões de carbono e reduzir a fatura energética municipal.

ATIVIDADES A DESENVOLVER

- I. Elaboração de plano de intervenção municipal no âmbito da utilização das energias renováveis
 - Levantamento do edificado municipal suscetível de intervenção
 - Realização de estudo de viabilidade (custo-benefício) das intervenções

II. Execução do plano de intervenção municipal

- Realização de intervenções previstas
- Aquisição de equipamentos definidos

III. Realização de projetos-piloto e estudos na área energética

- Estabelecimento de parcerias com instituições de ensino superior
- Atribuição de bolsas de investigação e de fundos para projetos-piloto/ estudos selecionados

ENTIDADES A ENVOLVER

Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes; Câmaras Municipais; Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N); Energias de Portugal (EDP); Iberdrola e outros operadores de energia; Secretaria de Estado da Energia.

FUNDOS ENVOLVIDOS

Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER); Fundo de Coesão (FC); Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER)

MEDIDA

7.2 | Programa de promoção de eficiência energética em edifícios e iluminação públicos**OBJETIVO**

Promover a eficiência energética do edificado municipal e respetivos equipamentos, assim como da iluminação pública

DESCRIÇÃO

A eficiência energética na vertente de edificado, equipamentos e iluminação públicos, permite uma dupla eficiência na utilização de recursos – monetários e ambientais – razão pela qual tem assumido um destaque crescente na agenda europeia, dado permitir, simultaneamente, a redução da fatura energética e da pegada ecológica.

No contexto da região de Terras de Trás-os-Montes, a temática da eficiência energética adquire uma relevância adicional quando tidas em conta as grandes amplitudes térmicas verificadas na região, caracterizada por Invernos e Verões rigorosos, que obrigam a um elevado esforço energético adicional nestas épocas do ano, e consequente a uma fatura energética agravada.

Neste sentido, a presente medida pretende intervir nos diferentes edifícios, equipamentos públicos (ex.: escolas, piscinas municipais) e iluminação pública, com o intuito de os tornar energeticamente mais eficientes. As intervenções a realizar podem ser divididas em três vertentes distintas mas complementares:

- i. Intervenções infraestruturais, nomeadamente ao nível do isolamento térmico dos edifícios (ex.: substituição de caixilharia);
- ii. Adoção de novas tecnologias, através da substituição de equipamentos e consumíveis por outros energeticamente mais eficientes (ex.: substituição dos aquecimento a gasóleo por elétrico, substituição das lâmpadas convencionais por LED);
- iii. Introdução de mecanismos de monitorização, controlo de consumos e automatização (ex.: redução de intervenção humana).

No que respeita à componente da iluminação pública, além da adoção da tecnologia LED, deverá ser dado especial enfoque à capacitação das entidades competentes para o controlo inteligente da rede (geralmente denominado por *smart grid*), através da implementação de um sistema de manutenção/monitorização remoto e em tempo real, de forma a maximizar a eficiência energética destas estruturas.

Complementarmente às medidas mencionadas, deverão ser promovidas e realizadas iniciativas (ex.: *workshops*, palestras) para a sensibilização e consciencialização da população e outras entidades do território (ex.: empresas) vocacionadas, por exemplo, para a alteração de hábitos e/ou adoção de boas práticas, no âmbito da eficiência

energética.

ATIVIDADES A DESENVOLVER

- I. Realização de plano de intervenção municipal no contexto da eficiência energética
 - Desenvolvimento de diagnóstico energético do edificado e equipamentos municipais, e iluminação pública
 - Identificação de oportunidades de melhoria e respetivas propostas de intervenção
 - Realização de análise de aplicabilidade e custo-benefício das propostas de intervenção identificadas
 - Definição de medidas de racionalização dos consumos energéticos
- II. Execução do plano de intervenção municipal (edificado, equipamentos e iluminação pública)
 - Realização de intervenções estruturais e de substituição de equipamentos e/ou consumíveis
 - Aplicação das medidas definidas no âmbito da racionalização dos consumos energéticos
- III. Elaboração do plano de promoção e disseminação de boas práticas no contexto da eficiência energética
 - Desenvolvimento e planeamento de iniciativas no âmbito da eficiência energética
 - Realização das iniciativas de sensibilização e consciencialização para a eficiência energética

ENTIDADES A ENVOLVER

Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes; Câmaras Municipais; Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD); Instituto Politécnico de Bragança (IPB); Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N), Agências de Energia, Empresas Privadas e Instituições Públicas.

FUNDOS ENVOLVIDOS

Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER); Fundo de Coesão (FC)

OBJETIVO

ESPECÍFICO

8| Promoção de ensino sustentável

OBJETIVO

Promover a qualificação da população da região.

ENQUADRAMENTO

A Educação assume um lugar de destaque nos objetivos a concretizar pela União Europeia, e respetivos Estados Membros, até 2020, configurando uma das cinco grandes prioridades da estratégia denominada por “Europa 2020”.

No caso português, as metas associadas à temática da Educação contemplam:

- i) a redução da taxa de abandono escolar precoce para menos de 10% e
- ii) o aumento para, pelo menos, 40% a percentagem da população etária dos 30-34 anos que possui um diploma de ensino superior.

Neste sentido, importa desenvolver iniciativas que, por um lado, procurem responder às metas definidas a nível nacional e europeu, e que por outro, enderecem as necessidades específicas de cada região, e neste caso particular as das Terras de Trás-os-Montes.

Além das vertentes endereçadas pela estratégia europeia, também a vertente do ensino profissional merece a prossecução de iniciativas, dado revelar constrangimentos na sua rede de estabelecimentos de ensino e respetiva oferta formativa, e desempenhar um papel particularmente relevante na região das Terras de Trás-os-Montes devido à especificidade de ofícios que nela se desempenham.

Desta forma, considera-se imperativo endereçar a temática da Educação, ao nível das três vertentes referidas:

- i) redução do abandono escolar precoce,
- ii) otimização da rede e oferta formativa (profissional) e
- iii) aumento das habilitações literárias da população.

MEDIDA

8.1 | Combate ao insucesso e ao abandono escolar precoce

OBJETIVO

Promover a redução da taxa de insucesso e abandono escolar precoce.

DESCRIÇÃO

Os fenómenos de insucesso e abandono escolar impactam diretamente numa das principais alavancas do potencial de desenvolvimento económico-social de uma região – o nível de formação académica da sua população – sendo que a própria estratégia Europa 2020, os engloba e refere como metas no objetivo da temática referente à Educação.

No sentido de endereçar e contrariar os fenómenos referidos, a presente medida contempla três iniciativas base: i) dinamização do desporto escolar, ii) desenvolvimento de cursos específicos ajustados às necessidades da região e iii) criação de centro vocacional, contemplando desta forma não só um cariz preventivo mas também de proatividade na sua atuação. De forma a suportar as três iniciativas base referidas, deverá ser primeiramente elaborado um estudo diagnóstico, que procure identificar as principais causas de abandono escolar na região.

A primeira iniciativa referida, referente à dinamização do desporto escolar, deverá consistir num conjunto concertado de ações que desenvolvam e capacitem a atividade do desporto escolar nas várias instituições de ensino do território das Terras de Trás-os-Montes. Desta forma pretende-se, através da promoção do papel da escola como uma instituição de âmbito mais alargado do que a vertente meramente formativa, posicionar o desporto escolar como uma ferramenta adicional de motivação dos estudantes, e consequentemente da sua manutenção no ambiente escolar. A título de exemplo, poderão ser desenvolvidas ações como o apoio à realização de competições desportivas (no âmbito do desporto escolar), apoio à aquisição de equipamento desportivo ou fornecimento de transporte às equipas e/ou atletas.

Por sua vez, o desenvolvimento de cursos específicos consistirá na criação de oferta formativa no território das Terras de Trás-os-Montes, ao nível universitário, com foco nas necessidades e fileiras estratégicas da região, em articulação com as respetivas instituições de ensino superior da região, nomeadamente o Instituto Politécnico de Bragança (IPB). Assim será possível ajustar a oferta formativa à procura do mercado de trabalho local, contribuindo desta forma não só para a criação de emprego como também para a fixação de população.

Adicionalmente, deverá ser criado um centro vocacional que preste serviços de orientação, desenvolvimento, aconselhamento e gestão dos percursos académicos e profissionais dos estudantes da região de Terras de Trás-os-Montes. Além desta vertente, o centro vocacional poderá desempenhar um papel de carácter relevante no combate ao abandono escolar, através da identificação e acompanhamento personalizado de alunos que sejam identificados em risco de abandono do ambiente escolar.

ATIVIDADES A DESENVOLVER

- I. Desenvolvimento de estudo diagnóstico do abandono escolar na região
 - Identificação das principais causas de abandono escolar na região
 - Desenho de medidas de combate às causas identificadas
- II. Realização de plano de dinamização do desporto escolar
 - Apoio operacional e financeiro à realização de competições desportivas no âmbito do desporto escolar
 - Aquisição de equipamento desportivo
- III. Desenvolvimento de oferta formativa específica
 - Análise à oferta formativa existente vs. necessidades do mercado de trabalho da região
 - Definição de cursos específicos a criar segundo conclusões da análise realizada
- IV. Criação de centro vocacional
 - Identificação do local e infraestrutura a receber o centro vocacional
 - Desenvolvimento do plano de acompanhamento dos alunos da região

ENTIDADES A ENVOLVER

Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes; Câmaras Municipais; Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N); Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD); Instituto Politécnico de Bragança (IPB); Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional; Escolas e Agrupamentos de Escolas da região; Delegação Regional de Educação da Região do Norte (DGesTE)

FUNDOS ENVOLVIDOS

Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER); Fundo Social Europeu (FSE)

MEDIDA

8.2 | Rede de ensino profissional**OBJETIVO**

Promover a coordenação intermunicipal da oferta formativa da região.

DESCRIÇÃO

O esvaziamento de serviços públicos sentido nos últimos anos na região de Terras de Trás-os-Montes impactou, nomeadamente, a rede de escolas presentes no território. Dado a redução significativa de estabelecimentos de ensino, torna-se imperativo a tomada de medidas que permitam, no caso do ensino profissional, diferenciar os diferentes estabelecimentos para que, todos e cada um, reforcem o seu papel enquanto atores de desenvolvimento e inclusão social local.

Neste sentido, a presente medida assenta na promoção do desenvolvimento da oferta formativa da região, tendo em conta dois grandes eixos: i) a especialização dos estabelecimentos de ensino e ii) a coordenação e complementaridade ao nível do espaço da Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes (CIM-TTM).

À semelhança da medida anterior, “8.1 Combate ao insucesso e abandono escolar precoce”, o desenvolvimento da oferta formativa, dos estabelecimentos de ensino profissional, baseada na especialização dos mesmos deverá ser realizada tendo em conta as especificidades e necessidades não só da região mas dos próprios municípios (constituintes da CIM-TTM), nomeadamente no que respeita aos principais ofícios neles desenvolvidos.

Paralelamente, a reorganização da oferta formativa deverá considerar a coordenação e complementaridade dos vários estabelecimentos e municípios, devendo, neste sentido, ser desenvolvidas iniciativas que permitam e facilitem a mobilidade dos alunos (ex.: transporte, alojamento) que, por exemplo, sejam de outros locais/municípios que não o do estabelecimento de ensino.

Desta forma, através do desenvolvimento de uma oferta formativa ajustada à realidade local e baseado numa lógica integrada e intermunicipal, será possível, simultaneamente, contribuir para a redução da taxa de abandono escolar, colmatar e responder às necessidades do mercado de trabalho local.

ATIVIDADES A DESENVOLVER

- I. Realização de diagnóstico à oferta formativa da região, no âmbito do ensino profissional
 - Levantamento aos estabelecimentos de ensino profissional da região
 - Análise à oferta formativa existente vs. necessidades do mercado de trabalho da região
- II. Elaboração da reorganização da oferta formativa da região
 - Definição das áreas de especialização de cada estabelecimento de ensino

- Identificação e implementação das iniciativas de apoio à reorganização da oferta formativa (ex.: transporte, alojamento)

ENTIDADES A ENVOLVER

Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes; Câmaras Municipais; Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD); Instituto Politécnico de Bragança (IPB); Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N); Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional; Escolas e Agrupamentos de Escolas da região; Delegação Regional de Educação da Região do Norte (DGesTE)

FUNDOS ENVOLVIDOS

Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER); Fundo Social Europeu (FSE)

MEDIDA

8.3 | Requalificação do parque escolar e pré-escolar**OBJETIVO**

Requalificar e modernizar o parque escolar e pré-escolar da região

DESCRIÇÃO

A região de Terras de Trás-os-Montes tem sido palco de importantes transformações sociodemográficas que tiveram, e têm, impacto na racionalização de serviços públicos disponibilizados no território. A diminuição do número de crianças e jovens, e consequente redefinição do parque escolar e pré-escolar da região (através da sua centralização), ilustra uma dessas transformações. Importa por isso que o respetivo mapa escolar e pré-escolar (pós-racionalização do mesmo) disponha das condições ideais para a prática do ensino, principalmente tendo em conta o número de alunos acrescido em alguns estabelecimentos, dada a receção de alunos oriundos de escolas satélite (entretanto encerradas).

Neste âmbito, a presente medida pretende atuar ao nível da requalificação física dos estabelecimentos de ensino (incluindo pré-escolares), no sentido de i) suprimir as situações de precariedade/degradação existentes e ii) capacitar os estabelecimentos que veem a sua zona de influência alargada, fruto da reorganização do mapa escolar e pré-escolar anteriormente referido.

A primeira componente deverá incidir sobre os estabelecimentos (escolares e pré-escolares) que revelem situações de precariedade e/ou degradação das suas infraestruturas e/ou equipamentos (ex.: pavilhões pré-fabricados). Além da supressão dos aspetos referidos, as intervenções deverão ser realizadas privilegiando um aspeto de modernização. Paralelamente, de forma a acomodar os alunos oriundos de escolas e pré-escolares encerrados e garantir o seu conforto e assistência, torna-se imperativo intervir ao nível de determinadas estruturas de apoio dos estabelecimentos sujeitos a uma maior pressão e afluência, como são exemplo cantinas e refeitórios, espaços exteriores e polivalentes e balneários, através da sua ampliação ou simples requalificação.

Além da importância da capacitação do parque escolar e pré-escolar, a medida em causa permite complementar a componente educativa/pedagógica presente na medida “8.1 Combate ao insucesso e ao abandono escolar precoce”, e assim desenvolver sinergias em torno do próprio combate ao insucesso e abandono escolar precoce.

Em suma, a medida “Requalificação do parque escolar e pré-escolar” permitirá endereçar áreas relevantes ao desenvolvimento socioeconómico do território das Terras de Trás-os-Montes, dado permitir i) a melhoria da qualidade de ensino prestado, ii) a criação de igualdade de oportunidades para os alunos de regiões mais deprimidas e iii) a melhoria das condições que potenciam a fixação de população.

ATIVIDADES A DESENVOLVER

- I. Elaboração do plano de requalificação do parque escolar e pré-escolar
 - Levantamento dos estabelecimentos com necessidades de requalificação
 - Priorização das intervenções a realizar
- II. Execução do plano de requalificação do parque escolar e pré-escolar
 - Desenvolvimento dos projetos de suporte às intervenções a realizar
 - Realização das intervenções projetadas

ENTIDADES A ENVOLVER

Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes; Câmaras Municipais; Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N); Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional; Direção de Serviços da Região Norte; Direcção-Geral de Estabelecimentos Escolares; Delegação Regional de Educação da Região do Norte (DGesTE)

FUNDOS ENVOLVIDOS

Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER); Fundo Social Europeu (FSE)

OBJETIVO ESPECÍFICO 9| Promoção da eficiência das administrações, organismos e serviços públicos

OBJETIVO

Promover a eficiência das administrações, organismos e serviços públicos

ENQUADRAMENTO

Um dos onze objetivos temáticos no qual o Quadro Estratégico Comum assenta para o período compreendido entre 2014 e 2020, respeita à melhoria da capacidade institucional e garantia de uma administração pública eficiente.

O referido objetivo temático assume uma relevância acrescida no contexto das Terras de Trás-os-Montes, devido à progressiva redução de serviços e verbas públicas de que a região tem sido alvo nos últimos anos.

Neste contexto, importa desenvolver iniciativas que capacitem as administrações, organismos e os próprios serviços públicos de meios (ex.: instrumentos e ferramentas) mais sofisticados, de forma a otimizar e melhorar a sua atuação no território e assim mitigar e/ou contrariar os efeitos negativos do referido esvaziamento de serviços e verbas públicas.

MEDIDA

9.1 | Redução de custos estruturais das administrações municipais

OBJETIVO

Promover a redução de custos estruturais das administrações municipais da região.

DESCRIÇÃO

Tal como é patente nas várias medidas, a atuação a uma escala intermunicipal em determinadas temáticas possibilita a captação de um conjunto importante de vantagens e benefícios que não seriam possíveis através de uma visão e atuação meramente municipal.

No contexto da atuação integrada descrita, a presente medida pretende endereçar a temática dos custos estruturais das administrações municipais, através por exemplo, da captação de economias de escala e/ou outras sinergias, que se traduzam na sua redução efetiva.

Neste sentido, deverá ser elaborado e analisado um conjunto de iniciativas, que deverão contemplar uma atuação local (municipal) e uma dimensão global (intermunicipal) ou comum a todos os municípios da Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes, para sua posterior implementação.

As referidas iniciativas de redução de custos estruturais das administrações municipais, poderão atuar nas mais variadas áreas, como por exemplo:

- Agregação dos parques tecnológicos (ex.: servidores informáticos) dos vários municípios;
- Conversão do parque tecnológico, na vertente *software* (na sua maioria composto por *software* proprietário), para soluções de licença livre (ou seja, sem custos);
- Negociação (e renegociação) de contratos a nível intermunicipal (ex.: telecomunicações);
- Desmaterialização de processos (que decorram da atividade municipal) através da aposta em serviços *online*;
- ...

A redução de custos estruturais das administrações municipais pretendida permitirá, por um lado, garantir uma administração pública (ao nível municipal) eficiente e, por outro, melhorar a sua capacidade institucional, através da canalização das poupanças conseguidas para outras necessidades da região.

ATIVIDADES A DESENVOLVER

- I. Realização de análise aos custos das administrações municipais
 - Levantamento de custos estruturais

- Identificação de rubricas comuns entre os vários municípios da Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes
- II. Desenvolvimento de plano de redução de custos estruturais das administrações municipais
- Definição de medidas com vista à redução de custos estruturais das administrações municipais
 - Análise comparativa entre potencial de poupança e necessidades de investimento das medidas definidas
 - Seleção e priorização das medidas a realizar
- III. Execução do plano redução de custos estruturais das administrações municipais
- Realização das medidas selecionadas (ex.: aquisição de equipamentos)

ENTIDADES A ENVOLVER

Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes; Câmaras Municipais; Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N)

INVESTIMENTO ESTIMADO

- Redução de custo estruturais nas administrações municipais
- Número de instituições envolvidas nas iniciativas de redução dos custos de estruturais das administrações públicas
- Percentagem de câmaras municipais que disponibilizam o preenchimento e submissão de formulários na Internet
- Percentagem de indivíduos com idade entre 16 e 74 anos que preencheram e enviaram pela Internet impressos ou formulários oficiais nos últimos 12 meses

FUNDOS ENVOLVIDOS

Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER); Fundo Social Europeu (FSE)

MEDIDA

9.2 | Criação de Observatório Económico-Social**OBJETIVO**

Promover o autoconhecimento da realidade socioeconómica da região.

DESCRIÇÃO

O acesso a informação e conhecimento é uma condição indispensável ao fundamento de qualquer tomada de decisão, principalmente quando consideradas temáticas tão mutáveis e dinâmicas quanto a realidade socioeconómica de uma região. Torna-se portanto imperativo capacitar a região das Terras de Trás-os-Montes de instrumentos e ferramentas que possibilitem o seu autoconhecimento ao nível dos fenómenos socioeconómicos, e que, por conseguinte, apoiem o processo de tomada de decisão dos diferentes atores da região.

Neste sentido, deverá ser criado o Observatório Económico-Social do território das Terras de Trás-os-Montes, que consistirá numa estrutura responsável pela recolha, tratamento, sistematização e divulgação de informação relativa à realidade socioeconómica da região. Além do benefício direto decorrente do maior fluxo de informação gerado, o cariz regional e especializado desta estrutura apresenta outras vantagens, como por exemplo, a possibilidade de i) realizar análises mais aprofundadas, direcionadas e focadas nas especificidades da realidade da Comunidade Intermunicipal, e de cada um dos seus municípios, que as habitualmente realizadas, e ii) efetuar uma monitorização e acompanhamento pró-ativo da evolução socioeconómica da região.

A vertente operacional do Observatório Económico-Social ficará a cargo do Instituto Politécnico de Bragança (IPB), no entanto deverão ser realizadas parcerias com outras entidades locais (ex.: associações de desenvolvimento empresarial), de forma a maximizar a abrangência, no que respeita à recolha, da informação socioeconómica sobre a região.

Em suma, a criação do Observatório Económico-Social contribuirá de forma decisiva para uma tomada de decisão mais eficaz por parte das várias entidades com atuação na região, e em particular das instituições municipais e intermunicipais, promovendo assim não só a melhoria da capacidade institucional mas também uma alocação de recursos mais eficiente.

ATIVIDADES A DESENVOLVER

- I. Estruturação e desenvolvimento do Observatório Económico-Social
 - Definição do modelo organizacional e operacional do observatório
 - Elaboração de protocolo com Instituto Politécnico de Bragança para operacionalização do observatório

-
- Realização de parcerias com entidades chave (ex.: associações de desenvolvimento empresarial)
- II. Realização de estudos relativos à realidade socioeconómica da região
- Recolha de informação socioeconómica da região
 - Tratamento e sistematização da informação recolhida
 - Divulgação dos resultados dos estudos realizados aos diversos atores da região (ex.: Câmaras Municipais)

ENTIDADES A ENVOLVER

Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes; Câmaras Municipais; Instituto Politécnico de Bragança (IPB); Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N); Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional; Direção Regional de Economia do Norte

FUNDOS ENVOLVIDOS

Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER); Fundo Social Europeu (FSE)

MEDIDA

9.3 | Gestão partilhada de meios da proteção civil

OBJETIVO

Promover a articulação intermunicipal para a gestão e aquisição de meios necessários à atividade da Proteção Civil.

DESCRIÇÃO

A região de Terras de Trás-os-Montes apresenta uma relevante mancha florestal no seu território, com um elevado potencial económico, que merece especial atenção no que refere à prevenção e resolução de situações de incêndio.

Neste contexto, considera-se imperativo gerir de forma partilhada e integrada os meios de proteção civil no espaço da Comunidade Intermunicipal, através da criação de uma plataforma de coordenação e gestão partilhada de equipamentos no âmbito da prevenção e combate a incêndios (rede primária de combate a incêndios), assim como reforçar os meios e equipamentos atualmente existentes.

A criação desta plataforma intermunicipal permitirá não só a otimização operacional na gestão dos recursos, que se refletirá, por exemplo, numa maior capacidade de resposta às referidas situações, mas também uma otimização dos recursos financeiros associados aos mesmos, através da captação de sinergias e economias de escala de âmbito supramunicipal (ex.: manutenção de equipamentos).

Além do âmbito florestal, o qual deve ser articulado com a medida “4.4 Levantamento, ordenamento, valorização e gestão florestal”, a plataforma deverá abranger outros aspetos da atuação da Proteção Civil, como o combate a incêndios em espaço urbano (ex.: edifícios).

ATIVIDADES A DESENVOLVER

- I. Estruturação e desenvolvimento da plataforma de gestão partilhada de meios
 - Definição do modelo organizacional e operacional da plataforma
 - Estabelecimento de parcerias/acordos entre as entidades identificadas
- II. Definição de plano de investimentos de equipamentos e meios no âmbito de atuação da Proteção Civil
 - Levantamento do parque de equipamentos da região
 - Identificação de constrangimentos e necessidades
- III. Execução do plano de investimentos

-
- Priorização de investimentos a realizar
 - Aquisição de equipamentos e meios no âmbito de atuação da Proteção Civil

ENTIDADES A ENVOLVER

Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes; Câmaras Municipais; Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N); Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC); Liga de Bombeiros Portugueses; Associações de bombeiros da região e outras entidades neste âmbito

FUNDOS ENVOLVIDOS

Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER); Fundo Social Europeu (FSE)

MEDIDA

9.4 | Desenvolvimento de sistema de informação geográfica

OBJETIVO

Capacitar a região de um sistema de informação geográfica.

DESCRIÇÃO

A maioria da atividade municipal tem direta ou indiretamente repercussões territoriais, pelo que é crucial dispor de conhecimento aprofundado e integrado acerca do respetivo território, de forma a suportar uma gestão municipal mais eficaz e conseqüentemente um desenvolvimento do território mais sustentável.

No sentido de endereçar a temática exposta, a presente medida pretende capacitar a administração local de um conjunto de ferramentas de análise e gestão territorial mais sofisticadas, através do desenvolvimento e implementação de um sistema de informação geográfica (SIG) em cada um dos municípios constituintes da Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes. No entanto, além desta vertente municipal deverá ser tida em consideração a integração dos vários sistemas no espaço intermunicipal.

Os SIG são infraestruturas tecnológicas que, através do mapeamento digital de um território, nas suas mais diversas vertentes (ex.: georreferenciação das infraestruturas, equipamentos...), permitem a gestão, produção/representação e distribuição de uma vasta gama de informação geográfica. Deste modo, o desenvolvimento do SIG permitirá às instituições de poder local deter um conhecimento real e permanentemente atualizado dos aspetos georreferenciáveis da região, e assim desenvolver um ordenamento do território mais rigoroso e tomar medidas mais eficientes e eficazes.

Além da componente de capacitação das instituições públicas, o SIG contempla uma importante componente de aproximação destas à população e outras entidades locais, dado possibilitar o acesso e a consulta das diversas informações de carácter geográfico aos municípios (ex.: Planos Municipais de Ordenamento do Território), nomeadamente através da Internet.

Em suma, a medida em causa trará, simultaneamente, aos órgãos de decisão públicos e agentes económicos privados conhecimento indispensável à sua atividade, potenciando desta forma o aproveitamento e desenvolvimento socioeconómico da região de Terras de Trás-os-Montes.

ATIVIDADES A DESENVOLVER

- I. Desenvolvimento do sistema de informação geográfica (SIG)
 - Elaboração de caderno de encargos e respetivo concurso público

-
- Seleção de fornecedor responsável pelo desenvolvimento e manutenção do SIG
- II. Disponibilização do sistema de informação geográfica (ao público)
- Elaboração de portal na Internet
 - Disponibilização de informação de carácter geográfico

ENTIDADES A ENVOLVER

Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes; Câmaras Municipais; Instituto Politécnico de Bragança (IPB); Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N)

FUNDOS ENVOLVIDOS

Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER); Fundo Social Europeu (FSE)

MEDIDA

9.5 | Prolongamento, renovação e gestão integrada das redes de abastecimento de água e saneamento

OBJETIVO

Melhorar os níveis de qualidade de serviço dos sistemas de abastecimento de água e saneamento da região, através da requalificação da rede e do alargamento da sua cobertura.

DESCRIÇÃO

A acessibilidade a serviços de abastecimento de água e saneamento é percebida como uma realidade adquirida para a generalidade dos cidadãos portugueses. No entanto, o território das Terras de Trás-os-Montes depara-se ainda com alguns casos onde os serviços descritos não são uma realidade na sua plenitude, principalmente nos municípios de Alfândega da Fé e Vinhais. Ademais, uma parte significativa das atuais infraestruturas das redes de abastecimento de água e saneamento da região, apresentam necessidades de renovação, devido a alguns sintomas de degradação, e/ou revelam o uso de materiais ultrapassados (ex.: fibrocimento).

Neste âmbito, tendo em conta os constrangimentos descritos, uma primeira vertente da presente medida respeita maioritariamente a intervenções físicas nas redes de abastecimento de água e saneamento em baixa, a dois níveis distintos: prolongamento e renovação.

Relativamente à componente de prolongamento, esta incidirá primordialmente nos municípios de Alfândega da Fé e Vinhais, dado estes deterem os piores registos do território das Terras de Trás-os-Montes na acessibilidade física aos serviços de abastecimento de água e saneamento: 58% e 85%⁵ (respetivamente) em ambos os serviços, segundo a Entidade Reguladora dos Serviços de Água e Resíduos. Além destes dois municípios deverá atender-se às localidades na região que, por exemplo devido ao seu isolamento geográfico, não dispõem de acesso às redes públicas de abastecimento de água e saneamento.

Por outro lado, deverá ser encetada a renovação das infraestruturas do serviço de distribuição de água e saneamento que apresentem necessidades de intervenção, quer por sintomas de degradação quer por uso de materiais ultrapassados. Neste âmbito incluir-se-ão, entre outros, a renovação de tubagens, reabilitação de condutas e melhoramento/adequação da capacidade de captação e tratamento de água. Além das questões de

⁵ Percentagem do número total de alojamentos localizados para os quais as infraestruturas do serviço de distribuição de água (abastecimento e saneamento) se encontram disponíveis

ordem técnica pretende-se com estas (e outras) iniciativas atingir um conjunto de resultados relevantes, como: i) a redução do volume de perdas (de água) da rede, ii) a minimização de avarias e outras ocorrências na rede, iii) a diminuição da percentagem de água no sistema que não é faturada, iv) a melhoria da qualidade das massas de água e proteção do ambiente e v) a melhoria da qualidade e sustentabilidade dos serviços prestados aos utentes.

No que respeita à segunda vertente da presente medida, deverá ser contemplada a possibilidade de constituição de uma entidade de gestão de base regional, para o espaço da CIM Terras de Trás-os-Montes, a integrar na empresa intermunicipal Resíduos do Nordeste, que seja não só responsável pela operacionalização do plano conjunto de prolongamento e renovação das redes (acima descrito) mas também pela gestão eficiente de recursos e dos ativos associados à atividade das redes de abastecimento de água e saneamento.

Em suma, a medida descrita apresenta uma relevância significativa para a região dado os serviços públicos de carácter estrutural em causa. A sua prossecução terá a capacidade de influenciar positiva e determinantemente várias dimensões – económicas, ambientais e sociais – da realidade do território das Terras de Trás-os-Montes.

ATIVIDADES A DESENVOLVER

- I. Elaboração de estudo diagnóstico da cobertura e estado das redes de abastecimento de água e saneamento
 - Levantamento das redes de abastecimento de água e saneamento do território (da CIM TTM)
 - Identificação de situações críticas nas redes atuais
- II. Desenvolvimento e execução do plano de prolongamento e renovação das redes de abastecimento de água e saneamento
 - Definição e priorização das intervenções de prolongamento e expansão a realizar
 - Realização das intervenções estabelecidas
- III. Constituição de entidade de gestão de base regional para as redes de abastecimento de água e saneamento
 - Definição do âmbito de ação da entidade
 - Desenvolvimento do modelo organizacional e operacional da entidade

ENTIDADES A ENVOLVER

Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes; Câmaras Municipais; Resíduos do Nordeste; Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR)

FUNDOS ENVOLVIDOS

Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER); Fundo Social Europeu (FSE)

4. ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

4.1. Introdução

Neste capítulo pretende-se demonstrar que a estratégia das Terras de Trás-os-Montes está em harmonia com a estratégia da Europa para o horizonte 2020, bem como com a estratégia nacional e da Região Norte.

Para o efeito, analisou-se a estratégia que esteve na base dos **Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI)**, donde resulta um conjunto de 11 Objetivos Temáticos definidos na programação dos FEEI.

Os 11 Objetivos Temáticos **refletem, direta ou indiretamente, a Estratégia Europa 2020** nas suas três vertentes – inteligente, sustentável e inclusivo – sendo uma referência na programação estratégica e financeira na aplicação dos FEEI a nível europeu, nacional e regional.

Desta forma, qualquer **Programa Operacional (PO)** definido nos 3 níveis, deve incluir um conjunto de **Eixos Prioritários (EP)** e **Objetivos Específicos** que irão orientar os investimentos e projetos a apoiar no âmbito da aplicação dos FEEI.

A **Estratégia** definida para a Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes, encontra-se então alinhada com:

1. **Os Objetivos Temáticos**, definidos na programação dos FEEI, ao nível dos Eixos de Desenvolvimento Estratégico (EDE) e respetivos Objetivos Estratégicos (OE) da CIM;
2. **As Prioridades de Investimento dos FEEI** da política europeia de coesão, alinhadas com o respetivo Objetivo Temático identificado no ponto 1;
3. **Os Programas Operacionais**, a nível europeu, nacional e regional, estabelecendo-se, a este nível, um alinhamento com os Objetivos Estratégicos (OE) definidos para a Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes.

4.1.1. Programas Operacionais Analisados

Europeu:

- Programa Operacional de Cooperação Transfronteiriça Espanha/Portugal (POCTEP)

Nacional:

- Programa Operacional de Competitividade e Internacionalização (POCI)
- Programa Operacional de Sustentabilidade e Uso Eficiente dos Recursos (PO SEUR)
- Programa Operacional de Capital Humano (POCH)
- Programa Operacional de Inclusão Social e Emprego (POISE)

Regional:

- Programa Operacional Regional do Norte “Norte 2020”.

4.2. Eixos de Desenvolvimento Estratégico (EDE) e Objetivos Estratégicos (OE)**4.2.1. Desenvolvimento Rural**

No Eixo Estratégico de Desenvolvimento Rural, estão refletidas as três áreas prioritárias da Estratégia Europa 2020, estando alinhado com os seguintes Objetivos Temáticos:

- **OT1** -Reforço da investigação, desempenho tecnológico e inovação
- **OT2** - Melhoria de acesso, uso e qualidade das tecnologias de informação e comunicação
- **OT3** - Reforço da competitividade das PME
- **OT6** - Preservação e proteção do ambiente e promoção da utilização da eficiência nos recursos
- **OT8** - Promoção da sustentabilidade e da qualidade do emprego e apoio à mobilidade dos trabalhadores
- **OT9** - Promoção da inclusão social e combate à pobreza e à discriminação
- **OT10** - Investimento na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida
- **OT11** - Reforço da capacidade institucional das autoridades públicas e das partes interessadas e da eficiência da administração pública

Cada Objetivo Estratégico incluído no Eixo Estratégico Desenvolvimento Rural, está alinhado com um conjunto dos Objetivos Temáticos definidos na Estratégia Europa 2020 e cada Objetivo Temático identificado está alinhado com as Prioridades de Investimento no âmbito do fundos e programas europeus como demonstra o quadro seguinte::

ALINHAMENTO ESTRATÉGICO			PROGRAMAS				FUNDOS		
CIM-TTM			EUROPA 2020	TRANSFRONTEIRIÇO	NACIONAL	REGIONAL - NORTE 2020	FEDER	FSE	FEADER
Eixo de Desenvolvimento Estratégico (EDE)	Objetivo Estratégico (OE)	Objetivo Específico	Objetivo Temático (OT)	POCTEP	PO Temáticos	EIXO PRIORITÁRIO (EP)			
EDE1. Desenvolvimento Rural	OE1. Otimizar os recursos de exploração agrícola e florestal	3 Valorização e preservação do património e recursos naturais	OT6 - Preservação e proteção do ambiente e promoção da utilização da eficiência nos recursos		PO SEUR Proteger o ambiente e promover a eficiência dos recursos.	Eixo 4 - Qualidade Ambiental	6c - Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural.		
						Eixo 5 - Sistema Urbano	6e - Adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, a revitalizar as cidades, recuperar e descontaminar zonas industriais abandonadas, incluindo zonas de reconversão, a reduzir a poluição do ar e a promover medidas de redução de ruído.		
		4 Otimização dos recursos de exploração agropecuária, florestal, piscícola e cinegética	OT1 - Reforço da investigação, desempenho tecnológico e inovação	Eixo Prioritário 1: Crescimento inteligente através da cooperação transfronteiriça para a promoção da inovação, focado em: Melhorar a excelência científica do Espaço de Cooperação transfronteiriça e as linhas de investigação com potencial para serem competitivas internacionalmente; Melhorar a participação do tecido empresarial nos processos de inovação e nas atividades de I&D+i mais próximas ao mercado (desenvolvimento tecnológico, testes de ensaio, inovação) suscetíveis de serem explorados comercialmente.	PO CI Eixo I: Reforço da investigação, do desenvolvimento tecnológico e da inovação.	Eixo 1 - Investigação, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação	1a - Reforço das infraestruturas de investigação e inovação (I&I) e das capacidades destinadas a desenvolver a excelência em matéria de I&I, bem como promoção de centros de competência, em particular os de interesse europeu.	1b - Reforço das ligações entre a agricultura, a produção alimentar e a silvicultura e a investigação e a inovação, inclusive na perspectiva de uma melhor gestão e desempenho ambientais	
						1b - Promoção do investimento das empresas na I&D, desenvolvimento de ligações e sinergias entre empresas, centros de investigação e desenvolvimento e o setor do ensino superior, em especial promoção do investimento no desenvolvimento de produtos e serviços, na transferência de tecnologia, na inovação social, na ecoinovação, em aplicações de interesse público, no estímulo da procura, em redes, clusters e na inovação aberta através de especialização inteligente, e o apoio à investigação tecnológica e aplicada, linhas-piloto, ações de validação precoce dos produtos, capacidades avançadas de produção e primeira produção, em especial no que toca às tecnologias facilitadoras essenciais, e à difusão de tecnologias de interesse geral.			
						1b - Promoção do investimento das empresas na I&D, desenvolvimento de ligações e sinergias entre empresas, centros de investigação e desenvolvimento e o setor do ensino superior, em especial promoção do investimento no desenvolvimento de produtos e serviços, na transferência de tecnologia, na inovação social, na ecoinovação, em aplicações de interesse público, no estímulo da procura, em redes, clusters e na inovação aberta através de especialização inteligente, e o apoio à investigação tecnológica e aplicada, linhas-piloto, ações de validação precoce dos produtos, capacidades avançadas de produção e primeira produção, em especial no que toca às tecnologias facilitadoras essenciais, e à difusão de tecnologias de interesse geral.			
	OE2. Melhorar a rede de apoio às empresas, com especial enfoque nos sectores agrícola e pecuária	1 Melhoria da rede de serviços de apoio às empresas	OT1 - Reforço da investigação, desempenho tecnológico e inovação	Eixo Prioritário 1: Crescimento inteligente através da cooperação transfronteiriça para a promoção da inovação, focado em: Melhorar a excelência científica do Espaço de Cooperação transfronteiriça e as linhas de investigação com potencial para serem competitivas internacionalmente; Melhorar a participação do tecido empresarial nos processos de inovação e nas atividades de I&D+i mais próximas ao mercado (desenvolvimento tecnológico, testes de ensaio, inovação) suscetíveis de serem explorados comercialmente.	PO CI Eixo I: Reforço da investigação, do desenvolvimento tecnológico e da inovação; Eixo II: Reforço da competitividade das PME incluindo a redução de custos públicos de contexto; Eixo III: Promoção da sustentabilidade e da qualidade do emprego.	Eixo 1 - Investigação, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação			

ALINHAMENTO ESTRATÉGICO			PROGRAMAS				FUNDOS				
Eixo de Desenvolvimento Estratégico (EDE)	CIM-TTM		EUROPA 2020	TRANSFRONTEIRIÇO	NACIONAL	REGIONAL - NORTE 2020	FEDER	FSE	FEADER		
	Objetivo Estratégico (OE)	Objetivo Específico	Objetivo Temático (OT)	POCTEP	PO Temáticos	EIXO PRIORITÁRIO (EP)					
EDE1. Desenvolvimento Rural	OE2. Melhorar a rede de apoio às empresas, com especial enfoque nos sectores agrícola e pecuária	1 Melhoria da rede de serviços de apoio às empresas	OT3 - Reforço da competitividade das PME			Eixo 2 - Competitividade das Pequenas e Médias Empresas	3a - Promoção do espírito empresarial facilitando nomeadamente o apoio à exploração económica de novas ideias e incentivando a criação de novas empresas, inclusive através de incubadoras de empresas.				
							3b - Desenvolvimento e aplicação de novos modelos empresariais para as PME, especialmente no que respeita à internacionalização.				
							3c - Concessão de apoio à criação e ao alargamento de capacidades avançadas de desenvolvimento de produtos e serviços.				
			OT8 - Promoção da sustentabilidade e da qualidade do emprego e apoio à mobilidade dos trabalhadores		PO ISE	Eixo I Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego;			8a - Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas.	8i - Acesso ao emprego pelos candidatos a emprego e os inativos, incluindo desempregados de longa duração e pessoas afastadas do mercado de trabalho, igualmente através de iniciativas locais de emprego e de apoio à mobilidade dos trabalhadores.	
						Eixo II Iniciativa Emprego Jovem.					
	OE3. Fomentar a diferenciação, inovação, competitividade e coesão territorial	3 Valorização e preservação do património e recursos naturais	OT6 - Preservação e proteção do ambiente e promoção da utilização da eficiência nos recursos	OT2 - Melhoria de acesso, uso e qualidade das tecnologias de informação e comunicação			Eixo 6 - Emprego e Mobilidade dos Trabalhadores	8b - Apoio ao crescimento propício ao emprego através do desenvolvimento do potencial endógeno como parte integrante de uma estratégia territorial para zonas específicas, incluindo a conversão de regiões industriais em declínio e desenvolvimento de determinados recursos naturais e culturais e da sua acessibilidade.	8iii - Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras.		
									8v - Adaptação à mudança dos trabalhadores, das empresas e dos empresários.		
							PO CI	Eixo II: Reforço da competitividade das PME incluindo a redução de custos públicos de contexto.	Eixo 9 - Capacitação Institucional e TIC	2c - Reforço das aplicações no domínio das TIC para a administração em linha, a aprendizagem em linha, a ciberinclusão, a cultura eletrónica e a saúde em linha	
							PO SEUR	Proteger o ambiente e promover a eficiência dos recursos.	Eixo 4 - Qualidade Ambiental	6c - Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural.	
									Eixo 5 - Sistema Urbano	6e - Adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, a revitalizar as cidades, recuperar e descontaminar zonas industriais abandonadas, incluindo zonas de reconversão, a reduzir a poluição do ar e a promover medidas de redução de ruído.	
	8 Promoção de ensino sustentável	OT10 - Investimento na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida			PO CH	Eixo 1, Promoção do sucesso educativo, do combate ao abandono escolar e reforço da qualificação dos jovens para a empregabilidade;		10i - Redução e prevenção do abandono escolar precoce e estabelecimento de condições de igualdade no acesso à educação infantil, primária e secundária, incluindo percursos de aprendizagem, formais, não formais e informais, para a reintegração no ensino e formação.			
					Eixo 3, Aprendizagem, qualificação ao longo da vida e reforço da empregabilidade;	Eixo 8 - Educação e Aprendizagem ao Longo da Vida	10a - Investimento no ensino, na formação, na formação profissional e nas competências e na aprendizagem ao longo da vida através do desenvolvimento das infraestruturas de formação e ensino.				
						Eixo 4, Qualidade e inovação do sistema de educação e formação.					

ALINHAMENTO ESTRATÉGICO			PROGRAMAS				FUNDOS		
Eixo de Desenvolvimento Estratégico (EDE)	CIM-TTM		EUROPA 2020	TRANSFRONTEIRIÇO	NACIONAL	REGIONAL - NORTE 2020	FEDER	FSE	FEADER
	Objetivo Estratégico (OE)	Objetivo Específico	Objetivo Temático (OT)	POCTEP	PO Temáticos	EIXO PRIORITÁRIO (EP)			
EDE1. Desenvolvimento Rural	OE3. Fomentar a diferenciação, inovação, competitividade e coesão territorial	8 Promoção de ensino sustentável	OT10 - Investimento na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida					10iv - Melhoria da relevância dos sistemas do ensino e formação para o mercado de trabalho, facilitar a transição da educação para o trabalho e reforçar os sistemas de ensino e formação profissionais e respetiva qualidade, inclusive através de mecanismos de antecipação de competências, adaptação dos currículos e criação e desenvolvimento de sistemas de aprendizagem baseados no trabalho, incluindo sistemas de ensino dual e de formação de aprendizes.	
	OE4. Apoiar a inclusão social, com vista à diminuição da pobreza	2 Promoção do território e oferta endógena	OT3 - Reforço da competitividade das PME	Eixo Prioritário 2: Crescimento inclusivo através da cooperação transfronteiriça para a competitividade empresarial, focado em: Melhorar as condições necessárias e propícias ao surgimento de novas iniciativas empresariais garantindo a sua sustentabilidade e impulsionando o seu crescimento; Promover a competitividade nos setores que apresentem vantagens mais competitivas no Espaço de Cooperação.	PO CI Eixo II: Reforço da competitividade das PME incluindo a redução de custos públicos de contexto.	Eixo 2 - Competitividade das Pequenas e Médias Empresas	3c - Concessão de apoio à criação e ao alargamento de capacidades avançadas de desenvolvimento de produtos e serviços.		3a - Aumento da competitividade dos produtos primários mediante a sua melhor integração na cadeia agroalimentar através de regimes de qualidade, do aumento de valor aos produtos agrícolas, da promoção em mercados locais e circuitos de abastecimento curtos, dos agrupamentos e organizações de produtores e das organizações interprofissionais
			OT9 - Promoção da inclusão social e combate à pobreza e à discriminação		PO ISE Eixo III Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação.	Eixo 7 - Inclusão Social e Pobreza	9a - Investimento na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, para a redução das desigualdades de saúde, para a promoção da inclusão social através de melhor acesso aos serviços sociais, culturais e de recreio, assim como para a transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária.	9i - Inclusão ativa, inclusivamente com vista a promover oportunidades iguais e a participação ativa e melhorar a empregabilidade.	
8 Promoção de ensino sustentável	8 Promoção de ensino sustentável	OT10 - Investimento na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida		PO CH Eixo 1, Promoção do sucesso educativo, do combate ao abandono escolar e reforço da qualificação dos jovens para a empregabilidade; Eixo 3, Aprendizagem, qualificação ao longo da vida e reforço da empregabilidade; Eixo 4, Qualidade e inovação do sistema de educação e formação.	Eixo 8 - Educação e Aprendizagem ao Longo da Vida	10a - Investimento no ensino, na formação, na formação profissional e nas competências e na aprendizagem ao longo da vida através do desenvolvimento das infraestruturas de formação e ensino.	10i - Redução e prevenção do abandono escolar precoce e estabelecimento de condições de igualdade no acesso à educação infantil, primária e secundária, incluindo percursos de aprendizagem, formais, não formais e informais, para a reintegração no ensino e formação.		

ALINHAMENTO ESTRATÉGICO			PROGRAMAS				FUNDOS		
CIM-TTM		EUROPA 2020	TRANSFRONTEIRIÇO	NACIONAL	REGIONAL - NORTE 2020	FEDER	FSE	FEADER	
Eixo de Desenvolvimento Estratégico (EDE)	Objetivo Estratégico (OE)	Objetivo Específico	Objetivo Temático (OT)	POCTEP	PO Temáticos	EIXO PRIORITÁRIO (EP)			
EDE1. Desenvolvimento Rural	OE4. Apoiar a inclusão social, com vista à diminuição da pobreza	8 Promoção de ensino sustentável	OT10 - Investimento na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida					10iv - Melhoria da relevância dos sistemas do ensino e formação para o mercado de trabalho, facilitar a transição da educação para o trabalho e reforçar os sistemas de ensino e formação profissionais e respetiva qualidade, inclusive através de mecanismos de antecipação de competências, adaptação dos currículos e criação e desenvolvimento de sistemas de aprendizagem baseados no trabalho, incluindo sistemas de ensino dual e de formação de aprendizes.	
	OE5. Promover a sustentabilidade económica e social, com vista ao repovoamento do território	1 Melhoria da rede de serviços de apoio às empresas	OT1 - Reforço da investigação, desempenho tecnológico e inovação		POCI Eixo III: Promoção da sustentabilidade e da qualidade do emprego.	Eixo 1 - Investigação, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação	1a - Reforço das infraestruturas de investigação e inovação (I&I) e das capacidades destinadas a desenvolver a excelência em matéria de I&I, bem como promoção de centros de competência, em particular os de interesse europeu.		
	OE5. Promover a sustentabilidade económica e social, com vista ao repovoamento do território	1 Melhoria da rede de serviços de apoio às empresas	OT1 - Reforço da investigação, desempenho tecnológico e inovação		PO ISE Eixo I Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego Eixo II Iniciativa Emprego Jovem		1b - Promoção do investimento das empresas na I&D, desenvolvimento de ligações e sinergias entre empresas, centros de investigação e desenvolvimento e o setor do ensino superior, em especial promoção do investimento no desenvolvimento de produtos e serviços, na transferência de tecnologia, na inovação social, na ecoinovação, em aplicações de interesse público, no estímulo da procura, em redes, clusters e na inovação aberta através de especialização inteligente, e o apoio à investigação tecnológica e aplicada, linhas-piloto, ações de validação precoce dos produtos, capacidades avançadas de produção e primeira produção, em especial no que toca às tecnologias facilitadoras essenciais, e à difusão de tecnologias de interesse geral.		
				OT8 - Promoção da sustentabilidade e da qualidade do emprego e apoio à mobilidade dos trabalhadores		PO CI Eixo III: Promoção da sustentabilidade e da qualidade do emprego.		8a - Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas.	8i - Acesso ao emprego pelos candidatos a emprego e os inativos, incluindo desempregados de longa duração e pessoas afastadas do mercado de trabalho, igualmente através de iniciativas locais de emprego e de apoio à mobilidade dos trabalhadores.
					PO ISE Eixo I Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego.		8b - Apoio ao crescimento propício ao emprego através do desenvolvimento do potencial endógeno como parte integrante de uma estratégia territorial para zonas específicas, incluindo a conversão de regiões industriais em declínio e desenvolvimento de determinados recursos naturais e culturais e da sua acessibilidade.	8iii - Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras.	

ALINHAMENTO ESTRATÉGICO			PROGRAMAS				FUNDOS		
CIM-TTM			EUROPA 2020	TRANSFRONTEIRIÇO	NACIONAL	REGIONAL - NORTE 2020	FEDER	FSE	FEADER
Eixo de Desenvolvimento Estratégico (EDE)	Objetivo Estratégico (OE)	Objetivo Específico	Objetivo Temático (OT)	POCTEP	PO Temáticos	EIXO PRIORITÁRIO (EP)			
EDE1. Desenvolvimento Rural	OE5. Promover a sustentabilidade económica e social, com vista ao repovoamento do território	1 Melhoria da rede de serviços de apoio às empresas	OT8 - Promoção da sustentabilidade e da qualidade do emprego e apoio à mobilidade dos trabalhadores				8b - Apoio ao crescimento propício ao emprego através do desenvolvimento do potencial endógeno como parte integrante de uma estratégia territorial para zonas específicas, incluindo a conversão de regiões industriais em declínio e desenvolvimento de determinados recursos naturais e culturais e da sua acessibilidade.	8v - Adaptação à mudança dos trabalhadores, das empresas e dos empresários.	
			OT3 - Reforço da competitividade das PME	Eixo Prioritário 2: Crescimento inclusivo através da cooperação transfronteiriça para a competitividade empresarial, focado em: Melhorar as condições necessárias e propícias ao surgimento de novas iniciativas empresariais garantindo a sua sustentabilidade e impulsionando o seu crescimento; Promover a competitividade nos setores que apresentem vantagens mais competitivas no Espaço de Cooperação.	PO CI Eixo II: Reforço da competitividade das PME incluindo a redução de custos públicos de contexto.	Eixo 2 - Competitividade das Pequenas e Médias Empresas	3c - Concessão de apoio à criação e ao alargamento de capacidades avançadas de desenvolvimento de produtos e serviços.		
		5 Apoio à inclusão social	OT8 - Promoção da sustentabilidade e da qualidade do emprego e apoio à mobilidade dos trabalhadores		PO CI Eixo III: Promoção da sustentabilidade e da qualidade do emprego.	Eixo 6 - Emprego e Mobilidade dos Trabalhadores	8a - Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas.	8i - Acesso ao emprego pelos candidatos a emprego e os inativos, incluindo desempregados de longa duração e pessoas afastadas do mercado de trabalho, igualmente através de iniciativas locais de emprego e de apoio à mobilidade dos trabalhadores.	
			OT8 - Promoção da sustentabilidade e da qualidade do emprego e apoio à mobilidade dos trabalhadores		PO ISE Eixo I Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego.		8b - Apoio ao crescimento propício ao emprego através do desenvolvimento do potencial endógeno como parte integrante de uma estratégia territorial para zonas específicas, incluindo a conversão de regiões industriais em declínio e desenvolvimento de determinados recursos naturais e culturais e da sua acessibilidade.	8iii - Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras.	
		OT9 - Promoção da inclusão social e combate à pobreza e à discriminação				PO ISE Eixo III Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação.	Eixo 7 - Inclusão Social e Pobreza	9a - Investimento na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, para a redução das desigualdades de saúde, para a promoção da inclusão social através de melhor acesso aos serviços sociais, culturais e de recreio, assim como para a transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária.	9i - Inclusão ativa, inclusivamente com vista a promover oportunidades iguais e a participação ativa e melhorar a empregabilidade.
								9b - Apoio à regeneração física, económica e social das comunidades desfavorecidas em zonas urbanas e rurais.	9vi - Estratégias de desenvolvimento local lideradas pelas comunidades locais.
								9d - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária.	

4.2.2. Turismo

No eixo estratégico **Turismo**, estão refletidas as três áreas prioritárias da Estratégia Europa 2020, estando alinhado com os seguintes Objetivos Temáticos:

- **OT1** -Reforço da investigação, desempenho tecnológico e inovação
- **OT2** - Melhoria de acesso, uso e qualidade das tecnologias de informação e comunicação
- **OT3** - Reforço da competitividade das PME
- **OT10** - Investimento na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida

Cada **Objetivo Estratégico** incluído no **Eixo Estratégico Turismo** está alinhado com um conjunto dos **Objetivos Temáticos** definidos na **Estratégia Europa 2020** e cada **Objetivo Temático** identificado está alinhado com as Prioridades de Investimento no âmbito do **fundos e programas europeus** como demonstra o quadro seguinte::

ALINHAMENTO ESTRATÉGICO			PROGRAMAS				FUNDOS			
CIM-TTM		EUROPA 2020	TRANSFRONTEIRIÇO	NACIONAL	REGIONAL - NORTE 2020	FEDER	FSE	FEADER		
Eixo de Desenvolvimento Estratégico (EDE)	Objetivo Estratégico (OE)	Objetivo Específico	Objetivo Temático (OT)	POCTEP	PO Temáticos	EIXO PRIORITÁRIO (EP)				
EDE2. Turismo	OE6. Fomentar a valorização e preservação do património cultural, natural e paisagístico da região	2 Promoção do território e oferta endógena	OT3 - Reforço da competitividade das PME	Eixo Prioritário 2: Crescimento inclusivo através da cooperação transfronteiriça para a competitividade empresarial, (OT3) focado em: Melhorar as condições necessárias e propícias ao surgimento de novas iniciativas empresariais garantindo a sua sustentabilidade e impulsionando o seu crescimento; Promover a competitividade nos setores que apresentem vantagens mais competitivas no Espaço de Cooperação.	PO CI Eixo II: Reforço da competitividade das PME incluindo a redução de custos públicos de contexto.	Eixo 2 - Competitividade das Pequenas e Médias Empresas	3a - Promoção do espírito empresarial facilitando nomeadamente o apoio à exploração económica de novas ideias e incentivando a criação de novas empresas, inclusive através de incubadoras de empresas.			
							3c - Concessão de apoio à criação e ao alargamento de capacidades avançadas de desenvolvimento de produtos e serviços.			
	OE6. Fomentar a valorização e preservação do património cultural, natural e paisagístico da região	3 Valorização e preservação do património e recursos naturais	OT2 - Melhoria de acesso, uso e qualidade das tecnologias de informação e comunicação	OT6 - Preservação e proteção do ambiente e promoção da utilização da eficiência nos recursos	Eixo 9 - Capacitação Institucional e TIC	PO SEUR Proteger o ambiente e promover a eficiência dos recursos.	Eixo 4 - Qualidade Ambiental	2c - Reforço das aplicações no domínio das TIC para a administração em linha, a aprendizagem em linha, a ciberinclusão, a cultura eletrónica e a saúde em linha.		
								6c - Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural.		
								6e - Adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, a revitalizar as cidades, recuperar e descontaminar zonas industriais abandonadas, incluindo zonas de reconversão, a reduzir a poluição do ar e a promover medidas de redução de ruído.		
								6e - Adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, a revitalizar as cidades, recuperar e descontaminar zonas industriais abandonadas, incluindo zonas de reconversão, a reduzir a poluição do ar e a promover medidas de redução de ruído.		
	OE6. Fomentar a valorização e preservação do património cultural, natural e paisagístico da região	8 Promoção de ensino sustentável	OT10 - Investimento na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida	PO CH Eixo 1, Promoção do sucesso educativo, do combate ao abandono escolar e reforço da qualificação dos jovens para a empregabilidade; Eixo 3, Aprendizagem, qualificação ao longo da vida e reforço da empregabilidade; Eixo 4, Qualidade e inovação do sistema de educação e formação.	Eixo 8 - Educação e Aprendizagem ao Longo da Vida	Eixo 8 - Educação e Aprendizagem ao Longo da Vida	10a - Investimento no ensino, na formação, na formação profissional e nas competências e na aprendizagem ao longo da vida através do desenvolvimento das infraestruturas de formação e ensino.	10i - Redução e prevenção do abandono escolar precoce e estabelecimento de condições de igualdade no acesso à educação infantil, primária e secundária, incluindo percursos de aprendizagem, formais, não formais e informais, para a reintegração no ensino e formação.		
							10iv - Melhoria da relevância dos sistemas do ensino e formação para o mercado de trabalho, facilitar a transição da educação para o trabalho e reforçar os sistemas de ensino e formação profissionais e respetiva qualidade, inclusive através de mecanismos de antecipação de competências, adaptação dos currículos e criação e desenvolvimento de sistemas de aprendizagem baseados no trabalho, incluindo sistemas de ensino dual e de formação de aprendizes.			

ALINHAMENTO ESTRATÉGICO			PROGRAMAS				FUNDOS		
CIM-TTM		EUROPA 2020	TRANSFRONTEIRIÇO	NACIONAL	REGIONAL - NORTE 2020	FEDER	FSE	FEADER	
Eixo de Desenvolvimento Estratégico (EDE)	Objetivo Estratégico (OE)	Objetivo Específico	Objetivo Temático (OT)	POCTEP	PO Temáticos	EIXO PRIORITÁRIO (EP)			
EDE2. Turismo	OE7. Estimular o investimento, investigação, desenvolvimento e inovação do território	1 Melhoria da rede de serviços de apoio às empresas	OT1 -Reforço da investigação, desempenho tecnológico e inovação	Eixo Prioritário 1: Crescimento inteligente através da cooperação transfronteiriça para a promoção da inovação, focado em (OT1): Melhorar a excelência científica do Espaço de Cooperação transfronteiriça e as linhas de investigação com potencial para serem competitivas internacionalmente; Melhorar a participação do tecido empresarial nos processos de inovação e nas atividades de I&D+i mais próximas ao mercado (desenvolvimento tecnológico, testes de ensaio, inovação) suscetíveis de serem explorados comercialmente.	PO CI Eixo I: Reforço da investigação, do desenvolvimento tecnológico e da inovação.	Eixo 1 - Investigação, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação	1a - Reforço das infraestruturas de investigação e inovação (I&I) e das capacidades destinadas a desenvolver a excelência em matéria de I&I, bem como promoção de centros de competência, em particular os de interesse europeu.		
			OT1 -Reforço da investigação, desempenho tecnológico e inovação				1b - Promoção do investimento das empresas na I&D, desenvolvimento de ligações e sinergias entre empresas, centros de investigação e desenvolvimento e o setor do ensino superior, em especial promoção do investimento no desenvolvimento de produtos e serviços, na transferência de tecnologia, na inovação social, na ecoinovação, em aplicações de interesse público, no estímulo da procura, em redes, clusters e na inovação aberta através de especialização inteligente, e o apoio à investigação tecnológica e aplicada, linhas-piloto, ações de validação precoce dos produtos, capacidades avançadas de produção e primeira produção, em especial no que toca às tecnologias facilitadoras essenciais, e à difusão de tecnologias de interesse geral.		
			OT2 - Melhoria de acesso, uso e qualidade das tecnologias de informação e comunicação		PO CI Eixo II: Reforço da competitividade das PME incluindo a redução de custos públicos de contexto.	Eixo 9 - Capacitação Institucional e TIC	2c - Reforço das aplicações no domínio das TIC para a administração em linha, a aprendizagem em linha, a ciberinclusão, a cultura eletrónica e a saúde em linha.		
			OT3 - Reforço da competitividade das PME	Eixo Prioritário 2: Crescimento inclusivo através da cooperação transfronteiriça para a competitividade empresarial, (OT3) focado em: Melhorar as condições necessárias e propícias ao surgimento de novas iniciativas empresariais garantindo a sua sustentabilidade e impulsionando o seu crescimento; Promover a competitividade nos setores que apresentem vantagens mais competitivas no Espaço de Cooperação.	PO CI Eixo II: Reforço da competitividade das PME incluindo a redução de custos públicos de contexto.	Eixo 2 - Competitividade das Pequenas e Médias Empresas	3a - Promoção do espírito empresarial facilitando nomeadamente o apoio à exploração económica de novas ideias e incentivando a criação de novas empresas, inclusive através de incubadoras de empresas. 3c - Concessão de apoio à criação e ao alargamento de capacidades avançadas de desenvolvimento de produtos e serviços.		

4.2.3. Ambiente

No eixo estratégico **Ambiente**, estão refletidas as três áreas prioritárias da Estratégia Europa 2020, estando alinhado com os seguintes Objetivos Temáticos:

- **OT4** - Apoio na transição para uma economia de baixo carbono em todos os setores
- **OT5** - Promoção da adaptação às alterações climáticas e prevenção e gestão de riscos
- **OT6** - Preservação e proteção do ambiente e promoção da utilização da eficiência nos recursos
- **OT11** - Reforço da capacidade institucional das autoridades públicas e das partes interessadas e da eficiência da administração pública.

Cada **Objetivo Estratégico** incluído no **Eixo Estratégico Ambiente**, está alinhado com um conjunto dos **Objetivos Temáticos** definidos na **Estratégia Europa 2020** e cada **Objetivo Temático** identificado está alinhado com as **Prioridades de Investimento** no âmbito do **fundos e programas europeus** como demonstra o quadro seguinte::

ALINHAMENTO ESTRATÉGICO			PROGRAMAS				FUNDOS			
CIM-TTM			EUROPA 2020	TRANSFRONTEIRIÇO	NACIONAL	REGIONAL - NORTE 2020	FEDER	FSE	FEADER	
Eixo de Desenvolvimento Estratégico (EDE)	Objetivo Estratégico (OE)	Objetivo Específico	Objetivo Temático (OT)	POCTEP	PO Temáticos	EIXO PRIORITÁRIO (EP)				
EDE3. Ambiente	OE8. Promover a acessibilidade e ligações entre municípios para a mobilidade/ troca de pessoas e bens/ serviços	6 Potenciação e reforço dos meios de comunicação e acessibilidade	OT3 - Reforço da competitividade das PME	Eixo Prioritário 2: Crescimento inclusivo através da cooperação transfronteiriça para a competitividade empresarial, (OT3) focado em: Melhorar as condições necessárias e propícias ao surgimento de novas iniciativas empresariais garantindo a sua sustentabilidade e impulsionando o seu crescimento; Promover a competitividade nos setores que apresentem vantagens mais competitivas no Espaço de Cooperação.	PO CI Eixo II: Reforço da competitividade das PME incluindo a redução de custos públicos de contexto.	Eixo 2 - Competitividade das Pequenas e Médias Empresas	3a - Promoção do espírito empresarial facilitando nomeadamente o apoio à exploração económica de novas ideias e incentivando a criação de novas empresas, inclusive através de incubadoras de empresas.			
	OE9. Potenciar a sustentabilidade energética	4 Otimização dos recursos de exploração agropecuária, florestal, piscícola e cinegética	OT4 - Apoio na transição para uma economia de baixo carbono em todos os setores					4b - Promoção da eficiência energética e da utilização das energias renováveis nas empresas.		
							4c - Apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos e no setor da habitação.			
							4e - Promoção de estratégias de baixo teor de carbono para todos os tipos de territórios, nomeadamente as zonas urbanas, incluindo a promoção da mobilidade urbana multimodal sustentável e medidas de adaptação relevantes para a atenuação.			
	OE9. Potenciar a sustentabilidade energética	OT6 - Preservação e proteção do ambiente e promoção da utilização da eficiência nos recursos			PO SEUR Proteger o ambiente e promover a eficiência dos recursos.	Eixo 4 - Qualidade Ambiental	6c - Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural.			
							6e - Adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, a revitalizar as cidades, recuperar e descontaminar zonas industriais abandonadas, incluindo zonas de reconversão, a reduzir a poluição do ar e a promover medidas de redução de ruído.			
		OT11 - Reforço da capacidade institucional das autoridades públicas e das partes interessadas e da eficiência da administração pública	Eixo Prioritário 4: Melhoria da capacidade institucional e a eficiência da administração pública, consolidando as estratégias de diálogo e inter-relação, que permitam avançar com novas iniciativas entre os vários atores que operam na fronteira.			Eixo 9 - Capacitação Institucional e TIC (OT2,11)	11i - Investimento na capacidade institucional e na eficiência das administrações e dos serviços públicos, a nível nacional, regional e local, tendo em vista a realização de reformas, uma melhor regulamentação e uma boa governação.			

ALINHAMENTO ESTRATÉGICO			PROGRAMAS				FUNDOS		
CIM-TTM		EUROPA 2020	TRANSFRONTEIRIÇO	NACIONAL	REGIONAL - NORTE 2020	FEDER	FSE	FEADER	
Eixo de Desenvolvimento Estratégico (EDE)	Objetivo Estratégico (OE)	Objetivo Específico	Objetivo Temático (OT)	POCTEP	PO Temáticos	EIXO PRIORITÁRIO (EP)			
EDE3. Ambiente	OE9. Potenciar a sustentabilidade energética	4 Otimização dos recursos de exploração agropecuária, florestal, piscícola e cinegética	OT11 - Reforço da capacidade institucional das autoridades públicas e das partes interessadas e da eficiência da administração pública				11ii - Reforço de capacidades junto de todos os agentes que operam no domínio da educação, da aprendizagem ao longo da vida, da formação, do emprego e das políticas sociais, incluindo através do estabelecimento de pactos setoriais e territoriais de preparação de reformas a nível nacional, regional e local.		
		7 Promoção de uma região ambientalmente autossustentada	OT6 - Preservação e proteção do ambiente e promoção da utilização da eficiência nos recursos	Eixo Prioritário 3: Crescimento sustentável através da cooperação transfronteiriça para a prevenção de riscos e melhor gestão dos recursos naturais, focado em:	PO SEUR	Eixo 4 - Qualidade Ambiental	6c - Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural.		
				Promover o aumento da resiliência territorial aos riscos naturais;		Eixo 5 - Sistema Urbano	6e - Adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, a revitalizar as cidades, recuperar e descontaminar zonas industriais abandonadas, incluindo zonas de reconversão, a reduzir a poluição do ar e a promover medidas de redução de ruído.		5c - Facilitação do fornecimento e da utilização de fontes de energia renováveis, subprodutos, resíduos e desperdícios e de outras matérias primas não alimentares para promover a bio economia;
				Proteger e valorizar o património cultural e natural, como suporte de base económica da região transfronteiriça;					
				Melhorar a proteção e a gestão sustentável dos espaços naturais;					
	Reforçar o desenvolvimento local sustentável ao longo de toda a linha fronteira de Espanha e Portugal;								
	OE10. Valorizar, proteger e utilizar de forma sustentável os recursos naturais e paisagísticos	3 Valorização e preservação do património e recursos naturais							
		Eixo Prioritário 3: Crescimento sustentável através da cooperação transfronteiriça para a prevenção de riscos e melhor gestão dos recursos naturais, focado em:	PO SEUR	Eixo 4 - Qualidade Ambiental	6c - Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural.				
			Promover o aumento da resiliência territorial aos riscos naturais;		Eixo 5 - Sistema Urbano	6e - Adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, a revitalizar as cidades, recuperar e descontaminar zonas industriais abandonadas, incluindo zonas de reconversão, a reduzir a poluição do ar e a promover medidas de redução de ruído.			
			Proteger e valorizar o património cultural e natural, como suporte de base económica da região transfronteiriça;						
Melhorar a proteção e a gestão sustentável dos espaços naturais;									
Reforçar o desenvolvimento local sustentável ao longo de toda a linha fronteira de Espanha e Portugal;									
Aumentar os níveis de eficiência na utilização dos recursos naturais para contribuir para o desenvolvimento da economia verde no espaço de cooperação.									

ALINHAMENTO ESTRATÉGICO			PROGRAMAS				FUNDOS			
Eixo de Desenvolvimento Estratégico (EDE)	CIM-TTM		EUROPA 2020	TRANSFRONTEIRIÇO	NACIONAL	REGIONAL - NORTE 2020	FEDER	FSE	FEADER	
	Objetivo Estratégico (OE)	Objetivo Específico	Objetivo Temático (OT)	POCTEP	PO Temáticos	EIXO PRIORITÁRIO (EP)				
EDE3. Ambiente	OE10. Valorizar, proteger e utilizar de forma sustentável os recursos naturais e paisagísticos	4 Otimização dos recursos de exploração agropecuária, florestal, piscícola e cinegética	OT5 - Promoção da adaptação às alterações climáticas e prevenção e gestão de riscos							
			OT6 - Preservação e proteção do ambiente e promoção da utilização da eficiência nos recursos	Eixo Prioritário 3: Crescimento sustentável através da cooperação transfronteiriça para a prevenção de riscos e melhor gestão dos recursos naturais, focado em:	PO SEUR	Proteger o ambiente e promover a eficiência dos recursos.	Eixo 4 - Qualidade Ambiental	6c - Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural.		
				Promover o aumento da resiliência territorial aos riscos naturais;			Eixo 5 - Sistema Urbano	6e - Adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, a revitalizar as cidades, recuperar e descontaminar zonas industriais abandonadas, incluindo zonas de reconversão, a reduzir a poluição do ar e a promover medidas de redução de ruído.		
				Proteger e valorizar o património cultural e natural, como suporte de base económica da região transfronteiriça; Melhorar a proteção e a gestão sustentável dos espaços naturais; Reforçar o desenvolvimento local sustentável ao longo de toda a linha fronteiriça de Espanha e Portugal; Aumentar os níveis de eficiência na utilização dos recursos naturais para contribuir para o desenvolvimento da economia verde no espaço de cooperação.						
OT11 - Reforço da capacidade institucional das autoridades públicas e das partes interessadas e da eficiência da administração pública	Eixo Prioritário 4 (OT11): Melhoria da capacidade institucional e a eficiência da administração pública, consolidando as estratégias de diálogo e inter-relação, que permitam avançar com novas iniciativas entre os vários atores que operam na fronteira.	PO CI	Eixo V: Reforço da capacidade institucional das autoridades públicas e das partes interessadas e da eficiência da administração pública.	Eixo 9 - Capacitação Institucional e TIC		11i - Investimento na capacidade institucional e na eficiência das administrações e dos serviços públicos, a nível nacional, regional e local, tendo em vista a realização de reformas, uma melhor regulamentação e uma boa governação.				
					11ii - Reforço de capacidades junto de todos os agentes que operam no domínio da educação, da aprendizagem ao longo da vida, da formação, do emprego e das políticas sociais, incluindo através do estabelecimento de pactos setoriais e territoriais de preparação de reformas a nível nacional, regional e local.					

5. MODELO DE GOVERNAÇÃO

O modelo de governação inerente à presente Estratégia assume-se como um fator crítico na sua concretização, assim como na prossecução de cada uma das várias medidas que a compõem, dado o sucesso da sua implementação se encontrar intrinsecamente relacionado com a capacidade de gerir e organizar as diversas componentes e dimensões da sua execução.

Neste contexto, o modelo de governação deverá constituir uma plataforma colaborativa que permita e contribua para a inclusão, coordenação e articulação dos vários atores-chave a nível local e regional – da esfera pública e privada – assim como para o envolvimento dos cidadãos, nas dimensões estratégica e operacional.

De forma a atender aos princípios anteriormente enumerados, propõe-se que o modelo de governação se materialize nas figuras do Conselho Intermunicipal, Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal, Comité de Acompanhamento e Unidade de Gestão Operacional, sendo a articulação entre as partes espelhada no esquema seguinte:

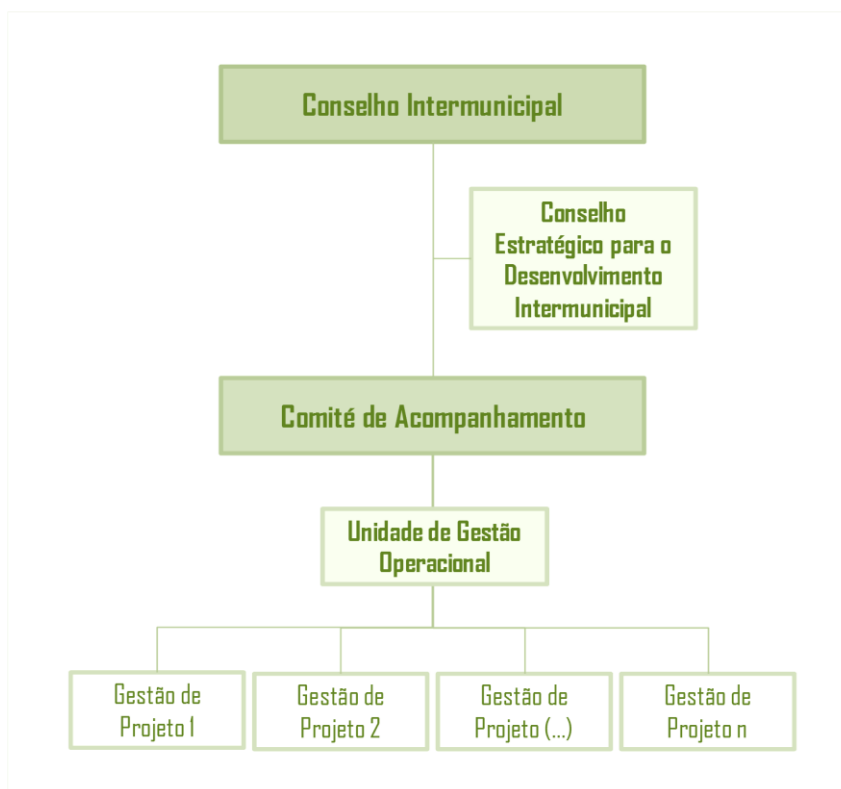


Figura 12. Modelo de governação da Estratégia

Cada uma das figuras constituintes do modelo de governação terá competências e responsabilidades distintas:

- **Conselho Intermunicipal**, responsável pela prossecução do espírito e Visão para a região das Terras de Trás-os-Montes e pela tomada de decisões de âmbito estratégico e/ou redefinição das prioridades de atuação; este órgão é composto pelos presidentes das câmaras municipais dos municípios que integram a CIM-TTM, tendo um presidente e dois vice-presidentes, eleitos de entre os seus membros, pelo que envolve nove Recursos Humanos;
- **Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal**, órgão de natureza consultiva responsável pelo apoio ao processo de decisão do Conselho Intermunicipal e pelo acompanhamento estratégico do plano, especificamente no que respeita à obtenção dos resultados previstos na Estratégia; esta figura é constituída por representantes das instituições, entidades e organizações com relevância e intervenção no domínio dos interesses intermunicipais, sendo que o número de Recursos Humanos envolvidos dependerá da dinâmica do território, mas indicativamente, deverá envolver representantes de cerca de trinta instituições, entidades ou organizações locais;
- **Comité de Acompanhamento**, figura que funciona como fórum de discussão das linhas estruturais dos projetos e é responsável pelo controlo alto nível da sua execução e pelo desbloqueio de eventuais barreiras ao regular funcionamento dos projetos; este órgão constituído pelo Secretariado Executivo e a Presidência da CIM, o que significa o envolvimento de seis Recursos Humanos
- **Unidade de Gestão Operacional**, responsável pela gestão do portfólio de projetos, garantindo a monitorização da implementação, o cumprimento de prazos definidos para cada projeto e a coordenação e articulação entre os diversos projetos; este órgão assegura a comunicação e a interligação entre a realidade operacional e o *Comité de Acompanhamento*, sendo constituído por um ou dois Gestor de Projetos, que poderá, ou não, fazer parte da estrutura atual da CIM;
- **Gestão de Projeto**, órgão constituído pelo gestor de projeto externo, pertencente à entidade a quem a CIM delegue a execução do projeto em causa, responsável pela respetiva coordenação dos trabalhos e cumprimento de prazos individuais, funcionando como ponto de ligação entre a instituição adjudicatária e a CIM (Unidade de Gestão Operacional); este órgão será replicado tantas vezes quantas o número de projetos, mas não implica o envolvimento de Recursos Humanos adstritos à CIM.

Desta forma, é possível revestir o modelo de governação de legitimidade política e democrática, através do Conselho Intermunicipal - constituído pelos presidentes das câmaras municipais dos municípios que integram a CIM-TTM -, e de representatividade das forças vivas

da região, pela voz do Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal. Por sua vez, a CIM-TTM (enquanto entidade) coordenará o Comité de Acompanhamento e, por conseguinte, a Unidade de Gestão Operacional.

A participação dos *stakeholders* locais na Governação da Estratégia não se confina, no entanto, ao Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal, uma vez que se pretende criar ligações funcionais com os diferentes parceiros regionais de forma a envolvê-los também na execução da Estratégia. Para tal, dever-se-á incentivar a sua participação em fóruns alargados (sessões abertas) de acompanhamento e comunicação do avanço da Estratégia, convidando não só os representantes do Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal, mas também atores ao nível da comunicação, emprego, sistemas de incentivos, apoio social, etc., de forma a fomentar o trabalho em rede e a estimular o desenvolvimento de parcerias. Os resultados e *inputs* destas sessões deverão ser vertidos para relatórios de participação a considerar pela Unidade de Gestão Operacional na monitorização da Estratégia. Adicionalmente, os parceiros regionais poderão enviar contributos escritos à Unidade de Gestão Operacional, que possam impactar os projetos contidos na Estratégia.

Paralelamente à constituição de figuras responsáveis pela execução da Estratégia e à definição dos seus papéis e responsabilidades, deverão ser estabelecidos processos e mecanismos de articulação entre os diferentes órgãos, que especifiquem o seu modelo de relacionamento. Dada a preexistência do Conselho Intermunicipal e do Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal, serão assumidos os mecanismos de articulação já existentes entre si, pelo que o enfoque será dado ao modelo relacional entre o Comité de Acompanhamento, a Unidade de Gestão Operacional e a Gestão de Projeto. No entanto, importa referir que o Comité de Acompanhamento funcionará como elemento integrador e articulador entre o Conselho Intermunicipal e Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal e a vertente operacional de execução da Estratégia.

Adicionalmente, o Conselho Estratégico ver-se-á revestido de responsabilidades de acompanhamento dos resultados do plano, pelo que deverá reunir quadrimestralmente de forma a avaliar estrategicamente a execução da Estratégia, sendo que o resultado destas sessões de avaliação deverá constar do Relatório Anual de Monitorização da Estratégia a

produzir pela Unidade de Gestão Operacional, sob a supervisão do Comité de Acompanhamento.

Tal como espelhado na Figura 12, o modelo de governação da Estratégia configura uma lógica de verticalidade, que espelha o empoderamento de cada órgão, dentro da estrutura, pelo que, facilmente se conclui que as linhas estruturais dos projetos definidas pelo Comité de Acompanhamento terão de ser apropriadas pela Unidade de Gestão Operacional, na sua função de monitorização e micro controlo. Os rituais de comunicação, reporte e acompanhamento entre estas duas figuras são particularmente críticos para o avanço dos projetos com sucesso, pelo que importa assegurar a realização de reuniões periódicas e a existência de fluxos de informação sistemáticos.

As reuniões deverão ocorrer com uma periodicidade mensal e terão como objetivo efetuar um ponto de situação dos projetos em curso e definir as linhas estruturais dos projetos em fase de adjudicação. Paralelamente, a Unidade de Gestão Operacional deverá enviar, quinzenalmente, um relatório de execução dos projetos em carteira, abrangendo os critérios a definir conjuntamente. Aspectos críticos de

bloqueio do avanço dos trabalhos deverão igualmente ser comunicados e fundamentos, via e-mail, pela Unidade de Gestão Operacional ao Comité de Acompanhamento. É também da responsabilidade da Unidade de Gestão Operacional, a elaboração do Relatório Anual de Monitorização da Estratégia, que deverá incluir o progresso operacional e financeiro da Estratégia; este documento será produzido a partir dos reportes quinzenais de informação e das sessões de avaliação quadrimestrais do Conselho Estratégico.

Por sua vez, a Unidade de Gestão Operacional, deverá efetuar reuniões quinzenais de acompanhamento com a Gestão de cada Projeto e, quando aplicável, fazer visitas ao terreno, onde o projeto está em desenvolvimento. Estas reuniões têm como objetivo monitorizar o detalhe das atividades realizadas e o cumprimento dos prazos definidos e deverão ser complementadas por relatórios sumários de execução dos trabalhos, a produzir semanalmente pela Gestão de Projeto.

Como suporte aos relatórios de reporte referidos, deverão igualmente ser desenvolvidos mecanismos que permitam monitorizar (com elevado grau de precisão) a execução das medidas, assim como o seu nível de sucesso, no que respeita à concretização dos objetivos

estratégicos e objetivos específicos do plano. Os mecanismos de monitorização e acompanhamento serão concretizados pela definição de indicadores e metas, atendendo não só às particularidades de cada um dos objetivos específicos e medidas, mas também tendo em conta a globalidade da Estratégia. Neste sentido, os mecanismos deverão contemplar diferentes escalas de proximidade: regional, municipal e local. Além das habituais fontes de informação utilizadas nestes contextos (ex.: anuários estatísticos municipais), poderá ser necessário recorrer à criação de sistemas de monitorização e recolha de informação próprios, de forma a fazer face à inexistência pontual de determinada tipologia de dados.

Adicionalmente, os referidos mecanismos deverão ser entendidos também como uma poderosa ferramenta de autoavaliação da Estratégia, a verter no Relatório Anual de Monitorização da Estratégia, levada a cabo pela Unidade de Gestão Operacional, dado estes permitirem aceder de uma forma sistemática e contínua i) a *feedback* relativo à prossecução da Estratégia e ii) à quantificação dos impactos das várias medidas. Graças a estas duas componentes será possível aferir possíveis necessidades de ajustes ao plano inicialmente estabelecido, e assim responder de uma forma mais eficaz às necessidades da região.

5.1 Mecanismos de acompanhamento, monitorização e auto-avaliação e gestão de redes

A avaliação traduz-se num procedimento sistemático de apuramento e análise de dados tendo em vista identificar os resultados, efeitos ou impactos de programas e projectos, assim como aferir a relevância, eficiência e eficácia destes face aos respectivos objetivos e estratégia estabelecidos.

Na implementação da estratégia é imperativo o acompanhamento e monitorização da mesma que consiste na recolha periódica e organizada de informação, seguida de uma análise sistemática desta informação recolhida. A monitorização tem como objetivo fornecer informação sobre os progressos que estão a ser realizados face aos objetivos e metas programadas. E, por esta via, contribuir para a melhoria dos processos de gestão e de decisão política, para uma repartição mais eficaz e eficiente dos recursos públicos e uma maior responsabilização das entidades que os gerem perante os cidadãos, bem como para a qualificação do debate nos vários domínios das políticas públicas.

Os mecanismos de acompanhamento passam pela elaboração de relatórios, com periodicidade semestral, os quais reflectem a evolução dos objetivos e metas alcançadas.

Complementarmente, outro mecanismo de monitorização, acompanhamento, avaliação que a CIM-TTM pretende implementar é o Observatório Económico e Social, medida que se encontra descrita no Capítulo 3 – Estratégia. O Observatório tem por missão a recolha, tratamento, sistematização e divulgação de informação relativa a aspectos relevantes para o conhecimento do território das Terras de Trás-os-Montes e para a promoção do seu desenvolvimento. O Observatório tem como objectivo:

- Disponibilizar com uma periodicidade regular um conjunto de indicadores estatísticos caracterizadores da realidade socioeconómica do território;
- Promover ações de divulgação, de debate e de reflexão sobre a implementação da estratégia, projetos e medidas;
- Divulgação da informação estatística produzida através de meios adequados, como sejam, a página web da CIM-TTM, bem como a produção de anuários com a evolução das metas e objetivos definidos.

5.2 Parcerias e Redes

O estabelecimento de redes e parcerias é no contexto da CIM-TTM um mecanismo extremamente importante na implementação da Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial.

As redes e parcerias a estabelecer poderão ter diferentes abordagens e escalas, por exemplo, no estabelecimento de uma relação entre o público e o privado em diferentes escalas, local, nacional, regional, transfronteiriço e global.

As medidas identificadas e descritas no Capítulo 3 – Estratégia, identificam os parceiros a envolver nos diferentes projetos.

Neste momento já se encontra criada uma rede de cariz supra regional no estabelecimento da “Carta de Compromisso para o Desenvolvimento de Trás-os-Montes e Alto Douro”, que envolve a parceria entre as instituições de ensino superior (Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro e os Institutos Politécnicos de Bragança e Viseu), as Comunidades Intermunicipais (Alto

Tâmega, Douro e Terras de Trás-os-Montes) e as Associações Empresariais (ACISAT, NERVIR e NERBA) no sentido da ação conjunta para promover o desenvolvimento de Trás-os-Montes e Alto Douro, num trabalho articulado, colaborativo e continuado de promoção do desenvolvimento territorial sustentável.

6. INDICADORES DE RESULTADO

O Modelo de Governação apresentado preconiza a necessidade de existência de mecanismos de monitorização, que são detalhados no presente capítulo. Deste modo, para assegurar o acompanhamento da Estratégia, foi definido um conjunto de Indicadores de Resultado para monitorização e avaliação da eficácia das medidas propostas. Estes indicadores deverão ser alvo de acompanhamento regular, permitindo aferir os resultados em torno de cada iniciativa, identificar eventuais riscos e adotar, quando necessário, as respetivas medidas de mitigação.

A elaboração destes indicadores teve como base as orientações europeias do Quadro Comum de Acompanhamento e Avaliação, no entanto, não se confinou a este referencial, colocando o principal enfoque na adaptação dos indicadores aos objetivos das medidas propostas. Na tabela abaixo são mapeados os Indicadores de Resultado, por Medida.

Medida	Indicadores de Resultados	Valor Referência	Valor alvo (2023)
1 Melhoria da rede de infraestruturas e de serviços de apoio às empresas			
1.1 Rede de apoio ao desenvolvimento empresarial	<i>Aumento da taxa de natalidade e de sobrevivência das empresas</i>	n.a.	20%
	<i>Novas entidades apoiadas que permanecem com atividade 12 meses após fim do apoio</i>	n.a.	50%
	Postos de trabalho criados, incluindo autoemprego, que permanecem 12 meses após o fim do apoio	60% (2010)	70%
	Valor de exportações / VVN nas PME	15,6% (2012)	22-25%
	Porcentagem dos ativos que concluíram ações de formação para a inovação e gestão	n.d.	75%-85%
1.2 Criação de centro de competências	<i>Aumento do número de protocolos e/ou projetos realizados em cooperação com instituições de formação e/ou de ensino superior</i>	n.a.	10%
	<i>Aumento do número de participantes que concluíram com sucesso os programas de formação profissional</i>	n.a.	20%
1.3 Gestão, redimensionamento e desenvolvimento integrados das zonas industriais e estratégia de promoção intermunicipal	<i>Aumento da taxa de natalidade e de sobrevivência das empresas</i>	n.a.	20%
	Postos de trabalho criados, incluindo autoemprego, que permanecem 12 meses após o fim do apoio	60% (2010)	70%
	Aumento do investimento privado	0,90 (2013)	110%

		1,90 (alvo Norte)	
1.4 Criação de plataforma para a inovação industrial	Aumento do investimento privado	0,90 (2013) 1,90 (alvo Norte)	110%
	Postos de trabalho criados, incluindo autoemprego, que permanecem 12 meses após o fim do apoio	60% (2010)	70%
	Aumento do número de protocolos e/ou projetos realizados em cooperação com instituições de investigação	n.a.	10%
2 Promoção do território e oferta endógena			
2.1 Criação de agência de promoção do território e produtos	Aumento do número de turistas	n.a.	20%
	Aumento do número de dormidas em estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos, apartamentos turísticos e outros	4.652 (2013) 5.500-6.500 (alvo Norte)	30%
	Aumento do investimento privado	0,90 (2013) 1,90 (alvo Norte)	110%
	Número de instituições envolvidas nos projetos de promoção territorial	205 (2013) 275 (alvo Norte)	35%
2.2 Estruturação da oferta e promoção integrada dos produtos endógenos	Aumento das taxas de natalidade e de sobrevivência das empresas de produtos endógenos	n.a.	20%
	Novas entidades apoiadas que permanecem com atividade 12 meses após fim do apoio	n.a.	50%
	Aumento do volume de exportações da atividade dos produtos endógenos	n.a.	30%
	Aumento do número de mercados (estrangeiros) abrangidos	n.a.	15%
3 Valorização e preservação do património e recursos naturais			
3.1 Criação de rede de rotas turísticas	Aumento do número de visitantes	n.a.	30%
	Aumento do n.º de dormidas em estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos, apartamentos turísticos e outros	n.a.	15%
3.2 Promoção dos interesses museológicos em rede	Aumento do número de visitantes	n.a.	30%
	Património cultural apoiado que permanece com atividade 12 meses após fim do apoio	n.a.	50%
3.3 Desenvolvimento de aplicações móveis para descoberta de trilhos	Aumento do número de turistas	n.a.	30%
	Aumento do número de dormidas em estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos,	n.a.	15%

	<i>apartamentos turísticos e outros</i>		
3.4 Construção de rede de ecopistas	<i>Aumento do número de visitantes</i>	n.a.	30%
	<i>Aumento do número de turistas</i>	n.a.	30%
	<i>Número bruto de empregos criados</i>	n.a.	10%
3.5 Reforço da capacidade de alojamento local e rural na região	<i>Aumento do valor acrescentado bruto não agrícola das atividades apoiadas</i>	n.a.	10%
	<i>Aumento do número de dormidas em estabelecimentos da rede de alojamento local e rural e parques de campismo</i>	n.a.	15%
	<i>Aumento do número de turistas</i>	n.a.	30%
3.6 Aproveitamento da “água” para turismo e bem-estar	<i>Aumento do número de empregos criados</i>	n.a.	10%
	<i>Aumento do número de dormidas em estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos, apartamentos turísticos e outros</i>	n.a.	15%
	<i>Aumento do valor acrescentado bruto não agrícola das atividades apoiadas</i>	n.a.	10%
	<i>Aumento do número de turistas</i>	n.a.	30%
3.7 Capitalização de áreas protegidas e classificadas e de interesse nacional e internacional	<i>Aumento do número de empregos criados</i>	n.a.	10%
	<i>Aumento do valor acrescentado bruto não agrícola das atividades apoiadas</i>	n.a.	10%
	<i>Aumento do volume de negócio nos espaços urbanos</i>	n.a.	15%
3.8 Regeneração urbana	<i>Aumento do investimento privado</i>	0,90 (2013) 1,90 (alvo Norte)	110%
	<i>Património apoiado que permanece com atividade 12 meses após o fim do apoio</i>	n.a.	50%
4 Otimização dos recursos de exploração agropecuária, florestal, cinegética e piscícola			
4.1 Construção, requalificação e gestão integrada de regadio	<i>Rácio de superfície em que a gestão de regadio é praticada com êxito, contribuindo para:</i> a) <i>A qualidade da água</i> b) <i>O combate à marginalização e abandono das terras</i>	n.a.	50%
	<i>Aumento do número de explorações agrícolas que entraram no mercado</i>	n.a.	30%
	<i>Aumento do valor acrescentado bruto nas explorações/empresas apoiadas</i>	n.a.	10%
4.2 Criação de centro de investigação científica das fileiras estratégicas	<i>Aumento do número de publicações científicas indexadas, ponderado por fator de impacto (em domínios científicos)</i>	n.a.	20%

da região	<i>enquadráveis na estratégia de especialização inteligente regional)</i>		
	<i>Aumento da produção de conteúdos relevantes com impacto transformador nas fileiras estratégicas da região</i>	n.a.	10%
	<i>Aumento do número de protocolos e/ou projetos realizados em cooperação com instituições de investigação e/ou de ensino superior</i>	n.a.	20%
	<i>Aumento do número de explorações/empresas que introduziram novos produtos e/ou novas técnicas (fruto da investigação realizada)</i>	n.a.	20%
4.3 Levantamento, ordenamento, gestão e valorização da floresta	<i>Aumento do número de estudos que contribuam para o conhecimento sobre o estado de conservação e dos estatutos de ameaça de espécies e habitats (% de espécies e habitats com estado de conservação conhecido)</i>	n.a.	5%
	<i>Rácio de superfície em que a mapeamento do espaço florestal é efetuado com êxito, contribuindo para o combate à marginalização e ao abandono das terras</i>	n.a.	60%
	<i>Rácio de superfície em que a gestão do espaço rural é praticada com êxito, contribuindo para:</i> a) <i>A biodiversidade e preservação de sistemas/silvícolas de elevado valor natural</i> b) <i>O combate às mudanças climáticas</i> c) <i>A qualidade dos solos</i> d) <i>O combate à marginalização e abandono das terras</i>	n.a.	40%
	<i>Aumento dos estudos sobre o estado de conservação de espécies e habitats protegidos regionalmente representativos (medida pelo decréscimo do número de espécies e habitats com estado de conservação inadequado ou mau e de espécies de aves com tendência populacional decrescente, identificadas na lista de espécies e habitats regionalmente representativos)</i>	n.a.	5%
	<i>Aumento do volume de negócios das atividades florestais</i>	n.a.	10%
	<i>Aumento do número de explorações florestais que entraram no mercado</i>	n.a.	20%
	4.4 Valorização de recursos de cinegéticos e piscícolas	<i>Rácio de superfície cinegética/piscícola beneficiária de apoio técnico especializado</i>	n.a.
<i>Aumento do número de participantes que</i>		n.a.	20%

	<i>concluíram com sucesso os programas de formação de operadores de terreno</i>		
	<i>Rácio superfície cinegética/piscícola incluída em projetos cinegético demonstrativos</i>	n.a.	20%
	<i>Aumento do número de associações de caçadores/pescadores envolvidas em projetos demonstrativos de gestão cinegética/piscícola</i>	n.a.	5%
	<i>Aumento do número de beneficiários do programa de facilitação de acesso aos apoios comunitários, que permanecem com atividade 12 meses após o apoio</i>	n.a.	50%
4.5 Criação de multiplataforma tecnológica para valorização do setor primário	Aumento do investimento privado	0,90 (2013) 1,90 (alvo Norte)	110%
	Postos de trabalho criados, incluindo autoemprego, que permanecem 12 meses após o fim do apoio	60% (2010)	70%
	<i>Aumento do número de protocolos e/ou projetos realizados em cooperação com instituições de investigação</i>	n.a.	10%
5 Apoio à inclusão social			
5.1 Criação de Fundo de Fomento Social	Aumento de postos de trabalho criados, incluindo autoemprego, que permanecem 12 meses após o fim do apoio	270 (2013) 1.260 (alvo Norte)	100%
	<i>Aumento do número de entidades apoiadas que permanecem com atividade 12 meses após fim do apoio</i>	n.a.	50%
	<i>Aumento do valor acrescentado bruto das atividades apoiadas</i>	n.a.	30%
	<i>Aumento da população beneficiária dos serviços de ação social</i>	n.a.	20%
5.2 Criação de programa de escoamento de produtos excedentes	<i>Aumento do número de instituições envolvidas nos projetos de ação social</i>	n.a.	5%
	<i>Aumento da população beneficiária dos serviços de ação social</i>	n.a.	20%
	<i>Redução de desperdício alimentar</i>	n.a.	20-30%
5.3 Criação de plataforma tecnológica para o bem-estar e envelhecimento ativo	Aumento do investimento privado	0,90 (2013) 1,90 (alvo Norte)	110%
	Postos de trabalho criados, incluindo autoemprego, que permanecem 12 meses após o fim do apoio	60% (2010)	70%
	<i>Aumento do número de protocolos e/ou</i>	n.a.	10%

	<i>projetos realizados em cooperação com instituições de investigação</i>		
5.4 Apoio e promoção de eventos culturais na região	<i>Aumento do número de espetáculos culturais realizados</i>	n.a.	15%
	<i>Novas entidades apoiadas que permanecem com atividade 12 meses após fim do apoio</i>	n.a.	50%
	<i>Postos de trabalho criados, incluindo autoemprego, que permanecem 12 meses após o fim do apoio</i>	60% (2010)	70%
	<i>Aumento do investimento privado</i>	0,90 (2013) 1,90 (alvo Norte)	110%
6 Potenciação e reforço dos meios de comunicação e acessibilidades			
6.1 Criação de rede de gestão partilhada dos transportes	<i>Aumento do número de passageiros</i>	n.a.	15%
	<i>Aumento da população das zonas rurais beneficiária de serviços melhorados</i>	n.a.	60%
	<i>Redução dos consumos de energia primária nas frotas de transportes coletivos</i>	422.543 (2012) 411.362 (alvo Norte)	3%
	<i>Ganhos de tempo de transporte entre localidades nas áreas intervencionadas</i>	n.a.	20%
6.2 Desenvolvimento de plataforma logística do aeroporto regional de Trás-os-Montes em Bragança	<i>Aumento da % de população /empresas beneficiárias de infraestruturas criadas/melhoradas</i>	n.a.	70%
	<i>Ganhos de tempo de transporte para as empresas da área intervencionada</i>	n.a.	20%
	<i>Aumento do número de turistas</i>	n.a.	30%
	<i>Aumento do volume de negócios directo relacionado com a melhoria de infraestruturas aeroportuárias</i>	n.a.	5%
6.3 Eliminação de estrangulamentos nas principais infraestruturas rodoviárias	<i>Aumento da população/ empresas beneficiária das infraestruturas criadas/melhoradas</i>	n.a.	70%
	<i>Ganhos de tempo de transporte para as empresas da área intervencionada</i>	n.a.	20%
	<i>Aumento do número de turistas</i>	n.a.	30%
7 Promoção de uma região ambientalmente autossustentada			
7.1 Potenciação da produção e utilização de energias renováveis	<i>Redução do consumo de energia primária nas administrações locais</i>	235.365 (2010) 164.756 (alvo Norte)	41%
	<i>Diminuição estimada dos gases com efeitos de estufa</i>	5.830.000 (2011)	18%

		4.960.000 (alvo norte)	
	<i>Aumento do número de edifícios públicos a introduzir equipamentos de micro geração e mini geração</i>	n.a.	20%
7.2 Programa de promoção da eficiência energética em edifícios públicos	<i>Redução do consumo de energia primária nas administrações locais</i>	n.a.	20%
	<i>Aumento da proporção de edifícios municipais com classificação energética</i>	n.a.	40%
	<i>Aumento do número de edifícios públicos a introduzir novos equipamentos e/ou técnicas de poupança energética</i>	n.a.	60%
8 Promoção de ensino sustentável			
8.1 Combate ao insucesso e abandono escolar precoce	<i>Aumento da percentagem de alunos do ensino básico apoiados pela ação social escolar que concluíram o ano letivo</i>	n.a.	20%
	<i>Aumento do número de alunos apoiados e diplomados no 9º ano de escolaridade, ISCED 2 e nível de qualificação 2</i>	n.a.	20%
	Escolas abrangidas por projetos específicos de combate ao insucesso e ao abandono que progrediram, aproximando-se ou superando o valor esperado	39% (2011)	45%
8.2 Rede de ensino profissional	<i>Aumento da % de população das zonas rurais beneficiária de serviços melhorados</i>	n.a.	20%
	<i>Aumento do número de alunos abrangidos diplomados no ISCED nível de qualificação 3</i>	n.a.	15%
	<i>Aumento do número de alunos certificados nos Cursos Técnicos Superiores Profissionais</i>	n.a.	10%
8.3 Requalificação do parque escolar e pré-escolar	<i>Percentagem de alunos do ensino básico apoiados pela ação social escolar que concluíram o ano letivo</i>	n.a.	80%
	<i>Aumento do número de alunos apoiados e diplomados no 9º ano de escolaridade, ISCED 2 e nível de qualificação 2</i>	n.a.	20%
	<i>Aumento da % de população das zonas rurais beneficiária de serviços melhorados</i>	n.a.	20%
	<i>Aumento do número de alunos abrangidos diplomados no ISCED nível de qualificação 3</i>	n.a.	15%

	Taxa de cobertura da requalificação das escolas do ensino básico e secundário (% de alunos)	82% (2013)	92%
9 Promoção da eficiência das administrações e organismos públicos			
9.1 Redução de custos estruturais das administrações municipais	<i>Redução de custos estruturais nas administrações municipais</i>	n.a.	20%
	<i>Aumento do número de instituições envolvidas nas iniciativas de redução dos custos de estruturais das administrações públicas</i>	n.a.	30%
	Percentagem de câmaras municipais que disponibilizam o preenchimento e submissão de formulários na Internet	51.2% (2012)	70%-80%
	Percentagem de indivíduos com idade entre 16 e 74 anos que preencheram e enviaram pela Internet impressos ou formulários oficiais nos últimos 12 meses	19.70% (2013)	40%-50%
9.2 Criação de Observatório Económico-Social	<i>Aumento do número de publicações científicas relacionadas com a realidade social e económica local</i>	n.a.	50%
	<i>Aumento da produção de conteúdos relevantes com impacto transformador nos domínios socioeconómicos da região</i>	n.a.	30%
	<i>Aumento do número de protocolos de cooperação realizados com entidades privadas</i>	n.a.	100%
9.3 Gestão partilhada de meios da proteção civil	<i>Aumento da % de população das zonas rurais beneficiária de serviços melhorados</i>	n.a.	20%
9.4 Desenvolvimento de sistema de informação geográfica	<i>Rácio de superfície coberta pelo sistema de informação geográfica</i>	n.a.	90%
9.5 Prolongamento, renovação e gestão integrada das redes de abastecimento de água e saneamento	<i>Aumento da população beneficiária das intervenções realizadas e serviços prestados</i>	n.a.	10-20%
	<i>Superfície em que a gestão das redes de abastecimento de água e saneamento é praticada com êxito, contribuindo para a qualidade da água e dos solos</i>	n.a.	60%

Quadro 21: Indicadores de Resultado

7. ANEXOS

7.1. Caracterização dos municípios das Terras de Trás-os-Montes

MUNICÍPIO: Alfândega da Fé

Perfil	Mapa do município
Presidência (2013-2017)	Berta Nunes
Área total	321,95 Km ²
População	4.979
Densidade populacional	15,5
Fundação do município	1294
Região (NUTS II)	Norte
Sub-região (NUTS III)	Terras de Trás-os-Montes



Caracterização geográfica

Freguesias	<ul style="list-style-type: none"> • Agrobom, Saldonha e Vale Pereiro • Alfândega da Fé • Cerejais • Eucísia, Gouveia e Valverde • Ferradosa e Sendim da Serra • Gebelim e Soeima 	<ul style="list-style-type: none"> • Parada e Sendim da Ribeira • Pombal e Vales • Sambade • Vilar Chão • Vilarelhos • Vilares de Vilarça
Geminações	<ul style="list-style-type: none"> • Medina de Rioseco, Castela e Leão (Espanha) 	
Limitações territoriais	<ul style="list-style-type: none"> • Norte: Serra de Bornes • Sul: Vale do Rio Sabor • Este: Planalto de Castro Vicente • Oeste: Vale da Vilarça 	

MUNICÍPIO: Bragança**Perfil****Mapa do município**

Presidência (2013-2017)	Hernâni Dias
Área total	1173,57 Km ²
População	35.128
Densidade populacional	29,9
Fundação do município	1187
Região (NUTS II)	Norte
Sub-região (NUTS III)	Terras de Trás-os-Montes

**Caracterização geográfica**

Freguesias	<ul style="list-style-type: none"> • Alfaião • Aveleda e Rio de Onor • Babe • Baçal • Carragosa • Castrelos e Carrazedo • Castro de Avelãs • Coelhoso • Donai • Espinhosela • França • Gimonde • Gondesende • Gostei • Grijó de Parada • Izeda, Calvelhe e Paradinha Nova • Macedo do Mato • Mós • Nogueira • Outeiro 	<ul style="list-style-type: none"> • Parada e Failde • Parâmio • Pinela • Quintanilha • Quintela de Lampaças • Rabal • Rebordainhos e Pombares • Rebordãos • Rio Frio e Milhão • Salsas • Samil • Santa Comba de Rossas • São Julião de Palácios e Deilão • São Pedro de Sarracenos • Sé, Santa Maria e Meixedo • Sendas • Serapicos • Sortes • Zoio
Geminações	<ul style="list-style-type: none"> • Água Grande (São Tomé e Príncipe) • Bragança do Pará (Brasil) • Bragança Paulista (Brasil) • Leão (Espanha) • Pavillons Sous Bois, França • Zamora (Espanha) 	
Limitações territoriais	<ul style="list-style-type: none"> • Norte: Ourense (Espanha) • Sueste: Vimioso • Oeste: Vinhais • Leste: Zamora (Espanha) • Sudoeste: Macedo de Cavaleiros 	

MUNICÍPIO: Macedo de Cavaleiros**Perfil****Mapa do município**

Presidência (2013-2017)	Manuel Moreno
Área total	699,27 Km ²
População	15.536
Densidade populacional	24,9
Fundação do município	1853
Região (NUTS II)	Norte
Sub-região (NUTS III)	Terras de Trás-os-Montes

**Caracterização geográfica**

Freguesias	<ul style="list-style-type: none"> • Ala e Vilarinho do Monte • Amendoeira • Arcas • Bornes e Burga • Carrapatas • Castelões e Vilar do Monte • Chacim • Cortiços • Corujas • Edroso, Espadanedo, Murços e Soutelo Mourisco • Ferreira • Grijó de Vale Benfeito • Lagoa • Lamalonga • Lamas 	<ul style="list-style-type: none"> • Lombo • Macedo de Cavaleiros • Morais • Olmos • Peredo • Podence e Santa Combinha • Salselas • Sezulfe • Talhas • Talhinhas e Bagueixe • Vale Benfeito • Vale da Porca • Vale de Prados • Vilarinho de Agrochão • Vinhas
Geminações	<ul style="list-style-type: none"> • Sal (Cabo Verde) 	
Limitações territoriais	<ul style="list-style-type: none"> • Norte: Vinhais • Sul: Mogadouro e Alfândega da Fé • Oeste: Mirandela • Leste: Vimioso • Nordeste: Bragança • Sudoeste: Vila Flor 	

MUNICÍPIO: Miranda do Douro**Perfil****Mapa do município**

Presidência (2013-2017)	Artur Nunes
Área total	488,36 Km ²
População	7.429
Densidade populacional	16,5
Fundação do município	1136
Região (NUTS II)	Norte
Sub-região (NUTS III)	Terras de Trás-os-Montes

**Caracterização geográfica**

Freguesias	<ul style="list-style-type: none"> • União de Freguesias de São Pedro da Silva e Águas Vivas • União de Freguesias de Cicouro e Constantim • Duas Igrejas • Genísio • União de Freguesias de Ifanes e Paradela • Malhadas • Miranda do Douro 	<ul style="list-style-type: none"> • Palaçuolo • Picote • Póvoa • São Martinho de Angueira • União de Freguesias de Sendim e Atenor • Vila Chã
Geminações	<ul style="list-style-type: none"> • Aranda del Duero • Bimenes 	
Limitações territoriais	<ul style="list-style-type: none"> • Nordeste e Sueste: Espanha • Noroeste: Vimioso • Sudoeste: Mogadouro 	

MUNICÍPIO: Mirandela**Perfil****Mapa do município**

Presidência (2013-2017)	António Branco
Área total	658,97 Km ²
População	23.497
Densidade populacional	24,7
Fundação do município	1250
Região (NUTS II)	Norte
Sub-região (NUTS III)	Terras de Trás-os-Montes

**Caracterização geográfica**

Freguesias	<ul style="list-style-type: none"> • Abambres • Abreiro • Aguieiras • Alvites • Avantos e Romeu • Avidagos, Navalho e Pereira • Barcel, Marmelos e Valverde da Gestosa • Bouça • Cabanelas • Caravelas • Carvalhais • Cedães • Cobro • Fradizela • Franco e Vila Boa 	<ul style="list-style-type: none"> • Frechas • Freixeda e Vila Verde • Lamas de Orelhão • Mascarenhas • Mirandela • Múrias • Passos • São Pedro Velho • São Salvador • Suções • Torre de Dona Chama • Vale de Asnes • Vale de Gouvinhas • Vale Salgueiro • Vale de Telhas
Geminações	<ul style="list-style-type: none"> • Orthez (Aquitãnea, França) • Maia (Porto, Portugal) • Oeiras (Lisboa, Portugal) • Bafatá (Guiné-Bissau) – Processo de formalização por efetuar 	
Limitações territoriais	<ul style="list-style-type: none"> • Norte: Vinhais • Sul: Vila Flor e Carrazeda de Ansiães • Oeste: Murça e Valpaços • Leste: Macedo de Cavaleiros 	

MUNICÍPIO: Mogadouro**Perfil****Mapa do município**

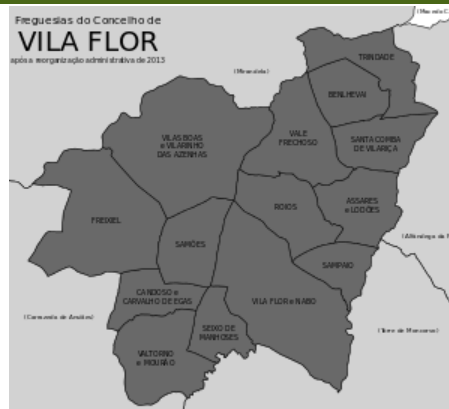
Presidência (2013-2017)	Francisco Guimarães
Área total	757,98 Km ²
População	9.341
Densidade populacional	12,3
Fundação do município	1272
Região (NUTS II)	Norte
Sub-região (NUTS III)	Terras de Trás-os-Montes

**Caracterização geográfica**

Freguesias	<ul style="list-style-type: none"> • Azinhoso • Bemposta • Bruçó • Brunhoso • Brunhozinho, Castanheira e Sanhoane • Castelo Branco • Castro Vicente • Meirinhos • Mogadouro, Valverde, Vale de Porco e Vilar de Rei • Paradela • Penas Róias 	<ul style="list-style-type: none"> • Peredo da Bemposta • Remondes e Soutelo • Saldanha • São Martinho do Peso • Tó • Travanca • Urrós • Vale da Madre • Vila de Ala • Vilarinho dos Galegos e Ventozelo
Geminações	<ul style="list-style-type: none"> • Ploumagoar, Bretanhã, França 	
Limitações territoriais	<ul style="list-style-type: none"> • Norte: Macedo de Cavaleiros e Vimioso • Sul: Freixo de Espada à Cinta e Torre de Moncorvo • Oeste: Alfândega da fé • Nordeste: Miranda do Douro • Sueste: Espanha 	

MUNICÍPIO: Vila Flor**Perfil****Mapa do município**

Presidência (2013-2017)	Fernando Barros
Área total	265,52 Km ²
População	6.584
Densidade populacional	24,8
Fundação do município	1286
Região (NUTS II)	Norte
Sub-região (NUTS III)	Terras de Trás-os-Montes

**Caracterização geográfica**

Freguesias	<ul style="list-style-type: none"> • Assares e Lodões • Benlhevai • Candoso e Carvalho de Egas • Freixiel • Roios • Samões • Sampaio 	<ul style="list-style-type: none"> • Santa Comba da Vilarça • Seixo de Manhoses • Trindade • Vale Frechoso • Valtorno e Mourão • Vila Flor e Nabo • Vilas Boas e Vilarinho das Azenhas
Geminações	<ul style="list-style-type: none"> • Santa Maria del Páramo 	
Limitações territoriais	<ul style="list-style-type: none"> • Norte: Mirandela (rio Tua) • Nordeste: Macedo de Cavaleiros • Este: Alfândega da Fé • Sudeste: Torre de Moncorvo • Oeste: Carraceda de Ansiães 	

MUNICÍPIO: Vimioso**Perfil****Mapa do município**

Presidência (2013-2017)	António Martins
Área total	481,47 Km ²
População	4.564
Densidade populacional	9,5
Fundação do município	1516
Região (NUTS II)	Norte
Sub-região (NUTS III)	Terras de Trás-os-Montes

**Caracterização geográfica**

Freguesias	<ul style="list-style-type: none"> • Algosos, Campo de Vitoras e Uva • Argozelo • Caçarelhos e Angueira • Carção • Matela 	<ul style="list-style-type: none"> • Pinelo • Santulhão • Vale de Frades e Avelanoso • Vilar Seco • Vimioso
Geminações	<ul style="list-style-type: none"> • Tulle, França (Bombeiros Voluntários de Vimioso) 	
Limitações territoriais	<ul style="list-style-type: none"> • Norte: Alcanizes (Espanha) • Sul: Mogadouro • Oeste: Macedo de Cavaleiros • Leste: Miranda do Douro • Noroeste: Bragança 	

MUNICÍPIO: Vinhais**Perfil****Mapa do município**

Presidência (2013-2017)	Américo Pereira
Área total	694,68 Km ²
População	8.858
Densidade populacional	12,7
Fundação do município	1253
Região (NUTS II)	Norte
Sub-região (NUTS III)	Terras de Trás-os-Montes

**Caracterização geográfica**

Freguesias	<ul style="list-style-type: none"> • Agrochão • Candedo • Celas • Curopos e Vale de Janeiro • Edral • Edrosa • Ervedosa • Moimenta e Montouto • Nunes e Ousilhão • Paçó • Penhas Juntas • Quirás e Pinheiro Novo • Rebordelo 	<ul style="list-style-type: none"> • Santalha • Sobreiró de Baixo e Alvaredos • Soeira, Fresulfe e Mofreita • Travanca e Santa Cruz • Tuizelo • Vale das Fontes • Vila Boa de Ousilhão • Vila Verde • Vilar de Lomba e São Jomil • Vilar de Ossos • Vilar de Peregrinos • Vilar Seco de Lomba • Vinhais
Geminações	<ul style="list-style-type: none"> • N/ a 	
Limitações territoriais	<ul style="list-style-type: none"> • Norte: Espanha, Valpaços e Chaves • Sul: Macedo de Cavaleiros e Mirandela • Oeste: Espanha • Leste: Bragança 	

8. FONTES DE INFORMAÇÃO

- Cardoso, José Manuel (2013), jornal Expresso, “*Cantinas Sociais com mais procura*”;
- *Clipping*, jornal Voz de Trás-os-Montes;
- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (2013), “*Norte 2020*”;
- Comissão Europeia (2005), Regulamento (CE) n.º 1290/2005;
- Comissão Europeia (2009), “Elementos de um Quadro Estratégico Comum em 2014-2020 para o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, o Fundo Social Europeu, o Fundo de Coesão, o Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural e o Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas”;
- Comissão Europeia (2010), “*Europa 2020: Estratégia para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo*”;
- Comissão Europeia (2010), “*Instrumentos Financeiros na Política de Coesão 2014-2020*”;
- Comissão Europeia (2013), “*Regional Innovation Scoreboard*”;
- Diário da República Eletrónico (2007), Lei n.º 48/98 de 11 de Agosto;
- Diário da República Eletrónico (2008), Lei n.º 45/2008 de 27 de Agosto;
- Direção-Geral de Energia e Geologia;
- Energia renováveis, Portal Energia (2009) “*Barragens vão produzir energia para um milhão de pessoas*”;
- Gabinete de Planeamento e Políticas (2012), “*Programa de Desenvolvimento Rural 2014-2020*”;
- Gestluz Consultores e X-SCAPES (2014), “*Plano de Ação da Rede Viária Municipal*”;
- Estudo de sustentabilidade das estruturas de Proteção Civil - Versão Preliminar para discussão (2014);
- Instituto Nacional de Estatística;
- Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu, “*Política de Coesão da EU para 2014-2020: propostas legislativas*”;
- Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro;
- Parlamento Europeu (2013), regulamento nº 1299/ 2013 do Parlamento Europeu e do Conselho;
- Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (2007), “*Diretrizes para os instrumentos de gestão territorial*”;
- Programa Nacional de Reformas (2011), “*Compromissos e metas de Portugal 2020*”.